

A história do Brasil Através dos Selos

Roberto Aniche



Dedico este trabalho
à minha esposa Inês,
aos meus filhos Maurício e Marcelo
que não compreendem minha loucura
pela filatelia.

Aos meus netos
Thomas, Gustavo e Rafael
que espero que sejam contaminados
e se tornem meus herdeiros
da arte filatélica.

Este trabalho está disponibilizado sob
a licença Creative Commons 4.0 BY-NC-SA

INTRODUÇÃO



Escrever um livro de História do Brasil não é tarefa para médicos ortopedistas que colecionam selos e outras tantas quinquilharias. Deixo isso aos professores de história, a eles cabe investigar e escrever o tal livro.

A minha tarefa como filatelista que sou por paixão foi a de fazer um resumo de nossa história, rica em heróis que permitiram que nossa civilização avançasse em conhecimento e respeito, ou ao menos nos mostrassem este caminho.

Os selos foram por muitos anos uma das maneiras de divulgar atos dos governos, como "santinhos" eleitorais, mas também para comemorar fatos, divulgar conhecimentos de ciências, história, geografia, saúde pública e muito mais. Toda a cultura do mundo cabe nestes diminutos papéis chamados selos!

Fiz este resumo da História de nossa Pátria ilustrando-o com selos. Nossos correios conseguiram mostrar em selos praticamente toda a trajetória de nosso povo, quase todos os fatos, guerras, conquistas e anseios.

Descrevi a história baseada em boas e confiáveis fontes da internet. Tudo já estava ali pronto, como na história (ou lenda) do ovo de Colombo. Ele estava ali mas alguém tinha que colocá-lo de pé sobre a mesa.

Cada página é o resumo de um capítulo da história. Não poderia ser cansativo. A quem se destina? Aos jovens e às crianças do ensino fundamental, até como uma maneira de iniciá-los na arte da Filatelia.

Não coloquei, e não me admitiria colocar na história as minhas opiniões. Elas não mudariam o rumo do Brasil e não interessam a ninguém. Não coloquei ideologias políticas. Não julguei absolutamente nada. Aquele que julga está se condenando a ser e fazer melhor do que o outro e todos somos tão imperfeitos que não temos esse direito. Julgar o passado com a moral e evolução espiritual que temos no século XXI seria, no mínimo, frágil e inconsequente.

Descrevi os fatos assim como se descreve um quadro. A interpretação do quadro depende de cada um de nós sem que tenhamos o direito de impô-la aos outros. Quando todos se dizem donos da verdade só temos uma certeza: não existe verdade.

Vamos saborear nossa história sem ódio, respeitando e admirando todos os que contribuíram, ao longo de cinco séculos para que estivéssemos aqui saboreando tudo o que fizeram por nós.

E que daqui a quinhentos anos sejamos lembrados com esse mesmo respeito. A vida é um investimento para o futuro das novas gerações, que colherão as tâmaras que plantarmos. Sejamos a boa semente!

Roberto Antonio Aniche
2020/2021

*Roberto Antonio Aniche
médico formado pela Escola Paulista de Medicina
em 1985, com especialização em Ortopedia e
Traumatologia, Higiene e Saúde Pública,
pós-graduação em Medicina Ocupacional.*

*Membro da Sobrames
Sociedade Brasileira de Médicos Escritores
SPP*

*Sociedade Filatélica Paulista
AFNB*

*Assoc.Filatélica e Numismática de Brasília
CFB*

*Clube Filatélico do Brasil
Filacap*

*Assoc.Filatélica de Cachoeira Paulista
Filabrás*

Associação dos Filatelistas Brasileiros

www.robertoaniche.com.br

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

Índice Geral

Fascículo	Capítulo	
1		Capa
		Introdução
		Índice
		Como montar o álbum
		Bibliografia resumida
		Lista dos Selos por Fascículos
2	1	Expansão ultramarina de Portugal
	2	Tratado das Tordesilhas
	3	Descobrimento do Brasil
	4	A Primeira Missa
3	5	A carta de Pero Vaz de Caminha
	6	Os Indígenas
	7	Capitanias Hereditárias
4	8	Fundação de São Vicente
	9	Fundação de São Paulo
	10	Fundação de Salvador
	11	Governo Geral no Brasil
5	12	Fundação do Rio de Janeiro e 1ª Invasão Francesa
	13	Segunda Invasão Francesa
	14	Invasões Holandesas – Parte I
		Invasões Holandesas – Parte II
		Invasões Holandesas – Parte III
6	15	Ciclo da Cana de Açúcar
	16	Ciclo do Ouro
	17	Ciclo do Café
	18	Ciclo da Borracha
7	19	Os Bandeirantes
	20	Inconfidência Mineira
	21	Conjuração Baiana
8	22	A Vinda da Família Real – parte I
	23	A Vinda da Família Real – parte II
	24	A Missão Francesa
	25	A Revolução Pernambucana
9	26	A Independência do Brasil
	27	O Primeiro Reinado
	28	O Período Regencial

10	29	Guerras na Regência
	30	Guerras na Regência
	31	Segundo Reinado
	32	A Cultura no Segundo Reinado
11	33	A Guerra do Paraguai
	34	A Escravidão no Brasil
	35	O Abolicionismo
12	36	Os Abolicionistas
		As poesias de Olavo Bilac
	37	Quilombos e Zumbi dos Palmares
	38	A Abolição dos Escravos
	39	A Lei Áurea
13	40	A Proclamação da República
	41	A República da Espada
	42	Prudente de Moraes
	43	A Guerra dos Canudos
14	44	Campos Salles
	45	Rodrigues Alves
	46	Afonso Pena
	47	Nilo Peçanha
15	48	Hermes da Fonseca
	49	Wenceslau Bras
	50	Epitácio Pessoa
	51	Semana de Arte Moderna
16	52	Artur Bernardes
	53	Washington Luis
	54	A Crise Sucessória de 1930
	55	A Era Vargas
17	56	O Governo Provisório
	57	A Revolução de 32
	58	O Governo Constitucional
	59	O Estado Novo
18	60	O Brasil na Segunda Guerra Mundial
	61	Eurico Gaspar Dutra
	62	Getúlio Vargas
		A Carta de Despedida
19	63	Café Filho
	64	Juscelino Kubitschek
		Construção de Brasília – Parte I
		Construção de Brasília – Parte II

20	65	Jânio Quadros
	66	João Goulart
	67	O Golpe de Estado
	68	Castelo Branco
21	69	Costa e Silva
	70	Emílio Garrastazu Médici
	71	Ernesto Geisel
	72	João Batista Figueiredo
22	73	Tancredo Neves
	74	José Sarney
	75	Fernando Collor de Mello
	76	Itamar Franco
23	77	Fernando Henrique Cardoso
	78	Luiz Inácio Lulla da Silva
	79	Dilma Roussef
	80	Michel Temer
24	81	Bandeiras do Brasil
	82	Símbolos Nacionais
		-- Armas e Bandeira
		-- Selo e Hino
25	83	Hino Nacional
	84	Hino da Independencia
	85	Hino da Bandeira
	86	Hino da República

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

Objetivo do Álbum

Incentivar jovens colecionadores e iniciantes a compreender a mensagem contida em cada selo, de maneira simples, clara e objetiva. Descrever para as crianças e adolescentes do ensino fundamental, de maneira resumida, a história do Brasil ilustrada com selos, facilitando desta forma a memorização dos fatos.

Este álbum não substitui, de maneira nenhuma, pesquisa em livros textos, bibliotecas, internet em sites confiáveis ou orientação a dos professores, estes grandes mestres que sempre farão parte de nossas vidas.

Como será liberado

Serão disponibilizados gratuitamente 25 fascículos quinzenais, sempre comunicados no facebook, grupos de filatelistas de whatsapp, lista dos Amigos dos Selos e Clube Maximafilia. Os fascículos ficarão armazenados e liberados para download no site

www.robertoaniche.com.br

Como montar o álbum

Recomendo imprimir cada fascículo em folhas de papel sulfite 90 tamanho A4, colocar em envelopes plásticos em pasta própria, sendo duas folhas por pastas, de forma a montar um livro. A coleção tem cerca de 100 páginas.

Como conseguir os selos

Os selos podem ser comprados em casas filatélicas, em sites de vendas por internet ou em feiras de artesanato que tenham comerciantes de selos. Todos os selos tem valor baixo, ou seja, com investimento mínimo a obra se completa. Pode-se usar selos novos ou usados, a intenção é aprender com os selos.

Dúvidas, sugestões?

Escrevam para meu e-mail dedicado somente a filatelia

robertoaniche@yahoo.com.br

mas lembrem-se, sou apenas um médico ortopedista que coleciona selos...

*Roberto Aniche
fevereiro/2021*

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS BIBLIOGRAFIA RESUMIDA

<http://pt.wikipedia.org>
<https://portugalglorioso.blogspot.com/2018/06/tratado-de-tordesilhas-divisao-do-mundo.html>
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>
<http://www.culturatura.com.br/>
<https://brasilescuela.uol.com.br/historiab/indios-brasil.htm>
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000200009
<https://historiahoje.com/wp-content/uploads/2014/05/0018.jpg>
<http://colnect.com>
<http://brasilianafotografica.bn.br/?p=4742>
<https://brasilescuela.uol.com.br/historiab/governo-geral.htm>
<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/governo-geral.htm>
<https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/governo-geral-no-brasil-colonia.htm>
<http://darozhistoriamilitar.blogspot.com/2011/04/primeiras-invasoes-francesas-no-brasil.html>
<http://almacarioca.com.br>
<https://rachacuca.com.br/educacao/historia-do-brasil/ciclo-do-caffe/>
<https://www.todamateria.com.br/ciclo-da-borracha/>
<https://medium.com/@ouropretobrasil/onde-exatamente-morreu-tiradentes-ad0a5995b1fa>
<https://www.sohistoria.com.br/ef2/inconfidencia/>
https://portal.educacao.go.gov.br/fundamental_dois/rebelioes-na-america-portuguesa-as-conjuracoes-mineiras-e-baiana-ideias-iluministas-anticolonialissimo-e-revolutas-na-america-portuguesa-brasil-colonia-interesses-coloniais-e-movimentos-de-resistencia-3/
<https://www.todamateria.com.br/a-vinda-da-familia-real-para-o-brasil/>
<https://www.algosobre.com.br/historia/segundo-reinado-economia-politica-e-manifestacoes-culturais.html>
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51693818>
<https://www.historia-brasil.com/imperio/guerra-paraguay.htm>
<https://www.em.com.br>
<https://www.stoodi.com.br/blog/historia/4-leis-abolicionistas-que-podem-cair-no-vestibular/>
<https://brasilescuela.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm>
<https://history.uol.com.br/noticias/7-abolicionistas-brasileiros-para-se-ter-orgulho>
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091469>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Abolicionistas_do_Brasil
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jp000015.pdf>
http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/bndigital0127.pdf
<http://redememoria.bn.br/wp-content/uploads/2011/12/o-navio-negreiro.pdf>
<https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/enem/2016/05/13/noticia-especial-enem,762306/128-anos-da-abolicao-da-escravidao-no-brasil.shtml#:~:text=No%20dia%2013%20de%20maio,com%20a%20escravid%C3%A3o%20no%20Brasil.&text=Em%201850%2C%20foi%20promulgada%20uma,de%20escravos%20para%20o%20Brasil.>
<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/abolicao-escravatura.htm>
https://www.youtube.com/results?search_query=transtorno+de+multipla+personalidade+entrevista
<https://brasilescuela.uol.com.br/literatura/semana-arte-moderna-1922.htm>
<http://significados.com.br/estado-de-sitio/>
<https://www.todamateria.com.br/revolucao-de-1930/>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Era_Vargas
<https://brasilescuela.uol.com.br/historiab/era-vargas.htm>
<https://slideplayer.com.br/slide/1250928/>
O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: a atuação da FEB, Zaira Carla Alves Gondim, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004
<https://www.todamateria.com.br/o-brasil-na-segunda-guerra-mundial/>
<https://www.suapesquisa.com/segundaguerra/brasil.htm>
<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/segundo-governo-vargas.htm>
<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-vargas-1951-1954-suicidio-de-getulio-pos-fim-a-era-vargas.htm>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Carta-testamento_de_Get%C3%BAlio_Vargas
<https://www.todamateria.com.br/a-construcao-de-brasil/>
<http://historiadobrasil.net>
<http://www.kiaunoticias.com/destaque/a-historia-da-bandeira-do-brasil-e-o-seu-simbolismo>
<https://www.amochilaeomundo.com/2015/07/brasil-passa-ser-um-dos-unicos-paises-omitir-brasao-nacional-novo-passaporte.html>
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/hino.htm
<http://topatudo.blogspot.com/2014/02/5-de-fevereiro-osorio-duque-estrada.html>
https://www.ebiografia.com/evaristo_da_veiga/
<https://www.hipercultura.com/evolucao-bandeira-do-brasil/>
<http://www.kiaunoticias.com/destaque/a-historia-da-bandeira-do-brasil-e-o-seu-simbolismo>
<https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais>
www.colnect.com
www.catalogocdd.com.br
Todos os Presidentes do Brasil, Editora Minuano
Revista Vestibular, Editora Digerati, ano 1 nº 1
O Amigo Virtual do Filatelista, Ana Lucia Loureiro Sampaio, nº 4 de junho de 2010
História do Brasil, Empresa Folha da Manhã e Zero Hora/RBS Jornal, 2ª edição, 1997
Coleção do autor, "Presidentes do Brasil"

LISTA DE SELOS
A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

Fascículo nº RHM Descrição

Capa	Fascículo	RHM	Descrição
		B-16	Bloco Brasiliana 89
	2	A-100	5º Centenário da Morte do Infante Dom Henrique
		C-1884	6º Centenário de Nascimento do Infante Dom Henrique
		B-97	Bloco 500 anos do Tratado de Tordesilhas
		C-1	400 Anos do Descobrimento do Brasil
		C-1387	Descobrimento das Américas e do Brasil
		C-595	5º Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral
		C-2080	5º Centenário do Descobrimento do Brasil
		C-596	Primeira Missa no Brasil
		B-63	Bloco 1ª Missa no Brasil, quadro de Victor Meirelles
	3	C-1395	Pero Vaz de Caminha
		C-927	Preservação da Cultura Indígena no Brasil
		C-928	Preservação da Cultura Indígena no Brasil
		C-929	Preservação da Cultura Indígena no Brasil
		C-2418	Homenagem a Madalena Caramuru
		C-41	Tratado das Tordesilhas
		C-43	Martim Afonso de Souza
		C-44	Dom João III
		C-45	Martim Afonso em São Vicente
	4	C-42	João Ramalho e Tibiriçá
		C-297	4º Centenário da Cidade de Santo André
		C-1260	450 anos da Cidade de São Vicente
		C-245	Padre Manoel da Nóbrega
		C-1176	Beatificação do Padre José de Anchieta
		C-331	IV Centenário da Cidade de São Paulo
		C-1050	Restauração do Pátio do Colégio
		A-72	4º Centenário da Cidade de Salvador
		C-2192	450 anos da Cidade de Salvador
	5	C-534	400 anos da Cidade do Rio de Janeiro
		C-522	400 anos da Cidade do Rio de Janeiro
		C-544	400 anos da Cidade do Rio de Janeiro
		C-516	400 anos da Cidade do Rio de Janeiro
		C-517	400 anos da Cidade do Rio de Janeiro
		C-515	400 anos da Cidade do Rio de Janeiro
		C-3288	400 anos da Força Naval de Jerônimo de Albuquerque
		C-3231	400 anos da Cidade de São Luiz do Maranhão
		C-2898	Os Mirantes de São Luiz
		B-152	Presença Holandesa no Brasil
		C-243	300 anos da Batalha de Guararapes

		A-71	300 anos da Batalha de Guararapes
		C-472	300 anos da Morte de Henrique Dias
		C-2409	1ª Sinagoga das Américas
	6	611	Cana de açúcar
		588	Colhedor de Cana
		629	Algodão
		C-556	1ª Exposição Nacional do Fumo
		C-1002	Moedas do Brasil Colonial – Vintém
		C-1003	Moedas do Brasil Colonial – Pataca
		C-1004	Moedas do Brasil Colonial – Dobrão
		C-127	Propaganda do Café Brasileiro
		C-464	Convênio Internacional do Café
		C-545	Propaganda do Café Brasileiro
		566	Colhedor de Café
		615	Café
		560	Seringueiro
		620	Seringueira
		C-1076	Teatro da Paz, Belém do Pará
		B-103	Centenário do Teatro Amazonas
	7	C-343	300 anos da Cidade de Sorocaba
		C-847	Missões
		C-851	300 anos de Fernão Dias Pais
		523	Tiradentes
		C-1914	250 anos de Tomás Antonio Gonzaga
		B-92	Bicentenário da Execução de Tiradentes
		C-1627	200 anos da Inconfidência Mineira
		C-1628	200 anos da Inconfidência Mineira
		C-1629	200 anos da Inconfidência Mineira
	8	C-401	150 anos da Abertura dos Portos
		C-2721	200 anos da Chegada da Família Real no Brasil
		C-2722	200 anos da Chegada da Família Real no Brasil
		C-2723	200 anos da Abertura dos Portos
		C-2374	190 anos da Biblioteca Nacional
		C-2748	200 anos da Imprensa Régia
		C-813	Padre José Maurício Nunes Garcia
		C-412	150 anos do Jardim Botânico
		C-1095	150 anos da Academia Nacional de Medicina
		C-1417	150 anos da Morte de Dom Pedro I
		C-3583	200 anos da Missão Artística Francesa
		C-3584	200 anos da Missão Artística Francesa
		C-3585	200 anos da Missão Artística Francesa
		C-3586	200 anos da Missão Artística Francesa
		C-552	150 anos da Missão Francesa
		C-3627	200 anos da Escola de Belas Artes
		C-3628	200 anos da Escola de Belas Artes

		C-616	200 anos de Jean Baptiste Debret
		C-12	Centenário da Revolução de Pernambuco
		C-3705	200 anos da Revolução Pernambucana
	9		
		C-2736	Dom Pedro I
		C-476	140 anos da Independência do Brasil
		B-32	Propaganda da 4ª Exposição Interamericana de Filatelia
		C-3827	200 anos da Independência / Retorno de José Bonifácio
		527	Dom Pedro I
		C-24	Confederação do Equador
		C-288	Padre Antonio Feijó
		C-491	200 anos de José Bonifácio
	10	498	Duque de Caxias
		499	Duque de Caxias
		500	Duque de Caxias
		C-1475	Revolta da Cabanagem
		C-1481	150 anos da Revolução Farroupilha
		C-707	150 anos de Anita Garibaldi
		C-2695	200 anos de Giuseppe Garibaldi
		C-140	Feira de Nova Iorque – Dom Pedro II
		C-915	150 anos de Dom Pedro II
		C-1210	Centenário do Selo Dom Pedro – Cabeça Pequena
		C-1211	Centenário do Selo Dom Pedro – Cabeça Pequena
		C-1212	Centenário do Selo Dom Pedro – Cabeça Pequena
		C-531	Centenário de “Iracema”, de José de Alencar
		522	Gonçalves Dias
		C-1602	Centenário de “Poesias”, de Olavo Bilac
		C-424	50 anos da Morte de Machado de Assis
		C-227	150 anos de Castro Alves
		C-494	100 anos da Morte de João Caetano
		C-667	Centenário da Ópera “O Guarani”, de Carlos Gomes
	11	C-530	100 anos da Batalha do Riachuelo
		C-549	100 anos da Batalha de Tuiuti
		490	Almirante Tamandaré
		C-2530	200 Anos de Duque de Caxias
		630	Ama Nery
		616	Aquarela de Debret
		675	Aquarela de Debret
		C-288	Padre Diogo Antonio Feijó
		C-280	Eusébio de Queiroz
		C-283	Conselheiro José Antonio Saraiva
		C-708	Centenário da Lei do Ventre Livre
		C-1583	Centenário da Lei Áurea
	12	C-2024	Centenário de Castro Alves
		C-2210	Centenário de Joaquim Nabuco

		C-316	Centenário de José do Patrocínio
		C-249	Rui Barbosa
		C-3239	Parque Memorial Quilombo dos Palmares
		B-102	300 anos da Morte de Zumbi dos Palmares
		C-2005	Centenário da Princesa Isabel
		C-1375	Centenário dos Abolicionistas Precursores
		C-1376	Centenário dos Abolicionistas Precursores
		C-1583	Centenário da Abolição da Escravatura
		C-1584	Centenário da Abolição da Escravatura
13		C-144	Proclamação da República
		C-2737	Marechal Deodoro da Fonseca
		B-83	Centenário da Proclamação da República
		140	Deodoro da Fonseca
		141	Floriano Peixoto
		502	Rui Barbosa
		142	Prudente de Moraes
		C-174	100 anos de Prudente de Moraes
		C-1764	150 anos de Prudente de Moraes
		C-2045	Centenário do fim da Guerra dos Canudos
		520	Euclides da Cunha
14			
		533	Campos Salles
		C-1763	150 anos do Nascimento de Campos Salles
		496	Joaquim Murinho
		C-1453	120 anos de Nascimento do Marechal Rondon
		145	Rodrigues Alves
		C-113	Centenário de Francisco Pereira Passos
		C-114	Centenário de Francisco Pereira Passos
		493	Oswaldo Cruz
		147	Barão do Rio Branco
		C-250	100 anos do Cardeal Arcoverde
		O-7	Afonso Pena
		O-18	Hermes da Fonseca
		C-1543	120 anos do General Rondon
		153	Nilo Peçanha
		502	Rui Barbosa
15		C-364	Hermes da Fonseca
		C-1208	Ferrovia Madeira-Mamoré
		C-1940	150 anos do Barão do Rio Branco
		O-30	Wenceslau Braz
		C-2407	Clóvis Bevilacqua
		C-508	Centenário de Lauro Muller
		C-683	Pandiá Calógeras
		C-529	100 anos de Epitácio Pessoa
		C-16	Centenário da Independência
		C-403	100 anos da Estrada de Ferro Central do Brasil

		C-1820	100 anos de Menotti del Picchia
		C-1869	100 anos de Mário de Andrade
		C-1709	100 anos de Oswald de Andrade
		C-1710	100 anos de Guilherme de Almeida
		C-1663	100 anos de Anita Malfati
		C-979	Heitor Villa-Lobos
16		532	Arthur Bernardes
		C-502	100 anos de Borges de Medeiros
		535	Washington Luis
		456	Getúlio Vargas
		502	Rui Barbosa
		C-21	Bicentenário do Plantio do Café
		C-22	Bicentenário do Plantio do Café
		C-23	Bicentenário do Plantio do Café
		C-30	Revolução de 1930
		C-3086	Estação Julio Prestes
		C-643	100 anos de Tasso Fragoso
		C-154	Getúlio Vargas
		C-133	Getúlio Vargas
		C-157	Decênio do governo de Getúlio Vargas
17		C-31	Revolução de 3 de Outubro de 1930
		C-47	Campanha Constitucionalista
		C-2435	Propaganda do Café Brasileiro
		C-3818	MMDC
		B-52	50 anos da Revolução Constitucionalista
		C-213	Inauguração da Ponte Brasil-Argentina
		C-385	Campanha de Expansão da CSN
		C-765	Homenagem ao Homem e a Terra
		C-3463	Salário Mínimo
18		C-207	FEB – Cobra Fumando
		C-232	General Eurico Gaspar Dutra
		C-1362	Centenário do Gal. Mascarenhas de Moraes
		C-246	Homenagem a FEB
		C-1935	50 anos da Tomada de Monte Castelo
		C-232	Presidente Dutra
		C-223	Promulgação da Constituição de 1946
		C-253	4º Campeonato Mundial de Futebol
		A-76	4º Campeonato Mundial de Futebol
		437	Getulio Vargas
		C-425	5 anos da Lei da Petrobrás
		C-1384	100 anos de Getulio Vargas
		C-1385	100 anos de Getulio Vargas
		C-1386	100 anos de Getulio Vargas
19		C-384	Reunião dos Presidentes dos Países Americanos no Panamá

		C-1518	Homagem a Juscelino Kubitschek
		C-2448	Centenário de Nascimento de Juscelino Kubitschek
		C-478	Usiminas
		C-669	10 anos da Fundação de Brasília
		C-670	10 anos da Fundação de Brasília
		C-671	10 anos da Fundação de Brasília
		B-14	Aniversário do Construtor de Brasília
		B-182	Homenagem a Oscar Niemeyer
		B-157	Brasília – Sonho e Realidade
	20		
		C-2822	Cooperação Espacial Brasil-Russia
		C-2343	25 anos de Relações Diplomáticas Brasil-China
		C-2344	25 anos de Relações Diplomáticas Brasil-China
		C-523	1º Aniversário da Revolução Democrática
		C-644	Exército Brasileiro – Fator de Segurança
		C-645	Exército Brasileiro – Fator de Segurança
		C-769/772	Homenagem a Forças Armadas
		536	Castello Branco
		C-784	Ano Nacional do Turismo
		C-1271	Zona Franca de Manaus
		C-1411	20 Anos do BNH
		C-3650	50 anos do FGTS
		C-1697	25 anos da Embratel
	21	C-672	Projeto Rondon
		C-656	Ano da Indústria Aeronáutica do Brasil – Embraer
		C-759	Mobral
		C-760	Censo
		C-761	Programa Habitacional
		C-762	Produto Interno Bruto
		C-726	Homenagem aos Presidentes da Revolução de 1964
		C-1790	10 Milhões de Terminais Telefônicos – Telebrás
		C-3088	Relações Diplomáticas Brasil-Paraguai / Itaipu Binacional
		C-699/700	Transamazônica
		C-1041	Presidente Ernesto Geisel
		C-119	Propaganda Turística – Palácio Monroe, RJ
		C-1079	Inauguração do Metrô do Rio de Janeiro
		C-955	Metrô de São Paulo
		C-1439	Lançamento do 1º Satélite Brasileiro
		C-1503	Programa Grande Carajás
		C-1309	1ª Expedição Antártica Brasileira
		C-2209	Anistia – 20 anos
		B-66	Visita ao Brasil do Rei da Suécia Carl Gustaf XVI
	22	C-1485	Tancredo Neves
		C-2952	100 anos de Tancredo Neves
		B-77	Promulgação da Constituição de 1988
		C-1674	José Sarney

		C-1725	Viagem do Presidente Collor à Antártica
		C-1936	Presidente Itamar Franco
		C-1949	1º Aniversário do Real
		C-1898	Ensino a Distância
		C-1899	Programa Nacional
		C-1900	Fim do Analfabetismo
		C-1901	Valor do Professor
	23	C-2552	Presidente Fernando Henrique Cardoso
		C-2034	Direitos Humanos
		C-1790	Sistema Telebrás
		C-1259	40 Anos da Companhia Vale do Rio Doce
		C-3077	Presidente Lula
		C-2538	Fome Zero
	24	C-1055	Bandeira da Ordem de Cristo
		C-1056	Bandeira do Principado
		C-1057	Bandeira do Reino Unido
		C-1058	Bandeira do Brasil Império
		C-1059	Bandeira Nacional
		C-3031	Armas
		C-3032	Bandeira Nacional
		C-3033	Selo Nacional
		C-3034	Hino Nacional
	25	C-203	Francisco Manuel da Silva
		C-1913	Centenário de Vicente Celestino
		C-2169	200 Anos do Nascimento de Dom Pedro I
		C-2024	150 anos de Castro Alves
		C-618	Francisco Braga
		C-113	100 Anos de Francisco Pereira Passos
		C-114	100 Anos de Francisco Pereira Passos
		B-132	Aprendendo a Colecionar Selos

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

O BRASIL COLÔNIA



Desembarque de Cabral em Porto Seguro Obra de Oscar Pereira da Silva, 1922.
Óleo sobre tela, 1922, 190 X 333 cm. Museu Paulista de São Paulo

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 1 - A EXPANSÃO ULTRAMARINA DE PORTUGAL

Os descobrimentos portugueses foram o conjunto de conquistas realizadas pelos portugueses em viagens e explorações marítimas entre 1415 e 1543 que começaram com a conquista de Ceuta em África. Os descobrimentos resultaram na expansão portuguesa e deram uma contribuição essencial para delinear o mapa do mundo impulsionados pela procura de alternativas às rotas do comércio no Mediterrâneo.

Com estas descobertas os portugueses iniciaram a Era dos Descobrimentos europeus entre os séculos XV até ao XVII e foram responsáveis por importantes avanços da tecnologia e ciência náutica, cartografia e astronomia, desenvolvendo os primeiros navios capazes de navegar em segurança em mar aberto no Atlântico. Outro detalhe seria a cristianização dos povos muçulmanos e outros povos não cristãos descobertos.



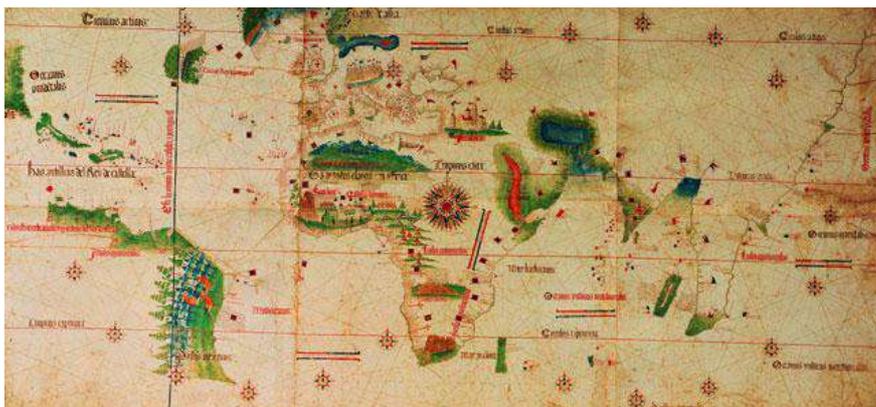
RHM A-100 - 5º Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, o navegador

Os portugueses dirigiram-se para o Norte de África, avançaram progressivamente pelo Atlântico ao longo das costas da África, dobraram o Cabo da Boa Esperança e entraram no Oceano Índico movidos pela procura de rotas alternativas ao comércio Mediterrânico. Chegaram à Índia em 1498, exploraram o Atlântico Sul e aportaram no Brasil em 1500; navegando no extremo da Ásia chegaram à China em 1513 e ao Japão em 1543.

As expedições prolongaram-se por vários reinados, desde o tempo das explorações na costa africana e americana impulsionadas pelo regente D. Pedro, duque de Coimbra e o Infante D. Henrique, filhos de D. João I, e mais o seu sobrinho o Infante D. Fernando, duque de Viseu, até ao projeto da descoberta de um caminho marítimo para a Índia no reinado de D. João II, culminando com o de D. Manuel I à altura em que o império ultramarino português fica consolidado.



RHM C-1884 - 6º Centenário de Nascimento do Infante Dom Henrique



Planisfério de Cantino (1502), a mais antiga carta náutica portuguesa conhecida, mostrando o resultado das viagens de Vasco da Gama à Índia, Colombo à América Central, Gaspar Corte Real à Terra Nova e Pedro Álvares Cabral ao Brasil, com meridiano de Tordesilhas assinalado. (Biblioteca universitária de Módena)

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

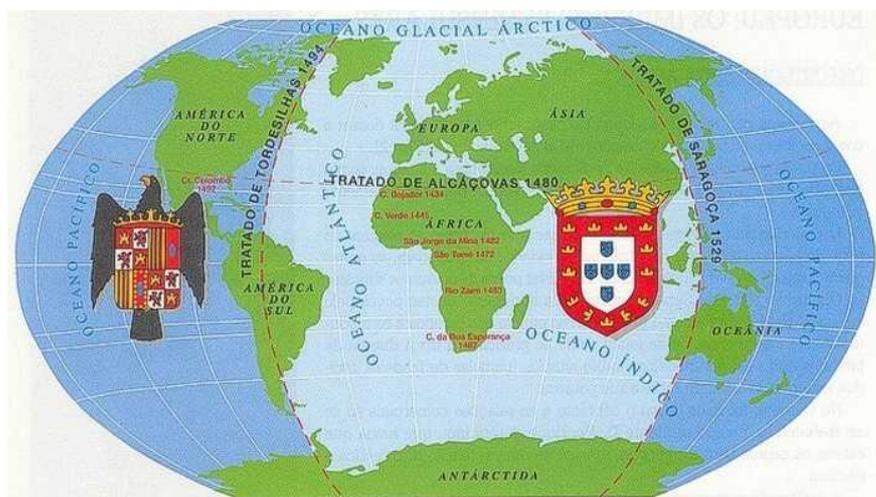
CAP. 2 - O TRATADO DE TORDESILHAS

O Tratado de Tordesilhas, assinado em Tordesilhas (na atual Espanha) em 7 de junho de 1494 celebrado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela para dividir as terras "descobertas e por descobrir" fora da Europa. Este tratado surgiu pela contestação portuguesa às pretensões da Coroa de Castela, resultantes da viagem de Cristóvão Colombo, que um ano e meio antes chegara ao chamado Novo Mundo, reclamando-o oficialmente para a Rainha Isabel, a Católica.

O tratado definia como linha de demarcação o meridiano a 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde (denominado então Meridiano de Tordesilhas). Esta linha estava situada a meio caminho entre estas ilhas (então portuguesas) e as ilhas das Caraíbas descobertas por Colombo. Os territórios a leste deste meridiano pertenceriam a Portugal e os territórios a oeste, a Castela.

Em 26 de janeiro de 1500, o navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón atingiu o Cabo de Santo Agostinho, litoral sul de Pernambuco, tornando-se portanto o primeiro europeu a desembarcar na costa do Brasil. Já a expedição portuguesa de Pedro Álvares Cabral chegou a costa brasileira em 22 de abril de 1500.

Outras potências marítimas europeias (França, Inglaterra, Países Baixos) passaram a questionar a exclusividade da partilha do mundo entre as nações ibéricas. Esse questionamento foi muito apropriadamente expresso por Francisco I de França, que ironicamente pediu para ver a cláusula no testamento de Adão que legitimava essa divisão de terras.



Por essa razão, desde cedo apareceram na costa do Brasil embarcações que promoviam o comércio clandestino, estabelecendo contacto com os indígenas e aliando-se a eles contra os portugueses. Floresceram o corso, a pirataria e o

contrabando. Muitos armadores fundaram feitorias para contrabando de pau-brasil, além de saquearem outros navios.



RHM B-97 - 500 Anos da assinatura do Tratado de Tordesilhas entre Espanha e Portugal

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 3 - A DESCOBERTA DO BRASIL

O Rei D. Manuel I ordena aparelhar uma nova frota de navios para as Índias, mantendo o sucesso da viagem de outro navegador, Vasco da Gama, descobridor do caminho. A nova frota era composta por treze embarcações e mais de mil homens. Com exceção dos nomes de duas naus e de uma caravela (Santa Maria, Niña e Pinta), não se sabe como se chamavam os outros navios. Estima-se que a armada levasse mantimentos para cerca de dezoito meses.

A frota comandada por Pedro Álvares Cabral chegou ao território denominado Ilha de Vera Cruz (terras que hoje compõem o território do Brasil), ocorrida no dia 22 de abril de 1500.



No dia 24 de abril, Cabral recebeu um grupo de índios no seu navio, e os nativos aparentemente reconheceram o ouro e a prata o que fez com que os portugueses inicialmente acreditassem que havia muito ouro naquela terra.

Entretanto, Pero Vaz de Caminha em sua carta, confessa que não sabia dizer se os índios diziam mesmo se ali havia ouro ou se o desejo dos navegantes pelo metal era tão grande que eles não conseguiram entender diferentemente.

A Primeira Missa na nova terra foi rezada por Frei Henrique de Coimbra, em um domingo, 26 de abril de 1500. Logo depois de realizada a missa, a frota de Cabral rumou para as Índias, seu objetivo final, mas enviou um dos navios de volta a Portugal com a carta de Caminha.



RHM C-1 - Descobrimto do Brasil



RHM C-1387 - Descobrimto das Américas e do Brasil - Homenagem à Exposição Filatélica "Espanha 84" - Madrid



RHM C-595 - 5º Centenário de Nascimento de Pedro Álvares Cabral



RHM C-2080 - Comemoração do V Centenário do Descobrimto do Brasil

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 4 - A PRIMEIRA MISSA NO BRASIL

FREI HENRIQUE SOARES DE COIMBRA

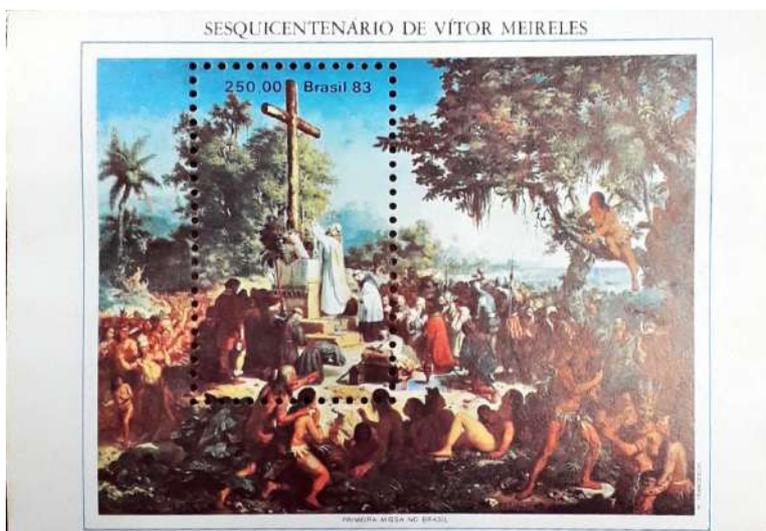
Missionário na Índia e na África, viajou na frota de Pedro Álvares Cabral em 1500, tendo celebrado a primeira missa no Brasil, em 26 de Abril de 1500.

Na expedição de Cabral, Frei Henrique de Coimbra dirigia um grupo de religiosos destinados às missões do Oriente. Já em Calecute (Índia), após o descobrimento do Brasil e a viagem até à Índia, cinco dos oito religiosos foram mortos por muçulmanos. Após o fracasso da missão, Henrique de Coimbra regressou a Portugal, assumindo outros cargos de importância religiosa.

QUADRO "A PRIMEIRA MISSA",

de Victor Meirelles

A tela foi feita entre 1859 e 1861, em Paris, durante o período em que o artista viveu na Europa graças a uma bolsa de estudos concedida pela Academia Imperial de Belas Artes, inspirada na carta escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal descrevendo a primeira missa feita no país. A obra também conferiu a Meirelles o grau de cavaleiro Imperial da Ordem da Rosa e o cargo de professor honorário da Academia de Belas Artes.



A grande dimensão da tela, 2,70 por 3,57 metros, é característica comum às pinturas históricas, gênero em que Primeira Missa no Brasil está inserida. No quadro a primeira missa é representada em uma organização circular em torno da figura principal, o Frei Henrique de Coimbra, que ocupa também o centro físico da tela em um gesto de erguer o cálice.



RHM C-596 - 5º Centenário do
Descobrimto do Brasil
1ª Missa - Quadro de Cândido Portinari

Ao lado

RHM B-63

Sesquicentário de nascimento do
pintor Victor Meirelles de Lima
(1932-1903)
com seu quadro mais importante:
A Primeira Missa no Brasil

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 5 - A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

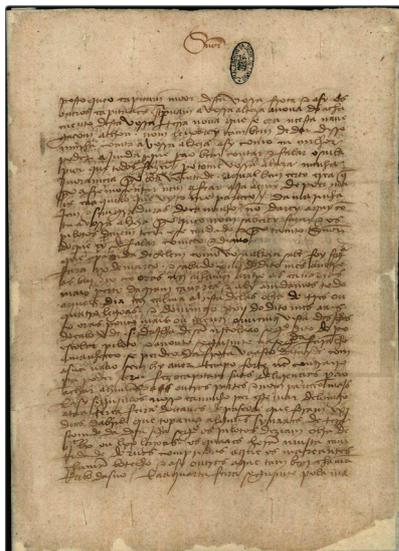
Pero Vaz de Caminha (1450 — 1500), foi um fidalgo português que se notabilizou nas funções de escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral.

Foi também vereador na cidade portuguesa do Porto em 1500 foi nomeado escrivão da feitoria a ser erguida em Calecute, na Índia, tendo viajado na nau capitânia da armada de Pedro Álvares Cabral em abril daquele mesmo ano para assumir seu cargo quando os portugueses descobriram o Brasil.

Tradicionalmente aceita-se que Caminha faleceu em um combate durante o ataque muçulmano à feitoria de Calecute, em construção, no 16 ou 17 de dezembro de 1500.

Caminha eternizou-se como o autor de uma carta, datada de 1 de Maio, ao soberano rei português Dom Manuel, tida como um dos três únicos testemunhos desse descobrimento (os outros dois são a Relação do Piloto Anônimo e a Carta do Mestre João Faras).

Mais conhecido dentre os três, a Carta de Pero Vaz de Caminha é considerada a certidão de nascimento do Brasil embora, descoberta na Torre do Tombo em Portugal e publicada na Imprensa Régia do Rio de Janeiro em 1817, mas vindo ao público somente em 1843 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, graças ao historiador Francisco Adolfo de Varnhagem.



RHM C-1395 - 1º Aniversário do Edifício-Sede da União Postal das Américas e Espanha em Montevideo, Uruguai: Pero Vaz de Caminha escrevendo a carta do descobrimento

Clique no QR Code e conheça:



Carta de Pero Vaz de Caminha



Carta do Mestre João Faras



Relação do Piloto Anônimo

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 6 - OS INDÍGENAS

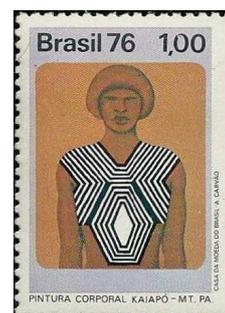
Os povos que habitavam o Brasil na época da descoberta viviam na Idade da Pedra, entre a passagem do Paleolítico para o Neolítico, uma vez que praticavam uma incipiente agricultura (milho e mandioca) e domesticação de animais (porco do mato e capivara). Conheciam e se utilizavam do fogo para cozer os alimentos, além de prepararem uma bebida fermentada chamada cauim, com cascas, raízes ou folhas. Interessante notar que as partes dos vegetais que usavam era cozida, em seguida mastigada e cozida novamente. As enzimas da saliva quebram o amido em açúcares fermentáveis, mesmo princípio usado na produção do saquê (bebida alcoólica japonesa).

Quando da chegada ao Brasil pelos portugueses, o litoral baiano era ocupado por duas nações indígenas do grupo linguístico tupi: os tupinambás, que ocupavam a faixa compreendida entre Camamu (Bahia) e a foz do rio São Francisco; e os tupiniquins, e que se estendiam de Camamu até o limite com o atual estado brasileiro do Espírito Santo. Mais para o interior, ocupando a faixa paralela àquela apropriada pelos tupiniquins, estavam os aimorés.



“Índios em suas cabanas”, de Johann Moritz Rugendas

No início do processo de colonização do Brasil, os tupiniquins apoiaram os portugueses, enquanto seus rivais, os tupinambás, apoiaram os franceses, que durante os séculos XVI e XVII realizaram diversas ofensivas contra a América Portuguesa. A presença dos europeus incendiou mais o ódio entre as duas tribos, ódio relatado por Hans Staden, viajante alemão, em seu sequestro pelos tupinambás. Ambas as tribos possuíam cultura antropofágica com relação aos seus rivais, característica que durante séculos não fora compreendida pelos europeus, o que resultou na posterior caça àqueles que se recusassem a mudar esse hábito.



RHM C-927 A C-929
Preservação da Cultura Indígena no Brasil



RHM C-2418
Homenagem a Madalena Caramuru
Primeira mulher alfabetizada no Brasil

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 7 - CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

O insucesso das expedições guarda-costas de Cristóvão Jacques, assim como o aumento do tráfico de pau-brasil e outros gêneros por corsários estrangeiros, principalmente franceses no litoral do Brasil, em um momento de crise do comércio português no Oriente, foram os motivos para a iniciativa de colonização do Brasil por Portugal.

As capitanias do Brasil foram uma forma de administração territorial implantada pela metrópole, devido a falta de recursos e condições de colonização. O sistema já havia dado certo nas Ilhas da Madeira e Cabo Verde.

Foi inicialmente implantado no Brasil com a doação a Fernão de Noronha da Ilha de São João (atual ilha de Fernando de Noronha), por Carta Régia de Dom Manuel I em 1504. Efetivamente a implantação das capitanias foi estabelecido apenas em 1532 mas só começou em 1534.

Neste ano foram criadas 14 capitanias hereditárias divididas em 15 lotes. Os beneficiários, em número de doze, eram pessoas da pequena nobreza de Portugal, com um sistema de donatários combinando elementos feudais e capitalistas,

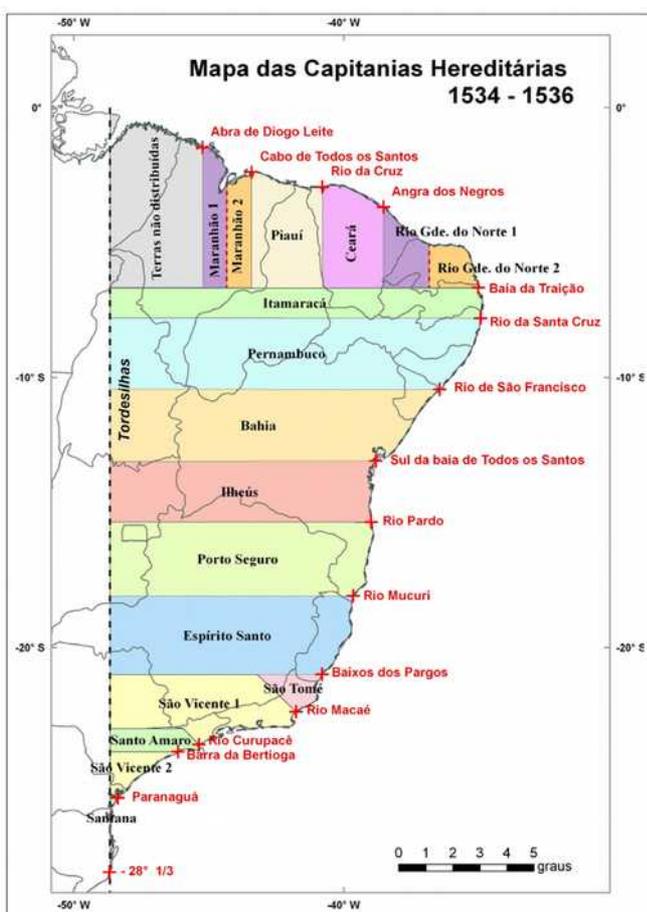


Figura 10 – Proposta do novo mapa das capitanias hereditárias. Desenho do autor.

Segundo o costume da época, o rei concedia partes dos seus poderes a empreendedores (donatários) que realizavam, por conta própria os serviços governamentais, cobrando

1932 - 4º Centenário da Fundação de São Vicente e Colonização por Martin Afonso



RHM C-41 - Tratado de Tordesilhas



RHM C-43 - Martin Afonso de Souza



RHM C-44 - Dom João III



RHM C-45 - Martin Afonso em São Vicente

impostos dos colonos e repassando parte para o rei.

O donatário constituía-se na autoridade máxima dentro da própria capitania, tendo o compromisso de desenvolvê-la com recursos próprios.

De todas as capitanias, as que mais se desenvolveram foram a região da Nova Lusitânia (atual Pernambuco) seguido pela Capitania de São Vicente (no litoral de São Paulo).

A Capitania da Baía de Todos os Santos após a morte de seu donatário, foi vendida pela viúva à Coroa, para a instalação da sede do governo-geral com a fundação da cidade do Salvador (1549).

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 8 - A FUNDAÇÃO DE SÃO VICENTE**

A cidade de São Vicente, reconhecida como marco fundador da colonização do Brasil situa-se no litoral paulista. Foi a primeira cidade fundada pelos portugueses no Brasil, em 22 de janeiro de 1532. Na história oficial, 30 anos antes de Martim Afonso de Souza chegar a São Vicente, foi uma expedição portuguesa comandada por Gaspar de Lemos que chegou nessas terras 1502, batizando a ilha em homenagem a São Vicente Mártir. Na época, o Brasil também era alvo de cobiça de franceses e ingleses, tanto pelo pau-brasil como buscando riquezas. Antes deles, Antonio Rodrigues, João Ramalho e Mestre Cosme Fernandes, prováveis tripulantes da armada de Francisco de Almeida foram os primeiros portugueses que viveram em São Vicente e em harmonia com os indígenas.

João Ramalho (1493-1580) viveu boa parte de sua vida entre índios tupiniquins, após chegar no Brasil em 1515. Foi, inclusive, chefe de uma aldeia, após se tornar amigo próximo do cacique Tibiriçá, importante líder indígena tupiniquim na época dos primeiros anos da colonização portuguesa no Brasil.



Pintura de Benedito Calixto, obra de 1900, no Museu Paulista

Teve um papel importante na aproximação pacífica entre índios e portugueses, principalmente com a chegada de Martim Afonso de Sousa no Brasil.

Enquanto em 1520 os índios e os poucos portugueses daquela terra conviviam em paz, a alguns quilômetros dali, em 1523, a esquadra de seis navios de Cristóvão Jaques, designada pela Coroa Portuguesa para reforçar a vigilância pela costa do novo país afundou três navios franceses próximos à Bahia. Portugal decidiu que era o momento de iniciar uma colonização oficial nessas novas terras. D. João III mandou então alguns oficiais em uma expedição, com seu amigo de infância Martim Afonso de Sousa, que levou o irmão, Pero Lopes de Sousa, e mais de 400 homens em cinco

embarcações. Essa expedição partiu de Lisboa, no dia 3 de dezembro de 1530. Apesar de outros portugueses terem chegado antes em São Vicente, a posse oficial do território ocorreu com a expedição de Martim Afonso de Souza em 1532.

A esquadra chegou na ilha em 20 de janeiro de 1532, mas por conta do mau tempo, desceram em terra firme apenas em 22 de janeiro, momento em que Martim Afonso batizou o local como Vila de São Vicente. Os portugueses optaram por se instalar nas ilhas pela facilidade de defesa e fuga, em caso de ataques indígenas ou piratas.



RHM C-42 - João Ramalho e Tibiriçá



RHM C-297 - 4º Centenário da Fundação de Santo André, SP em 1553 por João Ramalho



RHM-1260 - 450 anos da Fundação de São Vicente

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 9 - A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

Em janeiro de 1554 chega um grupo de jesuítas comandado pelo padre jesuíta Manuel da Nóbrega. Interessado em estabelecer um local onde pudesse catequizar os indígenas longe da influência dos homens brancos, e auxiliado pelo igualmente jesuíta José de Anchieta, chega ao planalto vencendo a Serra do Mar, auxiliado por João Ramalho, fundador do povoado de Santo André da Borda do Campo.

Com o objetivo de catequizar os índios que viviam na região, os jesuítas erguem um barracão de taipa de pilão, em uma colina alta e plana, localizada entre os rios Tietê, Anhangabaú e Tamanduateí, com a anuência dos chefes indígenas locais, como o cacique Tibiriçá, que comandava uma aldeia de tupiniquins nas proximidades, e o chefe Tamandiba.

Em 25 de janeiro daquele ano, dia em que se comemora a conversão do apóstolo Paulo, o padre Manuel de Paiva celebra a primeira missa na colina, marcando o início da instalação dos jesuítas no local e a fundação da cidade de São Paulo. Dois anos depois, os padres erguem uma igreja – a primeira edificação duradoura do povoado. Em seguida, ergueram o colégio e o pavilhão com os aposentos. Destas construções originais, resta apenas uma parede de taipa, onde hoje encontra-se o Pátio do Colégio.

Ao redor do colégio formou-se uma pequena povoação de índios convertidos, jesuítas e colonizadores portugueses. Em 1560, a população do povoado seria expressivamente ampliada, quando, por ordem de Mém de Sá, governador-geral da colônia, os habitantes da vila de Santo André da Borda do Campo são transferidos para os arredores do colégio. A vila de Santo André é extinta, e o povoado é elevado a esta categoria, com o nome de "Vila de São Paulo de Piratininga".

Por ato régio é criada no mesmo ano sua Câmara Municipal, então chamada "Casa do Conselho". É provavelmente nesse mesmo ano de 1560 que é criada a Confraria da Misericórdia de São Paulo (atual Santa Casa de Misericórdia).

Em 1562, incomodados com a aliança entre tupiniquins e portugueses, os índios tupinambás, unidos na Confederação dos Tamoios, lançam uma série de ataques contra a vila em 9 de julho, no episódio conhecido como Cerco de Piratininga. A defesa organizada por Tibiriçá e João Ramalho impede que os tupinambás entrem em São Paulo, e os obriga a recuar, em 10 de julho do mesmo ano.



RHM C-245 - Padre Manoel da Nóbrega



RHM C-1176 Beatificação do Padre José de Anchieta



Oscar Pereira da Silva
Fundação da Cidade de São Paulo
Acervo do Museu Paulista da USP



RHM C-331 - IV Centenário da Cidade de São Paulo



RHM C-1050 - Restauração do Pátio do Colégio

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 10 - A FUNDAÇÃO DE SALVADOR, BAHIA

Fundada com o nome de Cidade do São Salvador foi a capital do Brasil de 1549 a 1763. A data oficial de sua fundação marca o dia em que o português Tomé de Sousa desembarcou no atual Porto da Barra, em 29 de março de 1549 dando início à construção da cidade-fortaleza.

Ele havia sido nomeado primeiro governador-geral do Brasil pelo rei dom João III de Portugal, chegando com seis navios trazendo mais de mil pessoas para o país, Trezentas e vinte nomeadas e recebendo salários; entre eles o primeiro médico nomeado para o Brasil por um prazo de três anos: Dr. Jorge Valadares; e o farmacêutico Diogo de Castro, seiscentos militares, degredados, e fidalgos, além dos primeiros padres jesuítas no Brasil, como Manuel de Nóbrega, João Aspilcueta Navarro e Leonardo Nunes, entre outros.. A razão principal de sua vinda para o Brasil foram as revoltas promovidas pelos indígenas, onde a presença dos portugueses não era efetiva.

A presença dos europeus data desde, pelo menos, o naufrágio de um navio francês em 1510, de cuja tripulação fazia parte Diogo Álvares, o famoso Caramuru.

Em 1535 chegou à região o primeiro dos donatários portugueses criados com a instituição do sistema das capitanias hereditárias, Francisco Pereira Coutinho, que recebeu a capitania do rei português D. João III. Coutinho fundou o Arraial do Pereira, nas imediações onde hoje está a Ladeira da Barra.

Os índios não gostavam de Pereira Coutinho por causa de sua crueldade e arrogância no trato. Por isso, aconteceram diversas revoltas indígenas enquanto ele esteve na vila. Uma delas o obrigou a refugiar-se em Porto Seguro, com Diogo Álvares; na volta, já na Baía de Todos os Santos, enfrentando forte tormenta, o barco, à deriva, chegou à praia de Itaparica. Nessa, os índios fizeram-no prisioneiro, mas deram liberdade a Caramuru. Francisco Pereira Coutinho foi retalhado e servido numa festa antropofágica.

A fundação de Salvador já como capital do Brasil tinha vantagens: estava mais perto de Portugal, facilitando as viagens e o comércio com a metrópole. Além disso era a rota mais curta até o continente africano, de onde os portugueses traziam escravos para trabalharem na colônia, barateando o custo destas viagens.

Salvador também era fortificada por ser a capital da colônia, defendendo o território contra invasões estrangeiras e protegendo os colonos das guerras tribais.



RHM A-72
4º Centenário da Fundação de
Salvador, Bahia



RHM C-2192
450 anos de Salvador, Bahia

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 11 GOVERNO GERAL

Com o fracasso do sistema de capitânicas hereditárias, a Coroa Portuguesa optou por centralizar o poder na colônia, criando uma autoridade chamada governador-geral em 1548. A determinação para a criação desse cargo partiu do próprio rei de Portugal, D. João III.

Essa medida foi tomada com o objetivo de transformar a colônia em um negócio mais lucrativo para Portugal, que sofria o enfraquecimento do comércio na Índia.

A constante ameaça estrangeira, sobretudo dos franceses, também era um fator que tornava a colonização importante e necessária para Portugal.

Fez parte da administração colonial: a construção da nova capital, pacificação dos indígenas, expulsão de invasores, etc. Junto com o primeiro governador geral chegaram os jesuítas no Brasil sob a liderança de Manuel da Nóbrega.

Durante os anos do Governo-Geral, o Brasil teve três governadores-gerais: Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá, que governaram o Brasil entre 1549 e 1572.

Governo-geral de Tomé de Sousa

Tomé de Sousa foi enviado ao Brasil em 1549 com instruções específicas dadas pela Coroa Portuguesa. Os objetivos, em geral, eram promover o desenvolvimento populacional e econômico (principalmente pela produção de açúcar) da colônia e garantir a expulsão de invasores.

A expedição de Tomé de Sousa chegou à região da Baía de Todos os Santos com aproximadamente mil homens. Entre essas ordens a Tomé de Sousa, também estavam manter os nativos sob controle e a garantia da conversão deles ao cristianismo.

A primeira ação do governador-geral foi promover a construção de Salvador em 1549 instituída como capital do Brasil (que perdurou mais de 200 anos). Sua localização geográfica centralizada na colônia facilitava o contato com as diferentes capitânicas.

Após o governo de Tomé de Sousa, houve mais dois governadores-gerais: Duarte da Costa (1553-1558) e Mem de Sá (1558-1572).

No governo de Duarte da Costa, a política de tratamento dos indígenas foi alterada, pois o governador-geral permitiu que os colonos escravizassem todo e qualquer indígena. Isso, naturalmente, aumentando a hostilidade dos indígenas.

O outro governador-geral foi **Mem de Sá**, que permaneceu na função por catorze anos. Ele foi o responsável por expulsar os franceses da Baía da Guanabara. Os franceses eram liderados por Nicolas Durand de Villegagnon e invadiram a região em 1555, criando lá a França



Tomé de Sousa



Duarte da Costa



Mem de Sá

Triplíce do governo-geral Brasileiro

Antártica. Como resultado da expulsão dos franceses da região foi fundada a cidade do Rio de Janeiro a fim de proteger a localidade de novas invasões.

A atuação de Mem de Sá na expulsão dos franceses fazia parte de uma tarefa que lhe foi designada pela Coroa no ato de sua nomeação ao cargo de governador-geral. A defesa e a posse da terra eram tarefas importantíssimas aos olhos da Coroa.

Depois da saída de Mem de Sá, Portugal ordenou a divisão da colônia em Governo do Norte, com capital em Salvador, e Governo do Sul, com capital no Rio de Janeiro.

(O Correio brasileiro não emitiu selos sobre esta parte importante da nossa história, mas ela não poderia deixar de ser citada.)

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 12 - INVASÃO FRANCESA E A FUNDAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

No governo de Duarte da Costa ocorreram diversas incursões de corsários de potências europeias, dentre elas a dos franceses. A França não reconhecia o Tratado de Tordesilhas e defendia o princípio do direito à posse da terra por quem a ocupasse, questionando sobre o "Testamento de Adão". Assim, foram duas as tentativas francesas de fixação no território brasileiro: a primeira no Rio, a França Antártica, em 1555 e a segunda, no Maranhão, a França Equinocial, a partir de 1594.

Os franceses aportaram na Baía de Guanabara em 1555, comandados por Nicolau Durand de Villegaignon e se fixaram na Ilha de Serigipe, na Baía de Guanabara. Por dez anos resistiram aos portugueses, organizaram um Arraial e construíram forte de Coligny.

Não só queriam compartilhar a terra do novo mundo, mas explorar o pau-brasil no litoral sul e conseguir um território onde os protestantes franceses pudessem exercer livremente sua religião sem os riscos da inquisição católica.

Fizeram acordos com os índios Tupinambás que, junto com outras nações indígenas, guerreavam com os portugueses contra sua escravização. A união das tribos indígenas contra os portugueses ficou conhecida como a Confederação dos Tamoios.

Em 1560 o novo governador geral, Mem de Sá chega com a primeira expedição contra os franceses, que foram expulsos da baía de Guanabara após a destruição do forte de Coligny.

Em 1563 chegam os reforços de Portugal pedidos pelo governador para expulsar definitivamente os invasores.

Em 1º de março de 1565, Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, uma base na luta contra os franceses e seus aliados indígenas.

Mesmo após a fundação do Rio, os franceses não deixaram a cidade. Em 1567 Mem de Sá manda reforços para para o Rio de Janeiro. A batalha final aconteceu em 20 de janeiro, dia de São Sebastião, no Outeiro da Glória. Os portugueses venceram, mas Estácio de Sá foi ferido no rosto por uma flecha envenenada e morreu um mês depois.

4º Centenário da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro



RHM C-534



RHM C-522



RHM C-544



RHM C-516



RHM C-517



RHM C-515

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 13 – SEGUNDA INVASÃO FRANCESA**

Numa segunda tentativa de invadir o Brasil os franceses após passarem pelo arquipélago de Fernando de Noronha, desembarcaram em julho de 1612, na ilha de Upaon-Mirim (atual ilha de Santana) fundando o forte de "Saint Louis" (atual Palácio dos Leões) em homenagem ao soberano, Luís XIII de França. No dia 8 de Setembro de 1612, frades capuchinhos rezaram a primeira missa.

Nesta grande tentativa francesa de subtração de uma parte da Colônia portuguesa para seu usufruto, a ocupação do Maranhão entre 1612 e 1615 – o efêmero estabelecimento da "França Equinocial" –, um herói natural do Brasil, mestiço como boa parte dos que viviam ao longo do litoral, desempenhou papel fundamental para a expulsão do invasor.

Há 400 anos, Jerônimo de Albuquerque era o primeiro brasileiro a assumir o comando de uma força naval empregada em operações militares, uma flotilha formada por embarcações a vela denominadas de caravelões. Foi essa força naval que, por ordens diretas do Rei Felipe III zarpuou de Recife em junho de 1613, conduzindo aproximadamente cem homens, para realizar os primeiros ataques aos redutos franceses estabelecidos ao longo do litoral maranhense.

Contudo, o invasor tinha construído uma sólida fortificação na Ilha de São Luís, bem guarnecida por tropas, o que prolongou as operações militares até novembro de 1615. Durante todo esse tempo, Jerônimo de Albuquerque esteve sempre na linha de batalha, à frente de grandes grupos de índios flecheiros ou liderando colunas em marcha pelo sertão, acossando fortes ou comandando caravelões. Participação tão intensa que mereceu do rei a titulação de Capitão Mor da Conquista do Maranhão e fez com que fosse reconhecido até sua morte, em 1618, pelo nome Jerônimo de Albuquerque Maranhão.



Carimbo Comemorativo dos
400 anos da Força Naval de
Jerônimo de Albuquerque



RHM C-3288
400 Anos da Força Naval sob o comando de
Jerônimo de Albuquerque



RHM C-3231
400 anos da Fundação de São Luis do
Maranhão



RHM C-2898
Os Mirantes de São Luis

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 14 - INVASÕES HOLANDEASAS**

As invasões holandesas no Brasil ocorreram durante o século XVII, na tentativa de ocupação do Nordeste brasileiro pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

As invasões holandesas foram o maior conflito político-militar da colônia. Embora concentradas no atual Nordeste, não se resumiram a um episódio regional. Fizeram parte dela outros países da Europa, numa tentativa de controlar a produção e comércio do açúcar e o tráfico de escravos da África.

A INVASÃO DE SALVADOR (1624-1625)

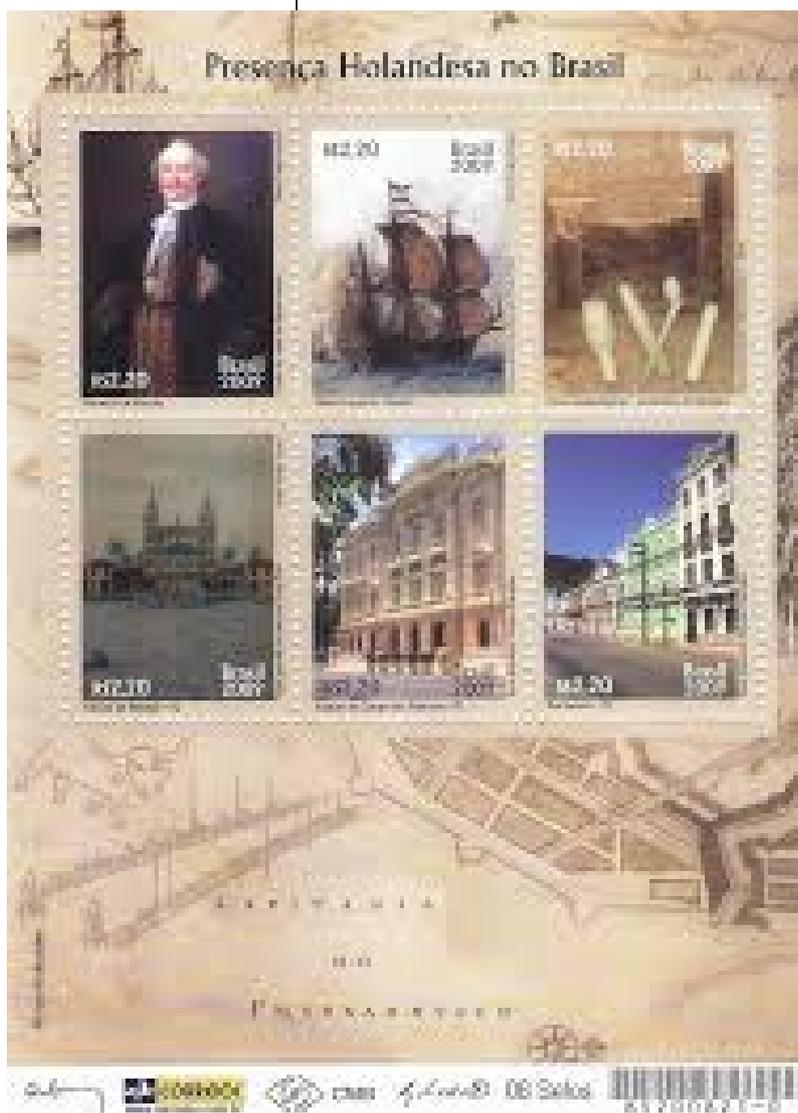
Em 10 de maio de 1624 uma expedição holandesa com vinte e seis navios com cerca de mil e setecentos homens atacou e conquistou a cidade. Em pânico, os habitantes retiraram-se para o interior. O Governador-Geral Diogo de Mendonça Furtado, seu filho e alguns oficiais foram aprisionados e enviados para os Países Baixos. A administração da cidade passou a ser exercida pelo fidalgo holandês Johan van Dorth. O Governador da Capitania de Pernambuco, Matias de Albuquerque foi nomeado Governador-Geral, administrando a colônia a partir de Olinda, e enviando reforços para a guerrilha no Arraial do Rio Vermelho e no Recôncavo.

Em 1625 a Espanha enviou como reforço uma poderosa armada de cinquenta e dois navios com cerca de doze mil homens, a maior então enviada aos mares do Sul: a famosa Jornada dos Vassalos. Essa expedição derrotou e expulsou os invasores holandeses a 1 de maio desse mesmo ano.

A INVASÃO DE OLINDA E RECIFE (1630-1654)

O enorme gasto com a invasão às terras da Bahia foi recuperado quatro anos mais tarde, num audacioso ato de corso quando, no mar do Caribe, o Almirante holandês Piet Heyn saqueou a frota espanhola que transportava o carregamento anual de prata extraída nas colônias americanas.

Com esta prata roubada dos espanhóis, os holandeses armaram nova expedição, desta vez contra a mais rica de todas as possessões portuguesas. O seu objetivo era o de restaurar o comércio do açúcar com os Países Baixos, proibido pela Coroa da Espanha. Com uma frota de sessenta e sete navios e cerca de sete mil homens sob o comando do almirante Hendrick Lonck, ataca Pernambuco onde, em fevereiro de



Bloco RHM B-152

1630, conquista Olinda e depois Recife. Os holandeses enviam depois, mais de seis mil homens para assegurar a conquista desta parte do território.

A aquisição de mão de obra escrava tornou-se imprescindível para o

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 14 - INVASÕES HOLANDESA

sucesso da colonização holandesa. Por essa razão, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais começou a traficar escravos da África para o Brasil.

A RESISTÊNCIA

A resistência, liderada por Matias de Albuquerque, concentrou-se no Arraial do Bom Jesus, nos arredores do Recife. Através de táticas indígenas de combate (campanha de guerrilhas), confinou o invasor às fortificações no perímetro urbano de Olinda e seu porto, Recife.

Por conta de uma administração holandesa mais liberal e com injeção de capital, alguns senhores de engenho de cana-de-açúcar aceitaram a administração da Companhia das Índias Ocidentais por aumentarem o desenvolvimento de seus negócios. O melhor representante dos senhores de engenho foi Domingos Fernandes Calabar, considerado como um traidor ao apoiar as forças de ocupação e a administração neerlandesa.

Destacaram-se nesta fase de resistência luso-brasileira líderes militares como Martim Soares Moreno, Filipe Camarão, Henrique Dias e Francisco Rebelo (o Rebelinho).

Com a invasão da Paraíba (1634) e as conquistas do Arraial do Bom Jesus e do cabo de Santo Agostinho (1635), as forças comandadas por Matias de Albuquerque entraram em colapso e se viram forçadas a recuar na direção do rio São Francisco.

O GOVERNO DE JOÃO MAURÍCIO DE NASSAU-SIEGEN (1637-1644)

Vencida a resistência luso-brasileira, com o auxílio (traição) de Calabar, foi nomeado o conde Maurício de Nassau para administrar a conquista.

Culto e liberal, foi tolerante com a imigração de judeus e protestantes, que o apoiavam contra o Reino de Portugal na sua conquista do território brasileiro, e trouxe consigo artistas e cientistas para estudar as potencialidades da terra.

Preocupou-se com a recuperação da produção do açúcar, prejudicada pelas lutas, concedendo créditos e vendendo em leilão público os engenhos conquistados. Cuidou da questão do abastecimento e da mão de obra, da administração e fez uma reforma urbanística no Recife, chamada de Cidade Maurícia. Concedeu liberdade religiosa, registrando-se a fundação, no Recife, da primeira sinagoga do continente americano.



RHM C-472
1962 - Tricentenário da morte de Henrique Dias



RHM C-2409 - Primeira Sinagoga nas Américas - Recife/PE

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 14 - INVASÕES HOLANDEASAS

Em novembro de 1640 outra expedição holandesa tomou a Ilha de São Luís. Colonos portugueses e jesuítas se estabeleceram em Tapuitapera. O principal líder da resistência foi Antônio Muniz Barreiros. Em 1643 chegaram reforços do Pará liderados por João Vale do Velho e Bento Maciel Parente. As lutas para expulsão dos holandeses se estenderam-se até 28 de fevereiro de 1644.

Em dezembro de 1640 Portugal se separou da Espanha, o possibilitando a formação de uma aliança com a Inglaterra para combater a Holanda.

A INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA

Também conhecida como Guerra da Luz Divina expulsou os holandeses do Brasil, integrando as forças lideradas pelos senhores de engenho André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, pelo afrodescendente Henrique Dias e pelo indígena Filipe Camarão.

A Restauração Portuguesa em 1640 conduziu à assinatura de uma trégua de dez anos entre Portugal e os Países Baixos. Com este abalo ao domínio espanhol, a guerra de independência dos Países Baixos prosseguiu.

Na região Nordeste, sob domínio da Companhia Holandesa, Maurício de Nassau foi substituído na administração. Os novos administradores da companhia passaram a cobrar as dívidas aos senhores de engenho, política que conduziu à Insurreição Pernambucana de 1645 e que culminou com a extinção do domínio holandês após a segunda Batalha dos Guararapes.

Formalmente, a rendição foi assinada em 26 de Janeiro de 1654 na campina do Taborda, mas só provocou efeitos plenos, em 6 de agosto de 1661, com a assinatura da Paz de Haia, onde Portugal concordou em indenizar os Países Baixos com duas colônias, o Ceilão (atual Sri Lanka) e as ilhas Molucas (parte da atual Indonésia), e oito milhões de florins, equivalente a sessenta e três toneladas de ouro, que foram pagos em prestações ao longo de quarenta anos e sob a ameaça de invasão da Marinha de Guerra.

CONSEQUÊNCIAS

Os holandeses passaram a dominar todas as etapas da produção do açúcar e com sua saída do nordeste passaram a investir na região das Antilhas.

O custo do açúcar nas Antilhas era menor do que o do Brasil, sem impostos sobre a mão de obra e menor distância da

Europa. Portugal não conseguiu acompanhar os preços, mergulhando, junto a metrópole em uma crise financeira que só melhorou com a descoberta do ouro nas Minas Gerais.

Houve também uma miscigenação do holandês com todos os povos que habitavam o nordeste: o branco português, os índios da terra e os negros escravizados, já que vieram poucas mulheres com a invasão.



RHM C-243
Tricentenário da Segunda
Batalha de Guararapes



RHM A-71
Tricentenário da Segunda
Batalha de Guararapes

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 15 – CICLOS ECONÔMICOS – CANA DE AÇÚCAR

Considera-se como Ciclo do Açúcar o período da história do Brasil Colônia compreendido entre meados do século XVI e meados do século XVIII. O açúcar representou a primeira grande riqueza agrícola e industrial do Brasil e durante muito tempo foi a base da economia colonial.

O ciclo teve início em 1516, quando a cana-de-açúcar foi introduzida na ilha de Itamaracá, litoral de Pernambuco. Com a criação das capitanias hereditárias, Pernambuco e São Vicente, somadas às da Bahia depois da implantação do governo geral. Em 1549 Pernambuco já possuía trinta engenhos, a Bahia dezoito e São Vicente, dois. Cinquenta anos depois o número de engenhos chegava a 256.

As plantações ocorriam no sistema de plantation, ou seja, eram grandes fazendas produtoras de um único produto com produção voltada para a exportação à Europa. A mão de obra era escrava composta por indígenas e africanos (cujo tráfico também gerava lucros).

O senhor de engenho era o fazendeiro proprietário da fazenda de produção de açúcar. Além do açúcar, destacou-se, na época, no Brasil, também a produção de tabaco e algodão, além da exploração extrativista do pau-brasil.

Pernambuco era a mais rica das capitanias durante o ciclo da cana-de-açúcar. O padre Fernão Cardim, que surpreendeu-se com "*as fazendas maiores e mais ricas que as da Bahia, os banquetes de extraordinárias iguarias, os leitões de damasco carmesim, franjados de ouro e as ricas colchas da Índia*", resumindo suas impressões em uma frase antológica: "*Enfim, em Pernambuco acha-se mais vaidade que em Lisboa*".

Por volta do início do século XVII Pernambuco era a maior e mais rica área de produção de açúcar do mundo, a ponto de levantar a cobiça dos holandeses pela disputa do comércio açucareiro, ocasionando as Invasões Holandesas.



RHM 611 Cana de Açúcar



RHM 588 Colhedor de cana



RHM 629 Algodão



RHM C-556 – 1ª Exposição Nacional do Fumo, Santa Cruz, RS

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 16 – CICLOS ECONÔMICOS

CICLO DO OURO

No início da colonização os portugueses não encontraram riquezas como ouro e pedras preciosas durante os dois primeiros séculos. Os holandeses, expulsos da colônia, dominavam a arte da produção de açúcar, e também franceses e ingleses se estabeleceram na América Central, mais próxima da Europa e com custo menor, derrubando a indústria açucareira brasileira.

Portugal passa a estimular seus cidadãos para virem ao Brasil para desbravar as terras e encontrar riquezas, principalmente ouro. Foi nos sertões de Taubaté que, em 1697, se deu a primeira grande descoberta de ouro.

Portugal ficou unido com a Espanha por 60 anos (1580-1640), ficando com seu comércio arruinado e em decadência, além de uma marinha praticamente destruída.

Ainda assim a exploração econômica do Brasil aumentou: os portugueses comercializavam pau-brasil, e encontrando terras férteis instalaram os engenhos de açúcar e grandes plantações de tabaco.

O ouro da colônia passava a representar em Portugal uma nova esperança de trabalho e enriquecimento para os portugueses. A economia migra da cana-de-açúcar para o garimpo e depois para as minas de ouro, implantando um caos nas cidades. Os preços de alimentos, animais e escravos aumentou, instalou-se a violência e Portugal passa a governar a colônia com mão de ferro, controlando toda a mineração.

A busca por ouro expande as fronteiras do Tratado das Tordesilhas, o controle da produção faz com que surjam cidades aos redores das minas. Junto com riqueza surgem igrejas, confrarias, um comércio urbano e as artes como a pintura, a escultura e a música sacra.

Portugal cobra impostos:

- o quinto (1/5 da produção era da Coroa Portuguesa)
- a capitação (1/5 da produção de bens e serviços)
- a derrama, confisco de bens de quem não pagasse ou não conseguisse pagar o quinto

Participaram do Ciclo do Ouro: os portugueses, os bandeirantes e os escravos. O ouro da colônia ia para Portugal que o usava para pagamento de dívidas com a Inglaterra, financiando indiretamente a Revolução Industrial Inglesa.

MOEDAS DO BRASIL COLONIAL



RHM C-1002 – Vintém



RHM C-1003 – Pataca



RHM C-1004 - Dobrão

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 17 – CICLOS ECONÔMICOS

CICLO DO CAFÉ

O café, planta originária da Etiópia, foi introduzido no período colonial, em Belém, então capitania do Grão-Pará, através de sementes adquiridas na Guiana Francesa espalhando-se em pequenas plantações pelo litoral.

Em 1808, com a chegada de Dom João VI e a corte portuguesa ao Brasil a demanda por café cresceu. O café passa a ser plantado para o comércio interno, sobretudo na região do Vale do Paraíba Fluminense, no atual estado do Rio de Janeiro.

O mercado mundial para o café cresce, com exportações para os Estados Unidos (substituindo o chá que era importado da Inglaterra) e Europa.

A demanda mundial do café continuou crescendo, e com a independência do Brasil em 1822, as plantações foram se espalhando pelo sudeste, com grandes latifúndios se formando no Espírito Santo, Rio de Janeiro e Paraná, mas sobretudo em São Paulo, que se tornou o maior produtor de café do Império maior geradora de riquezas.

Com o crescimento da população europeia diminuindo, e o Brasil produzindo grandes quantidades de café o houve uma gradual desvalorização a partir da primeira crise, em 1893.

Em 1906 os presidentes (assim chamados os governadores) de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro fizeram uma reunião para evitar nova quebra dos negócios, chamada de Convênio de Taubaté, fazendo com que o governo federal adotasse medidas protecionistas:

- O governo passaria a comprar os excedentes de café.
- O governo desencorajaria a expansão das lavouras ou a criação de novas, de modo a frear a superprodução.

A política, apesar do relativo sucesso inicial, tinha falhado completamente pelo fim da década de 1920, devido principalmente a dois fatores:

A Primeira Guerra Mundial, que praticamente causou a suspensão da exportação de café,

A Crise de 1929, que enfraqueceu ainda mais a economia e desencorajou a compra do café no maior consumidor do pós-Primeira Guerra, os Estados Unidos.

Durante mais de 70 anos, entre 1820 e 1900 o café foi o motor da economia do Brasil. A política cafeeira da época

desencorajava a plantação de outros produtos, agravando muito a crise na economia brasileira naquela época.



RHM C-127 - Propaganda do Café Brasileiro



RHM 464 - Convênio Internacional do Café
6ª Reunião da Junta Diretora

RHM C-545 - Propaganda do Café do Brasil



RHM 566 - Colhedor de Café
RHM 615 - Café

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 18 – CICLO DA BORRACHA**

O ciclo da borracha foi um momento importante da história econômica e social do Brasil, baseado na extração de látex da seringueira e comercialização da borracha. Ocorrido na região amazônica proporcionou expansão da colonização, transformações culturais, sociais, arquitetônicas e grande impulso desenvolvimento das cidades, como Manaus e Belém, além da criação de muitas outras.

O naturalista francês Charles Marie de La Condamine ficou muito interessado quando tomou conhecimento da pegajosa e espessa seiva com a qual os índios da Amazônia, no século XVIII, confeccionavam objetos, relatando sua descoberta na Academia de Ciências da França em 1774.

O ciclo da borracha viveu seu auge entre 1879 e 1912, tendo depois experimentado uma sobrevida entre 1942 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).



Bloco RHM B-103 – Centenário do Teatro Amazonas
Manaus / AM

Em 1877 mais de 70 mil sementes de seringueiras do Pará são contrabandeadas para Inglaterra, num escandaloso caso de biopirataria. Este fato marca o início deste primeiro ciclo.

O desenvolvimento da tecnologia e a Revolução Industrial foram o ponto de partida para o extrativismo comercial do látex e a produção nacional da borracha, exportando para Estados Unidos e Europa gerando grandes riquezas. Manaus e Belém foram umas das primeiras cidades do Brasil ainda no final do século XIX, a introduzir a eletricidade na iluminação pública, criando viabilidade para a instalação dos bondes elétricos.

No primeiro ciclo Manaus era uma cidade tipicamente europeia por conta da riqueza da borracha, urbanizada e com vida cultural importante. Belém segue a mesma rotina de aproveitamento da riqueza.



RHM 560 – Seringueiro
RHM 620 – Seringueira

Em 1912 a borracha brasileira perde mercado porque os seringais plantados pelos ingleses na Malásia, no Ceilão e na África tropical durante o período de crescente valorização da borracha no cenário internacional, com sementes oriundas da própria Amazônia, passaram a produzir látex com maior eficiência e produtividade.



RHM 1076 – Teatro da Paz
Belém / PA

O segundo ciclo da borracha ocorre entre 1942-1945. A indústria bélica norte americana na Segunda Guerra Mundial precisou importar borracha do Brasil, já que os produtores da Malásia passaram para as mãos dos japoneses. A chamada "Batalha da Borracha" foi um acordo entre Brasil e Estados Unidos para a produção rápida e em grande escala para a extração do látex.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 19 – ENTRADAS E BANDEIRAS

Na segunda metade do século XVII a crise econômica que assolou o Império Português na Europa e suas colônias na América e na África foi desencadeada por uma série de investidas de outras nações. Colônias na África foram tomadas pelos holandeses e o açúcar brasileiro enfrentava a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas. Naquela situação, a Coroa portuguesa estimulou a procura por metais preciosos em suas colônias.

As **Entradas** podem ser consideradas como expedições oficiais de exploração do território na busca por suas riquezas (ouro, prata, pedras preciosas), enquanto que as **Bandeiras** podem ser tomadas como expedições fortemente armadas organizadas por particulares. Os principais objetivos dessas expedições foram a busca por mão de obra escrava indígena, muitas vezes invadindo e aprisionando milhares deles nas Missões, localização e destruição de quilombos formados por negros e indígenas fugidos da escravidão e a busca por metais e pedras preciosos.

Os mais conhecidos bandeirantes eram, em sua grande maioria da região paulista, destacando-se Antônio Raposo Tavares, Domingos Jorge Velho, Morais Navarro, Domingos Calheiros, Estevão Parente, Fernão Dias Paes (o caçador de esmeraldas), Manuel Borba Gato, Bartolomeu Bueno da Silva, Pascoal Moreira Cabral, Baltazar Fernandes (fundador de Sorocaba) e André Fernandes. Os bandeirantes encontraram ouro por volta de 1695. Dali em diante empreenderam outras descobertas em regiões dos atuais Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

As frequentes expedições dos bandeirantes alimentaram um verdadeiro sistema de mão de obra indígena no planalto paulista possibilitando a produção e o transporte de gêneros agrícolas para abastecimento de uma complexa rede comercial que incluía outras partes de Portugal e América Portuguesa.

Os bandeirantes contribuíram para a expansão territorial do Brasil além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, ocupando o Centro Oeste e o Sul do Brasil.

Foi com termos tupis que os bandeirantes nomearam os vários lugares por onde passaram, originando muitos dos atuais topônimos brasileiros, como Jundiá, Piracicaba, Sorocaba, Taubaté, Guaratinguetá, Mogi das Cruzes, São Luiz do Paraitinga, Tatuapé etc.



RHM C-343 - Tricentenário de Sorocaba
Baltazar Fernandes



RHM C-847
Missões



RHM C-851
Tricentenário de Fernão Dias Paes

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 20 – INCONFIDÊNCIA MINEIRA**

Inconfidência Mineira ou Conjuração Mineira, foi uma conspiração para libertar de Portugal a capitania de Minas Gerais motivada contra a execução da derrama e o domínio português e reprimida em 1789.

Os principais acontecimentos ocorreram em Vila Rica, que começou a ser colonizada no final do século XVII, tomando grande impulso entre os anos de 1700 a 1705.

Todas as terras do Brasil pertenciam a Portugal, que permitia a qualquer súdito explorar as suas riquezas, pagando uma parcela do rendimento chamada de o quinto. O grande problema era a forma como se procedia à arrecadação. Ninguém poderia sair da capitania, levando ouro que não tivesse sido quintado. A partir da criação das casas de fundição ninguém mais poderia carregar ouro em pó.

A arrecadação real não contentava a coroa portuguesa que decidiu substituir o quinto por um novo sistema de arrecadação: a Capitação, no qual os impostos eram "pagos por cabeça", ou seja 17 gramas de ouro por escravo a cada seis meses. Com o esgotamento das minas, os mineiros não conseguiam mais pagar os tributos, sendo decretada a "derrama", que é a invasão das casas para confisco dos bens.

Estes fatos atingiram expressivamente a classe mais rica de Minas Gerais (proprietários rurais, comerciantes, intelectuais, clérigos e militares), que começaram a se reunir para conspirar. Entre esses descontentes destacavam-se, entre outros, o poeta Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, apelidado de "Tiradentes" além de religiosos e outros militares.

Não havia a intenção de libertar o Brasil, pois naquele momento uma identidade nacional ainda não havia se formado. A forma de governo escolhida foi a de uma República, inspirada pelas ideias iluministas da França e da Independência dos Estados Unidos da América

O movimento foi traído por Joaquim Silvério dos Reis, que fez a denúncia para obter perdão de suas dívidas com a Coroa. Os líderes do movimento foram detidos e enviados para o Rio de Janeiro. Em 18 de abril de 1792 foi lida a sentença no Rio de Janeiro.

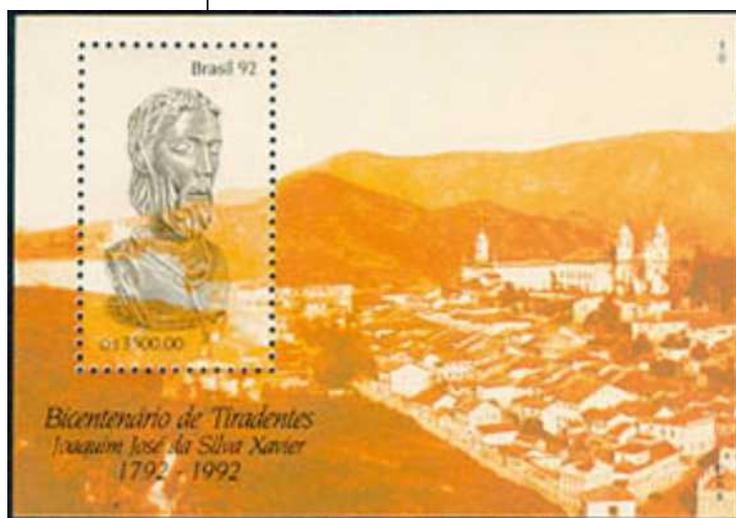
Doze dos inconfidentes foram condenados à morte, mas no dia seguinte condenados a degredo, exílio, galés ou reclusão em igrejas para os religiosos, à exceção de Tiradentes, condenado a morte por enforcamento, que se deu em 21 de abril de 1792 no Campo da Lampadosa, Rio de Janeiro. Seu corpo foi esquartejado e salgado, sendo que suas partes foram colocadas no caminho entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais.



RHM 523
Tiradentes



RHM C-1914 - 250 anos do nascimento de
Tomás Antonio Gonzaga 1744-1810



RHM B-92 - Bicentário da execução de
Joaquim José da Silva Xavier



RHM C-1627 C-1628 C-1629
200 anos da Inconfidência

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 21 – A CONJURAÇÃO BAIANA**

Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates ou mesmo Revolta dos Búzios foi um movimento de caráter emancipacionista ocorrido no final do século XVIII (1798-1799), na então Capitania da Bahia. Diferentemente da Inconfidência Mineira, foi um movimento de caráter popular que defendia a independência e mais igualdade racial, um governo republicano, democrático, com liberdades plenas, o livre comércio e abertura dos portos como principais pontos, além de um salário maior para os soldados.



Inspirado nas idéias iluministas e da independência dos Estados Unidos, o movimento teve participação de pessoas com profissões mais simples, como sapateiros, bordadores, ex-escravos e escravos, alfaiates e outras profissões.

A mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro provocou grande insatisfação popular. Economicamente a Revolução do Haiti, que comprometeu a sua produção açucareira, trouxe um novo apogeu para a cana-de-açúcar no Brasil. A capitania cultivava tabaco, moeda de troca por escravos, o que era proibido por lei. Portugal edita leis que controlavam o plantio e a comercialização de alimentos, visando a exportação de açúcar e evitar o desabastecimento. Por outro lado, os altos impostos tornam a vida difícil na capitania, levando a revoltas populares.

Os 6 pontos da conjuração baiana eram:

- Abolição da Escravatura
- Proclamação da República
- Diminuição dos Impostos
- Abertura dos Portos
- Fim do Preconceito
- Aumento Salarial

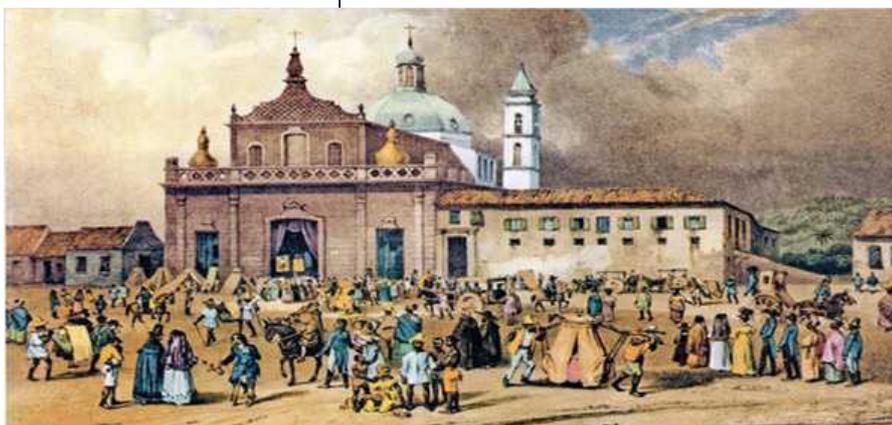
Em 12 de agosto de 1798, enquanto alguns de seus membros, distribuindo os panfletos na porta das igrejas e colando-os nas esquinas da cidade, alertaram as autoridades que reagiram, detendo-os. Tal como na Conjuração Mineira, os presos interrogados acabaram delatando os demais envolvidos.

Após a continuidade da investigação e prisão dos envolvidos, a Ordem dos Carmelitas Descalços foi convocada pelas autoridades a tomarem confissão e acompanharem os condenados. Entre os relatos destaca-se o do Frei José do Monte Carmelo.

Finalmente, no dia 8 de novembro de 1799, procedeu-se à execução dos condenados à pena capital, por enforcamento.

Outros foram condenados a degredo, exílio, castigos (500 chibatadas). Os enforcados na Praça da Liberdade, num total de quatro, tiveram seus corpos esquartejados e espalhados pela cidade por 5 dias, recolhidos depois pela Santa Casa de Misericórdia, que cuidava do cemitério na época.

Não há selos emitidos para este fato triste da nossa história.



Praça do Hospício de Nossa Senhora da Piedade, Salvador, Bahia, local onde quatro participantes da Conjuração Baiana foram enforcados em 1798.
Johann Moritz Rugendas, 1835. Fundação Biblioteca Nacional / Rio de Janeiro.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 22 – A FAMÍLIA REAL NO BRASIL - I**

Em 1806 Napoleão Bonaparte, imperador da França decretou um bloqueio continental determinando que os países fechassem seus portos para os navios da Inglaterra. Desde 1803 Inglaterra e França estavam em guerra.

Portugal, devido a longa aliança política e comercial com os ingleses não aderiu ao bloqueio, por esse motivo Napoleão invadiu Portugal em novembro de 1807.

Antes disso, Portugal fecha um acordo com os ingleses e embarca com a família real, toda a corte, ministros e empregados ao Brasil, num total de 15.700 pessoas em 28 de novembro de 1807, com móveis, documentos, dinheiro, obras de arte e a real biblioteca. Portugal recebeu de maneira pacífica os invasores para evitar derramamento de sangue.

A esquadra chega em 22 de janeiro de 1808 em Salvador, ficando por mais de um mês. Dom João VI criou a Escola de Cirurgia da Bahia, abriu os portos às nações amigas, partindo em seguida para o Rio de Janeiro, a nova capital do Brasil.

D. João também abriu a Imprensa Régia, de onde surgiu a Gazeta do Rio de Janeiro. Foram criadas a Academia da Marinha, a Academia Militar, o Jardim Botânico, a Real Fábrica de Pólvora, Laboratório Químico-Prático, etc. além da construção de inúmeros prédios e abertura de lojas e salões de beleza.

A Real Biblioteca de Portugal, com 60 mil volumes, foi transferida integralmente para o Rio de Janeiro, em 1810, e foi a base para a atual Biblioteca Nacional.

Para o entretenimento da corte foi fundado em 1813 o Real Teatro São João, onde atualmente se encontra o Teatro João Caetano.

Na música, o compositor português Marcos Portugal se encontrou com o Padre José Maurício Nunes Garcia, que foi um dos maiores compositores de música clássica e religiosa do Brasil.

A fim de estreitar os laços comerciais e políticos com os ingleses, Dom João assina, em 1810, o Tratado de Aliança e Amizade, de Comércio e Navegação com o Reino Unido, implicando também na permissão para construção de templos e cemitérios protestantes, na não instalação da inquisição no Brasil (para não perseguir os protestantes), o compromisso de proibir o tráfico de escravos, entre outras coisas.



RHM C-401 - 150 Anos da Abertura dos Portos



RHM C-2721 C-2722 - 200 Anos da Chegada da Família Real ao Brasil



RHM C-2723 - 200 Anos da Abertura dos Portos



RHM C-2374 - 190 Anos da Biblioteca Nacional



RHM C-2748 - 200 Anos da Imprensa Régia

RHM C-813 - Arte Barroca no Brasil Padre José Maurício Nunes Garcia



A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 23 – A FAMÍLIA REAL NO BRASIL - II

A grande consequência da vinda da Família Real foi ter sido a precursora da Independência do Brasil. Em 1815 com o final das guerras napoleônicas o Brasil é declarado por Dom João como Reino Unido a Portugal e Algarves. Isto aconteceu não só pela pressão exercida pelos brasileiros, mas também porque os dirigentes europeus reunidos no Congresso de Viena não reconheciam a autoridade de Dom João numa simples possessão ultramarina.

O Brasil deixa de ser colônia para adquirir o mesmo status jurídico que a metrópole, provocando descontentamento em Portugal, pois revelava que D. João pretendia se fixar no Brasil, que se tornava o centro do império português.

Em 1816, com a morte de rainha D. Maria, D. João tornou-se rei, sendo aclamado D. João VI e permanecendo no Brasil.

Quando D. João VI precisou retornar a Portugal, por causa da Revolução Liberal do Porto, o filho Dom Pedro, aproximou-se da elite agrária e fica no Brasil.

O período em que a corte ficou no Brasil trouxe avanços em todas as artes, além das citadas no capítulo anterior, mas também a criação do Jardim Botânico, da Academia Nacional de Medicina, da Academia Nacional de Belas Artes, entre outras.

Dom Pedro foi nomeado Príncipe Regente do Brasil, mas medidas vindas de Portugal tentando anular seus poderes político, administrativo, militar e judicial e forçá-lo a regressar a Portugal. As notícias repercutiram como uma declaração de guerra, provocando tumultos e manifestações de desagrado.

D. Pedro foi convidado para ficar, pois sua partida representaria a volta ao sistema colonialista. O Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822 era mais um passo para o rompimento definitivo com Portugal.



RHM C-412 - 150 Anos do Jardim Botânico



RHM C-1095 - 150 Anos da Academia Nacional de Medicina



RHM C-1417 - 150 Anos da Morte de Dom Pedro I

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 24 - A MISSÃO FRANCESA**

A Missão Artística Francesa constituiu-se de artistas e artífices franceses que vieram para o Brasil no início do século XIX, revolucionando o panorama das Belas-Artes no país.

O grupo era liderado por Joachim Lebreton e foi amparado pelo governo de Dom João VI, mas seu trabalho tardou a frutificar, encontrando a resistência da tradição arte barroca aqui enraizada, além de enfrentar falta de recursos financeiros.

O grupo chegou ao Rio de Janeiro em 26 de março de 1816, a bordo do navio Calpe, escoltado por navios ingleses, e era formado por Joachim Lebreton, o líder, Jean Baptiste Debret, pintor histórico, Nicolas-Antoine Taunay, pintor de paisagens e cenas históricas, Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, arquiteto, junto com seus discípulos, Auguste Marie Taunay, escultor, Charles-Simon Pradier, gravador, François Ovide, mecânico, Jean Baptiste Leve, ferreiro, Nicolas Magliori Enout, serralheiro, Pelite e Fabre, peleteiros, Louis Jean Roy e seu filho Hypolite, carpinteiros, François Bonrepos, auxiliar de escultura, e Félix Taunay, filho de Nicolas-Antoine, ainda apenas um jovem aprendiz.



Relações Diplomáticas Brasil-França
200 Anos da Missão Artística Francesa
RHM C-3583 - Joachim Lebreton
RHM C-3584 - Grandjean de Montigny
RHM C-3585 - Nicolas-Antoine Taunay
RHM C-3586 - Jean Baptiste Debret

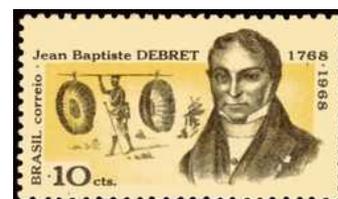
Muitos deles trouxeram suas famílias, criados e outros auxiliares. São citados ainda Sigismund Neukomm, músico, e Pierre Dillon, secretário de Lebreton. Seis meses mais tarde, uniram-se ao grupo Marc Ferrez, escultor (tio do fotógrafo Marc Ferrez) e Zéphyrin Ferrez, gravador de medalhas.



RHM C-552 - Sesquicentário da Missão Artística Francesa



RHM C-3627 C-3628
200 Anos da Escola de Belas Artes UFRJ



RHM C-616 - 200 Anos de Nascimento do Pintor Jean Paptiste Debret

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 25 – A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

A Revolução Pernambucana, também conhecida como Revolução dos Padres foi um movimento de caráter liberal e republicano iniciado no dia 6 de março de 1817 em Pernambuco, no Brasil. O movimento buscava a independência do Brasil sob um regime republicano.

As principais causas foram:

- Presença maciça de portugueses na liderança do governo e na administração pública;

- Criação de novos impostos por Dom João VI provocando a insatisfação da população pernambucana, já que a corte instalada no Rio de Janeiro precisava de muito dinheiro para sua manutenção;

- A grande seca de 1816 acentuou a fome e a miséria, além da queda na produção do açúcar e do algodão, produtos que eram a base da economia de Pernambuco, aliada a concorrência do algodão dos Estados Unidos e do açúcar da Jamaica;

- Influências externas com a divulgação das ideias liberais e iluministas, que estimularam as camadas populares de Pernambuco na organização do movimento de 1817;

- A crescente pressão abolicionista da Europa criando restrições gradativas ao tráfico de escravos, mão de obra que se tornava cada vez mais cara e que era o motor de toda a economia agrária pernambucana. O movimento queria a independência do Brasil sob um regime republicano.

O movimento foi liderado pelo comerciante Domingos José Martins e pelo Padre João Ribeiro, Vigário Tenório, José Luís de Mendonça, Padre Miguelinho, Padre Roma, Antônio Carlos de Andrada (irmão de José Bonifácio), José de Barros Falcão de Lacerda (que cinco anos mais tarde comandaria as tropas brasileiras na Batalha de Pirajá, principal confronto da Independência da Bahia), Cruz Cabugá, Vigário de Santo Antônio, Frei Caneca, entre outros. Havia indivíduos oriundos de várias partes do Brasil, unidos pelo ideal republicano.

Em 29 de março foi convocada uma assembleia constituinte, com representantes eleitos em todas as comarcas, sendo estabelecida a separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o catolicismo foi mantido como religião oficial, mas porém com liberdade de culto, foi proclamada a liberdade de imprensa (uma grande novidade no Brasil) e foram abolidos alguns impostos. A escravidão, entretanto, foi mantida por interesses econômicos dos grandes latifundiários.

O movimento se expandiu pela Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e teve talvez a mais sangrenta repressão do governo português. Tropas seguiram para o nordeste pelo interior da Bahia, enquanto uma esquadra seguiu do Rio de Janeiro bloqueando o porto de Recife. Quatorze líderes do movimento, inclusive religiosos foram presos, condenados à morte pelo crime de "lesa-majestade", enforcados ou fuzilados e esquartejados.



RHM C-12 Centenário da Revolução de Pernambuco



RHM C-3705 - Bicentenário da Revolução Pernambucana

O dia 6 de março hoje é declarado como a Data Magna de Pernambuco em virtude da Revolução Pernambucana.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

O BRASIL IMPÉRIO



Independência ou Morte, ou O Grito do Ipiranga, do artista Pedro Américo de Figueiredo e Mello. Feita, 1888, 415 x 760. Museu Paulista (Museu do Ipiranga)

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS CAP. 26 – A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A Independência do Brasil, proclamada em 7 de setembro de 1822 foi o processo histórico de separação entre Brasil e Portugal, que durou de 1821 a 1825, separando o Brasil do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Os antecedentes da Independência:

Em 1820, a revolução liberal eclodiu em Portugal e a família real foi forçada a retornar a Lisboa. Antes de deixar o Brasil n D. João nomeou o seu filho mais velho, D. Pedro de Alcântara de Bragança, como Príncipe Regente do Brasil.

Pernambuco foi a primeira província brasileira a se separar do Reino de Portugal. Em 29 de agosto de 1821 um movimento armado contra o governo do capitão general Luís do Rego Barreto (algoz da Revolução Pernambucana) culminando com a formação da Junta de Goiana, tornando-se vitorioso com a rendição das tropas portuguesas em 5 de outubro na Convenção de Beberibe, com a expulsão dos exércitos portugueses do território pernambucano. O Movimento Constitucionalista de 1821 é considerado o primeiro episódio da Independência do Brasil.

Em 1821 as Cortes Portuguesas exigiram o regresso de Dom Pedro a Portugal, mas encorajado pela esposa, a Princesa Leopoldina de Habsburgo e por José Bonifácio de Andrada e Silva, em 9 de janeiro de 1822 com a frase "*Se é pra o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico*"

Dom Pedro viaja a São Paulo chegando em 25 de agosto, e ante novas exigências de Portugal, Leopoldina, que estava na regência do Brasil convocou uma sessão extraordinária do Conselho de Estado e decidiu com os ministros a separação definitiva de Portugal. O mensageiro Paulo Bregaro foi encarregado de levar a carta a Dom Pedro, alcançando a tropa em 7 de setembro de 1822 às margens do córrego do Ipiranga. Ao receber a carta Dom Pedro reúne toda a sua comitiva e faz a declaração de nossa Independência:

"Amigos, as Cortes Portuguesas querem escravizar-nos e perseguir-nos. A partir de hoje as nossas relações estão quebradas. Nenhum vínculo unir-nos mais" e depois que arrancou a braçadeira azul e branca que simbolizava

Portugal: "*Tirem suas braçadeiras, soldados. Viva independência, à liberdade e à separação do Brasil.*"

Em seguida desembainhou sua espada afirmando que "*Para o meu sangue, minha honra, meu Deus, eu juro dar ao Brasil a liberdade*" e gritou:

"Independência ou morte"



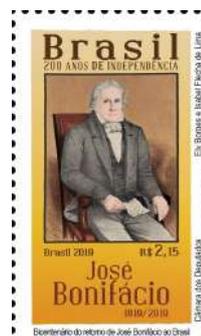
RHM C-2736
Heróis Nacionais
Dom Pedro I



RHM C-476 140 Anos
da Independência do
Brasil Imperatriz
Leopoldina



RHM B-32 Propaganda da 4ª Exposição
Interamericana de Filatelia



RHM C-3827
200 Anos de
Independência
Retorno de
José Bonifácio
ao Brasil

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 27 – PRIMEIRO REINADO

O Primeiro Reinado foi o período da história em que Pedro I do Brasil governou o Brasil como Imperador, entre 7 de setembro de 1822 e 7 de abril de 1831 quando abdicou do trono brasileiro.

Foi um período de transição marcado por grande crise econômica, social e política.

O Imperador Dom Pedro I encontrou focos de resistência portuguesa dentro do território brasileiro, com oposição ferrenha nas províncias do Maranhão, Bahia, Pará e Piauí além das tropas portuguesas ainda instaladas no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras. D. Pedro I contratou militares europeus ingleses e franceses.

Comandados pelo marechal britânico Thomas Cochrane os soldados brasileiros e os mercenários conseguiram anular a resistência.

Aclamado primeiro imperador do país em 12 de outubro de 1822, D. Pedro I consolidou sua liderança vencendo tropas portuguesas que estavam no Brasil em 1823. Convocou em 1823 a Assembleia Constituinte para promulgar uma nova Constituição. Com forte divergência entre os deputados e o soberano, a assembleia foi dissolvida em novembro, e a seguir criado o Conselho de Estado a fim de redigir um novo projeto de Constituição que estaria finalizado em apenas quinze dias, enviando uma cópia da nova constituição para todas as câmaras municipais, as quais sugeriram ao imperador que se adotasse "imediatamente" o projeto como a constituição brasileira. Esta primeira Constituição Brasileira foi outorgada por dom Pedro I e solenemente jurada na Catedral do Império no dia 25 de março de 1824.

As províncias do Nordeste, lideradas por Pernambuco se rebelaram contra o governo e a constituição. Pregavam uma república livre da coroa, com capital em Recife e que se chamaria **Confederação do Equador**, debeladas pelas tropas imperiais.

A **Guerra da Cisplatina** (1825-1828), quando uruguaios apoiados pela Argentina ocuparam toda a Província Cisplatina e um governo provisório uruguaio decidiu a incorporação da Cisplatina à República das Províncias Unidas do Rio da Prata, tornando-se independente com o nome de República Oriental do Uruguai, piorando a crise no governo brasileiro.

O resultado desta guerra agrava muito os problemas de D. Pedro I, pois além das crises políticas, havia a crise econômica gerada pela recuperação da exportação e

produção do açúcar pelas colônias espanholas no Caribe com sua recente independência e normalização da exportação, concorrendo com o açúcar brasileiro.



RHM 527 - Dom Pedro I



RHM C-24 - Confederação do Equador

Abdicação de Dom Pedro I

A 7 de abril de 1831, D. Pedro I renunciou ao império, deixando o país nas mãos de seu primogênito, D. Pedro II, que na época tinha 5 anos. D. Pedro I nomeou José Bonifácio de Andrada e Silva como tutor de seus filhos menores, e seguiu para Portugal.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 28 – PERÍODO REGENCIAL

Ocorreu de 1831 a 1840 compreendido entre a abdicação de D. Pedro I e a "Declaração da Maioridade" de Dom Pedro II.

Nascido a 2 de dezembro de 1825 Pedro II tinha 5 anos não podendo portanto assumir o governo que, por força da lei, seria dirigido por uma regência integrada por três representantes. Durante esta década sucederam-se quatro regências: A Provisória Trina, a Permanente Trina, a Una de Feijó e a Una de Araújo Lima.

Importante e agitado, ocorreram nela a formação da unidade territorial do país e a estruturação das Forças Armadas, além de serem discutidos o grau de autonomia das províncias e a centralização do poder.

Ocorrem várias rebeliões localizadas, como a Cabanagem, no Grão-Pará, a Balaiada no Maranhão, a Sabinada, na Bahia, e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, a maior e mais longa, todas por descontentamento com o poder central.

Poucas horas após a abdicação, senadores e deputados que se achavam na Corte se reúnem. No Paço do Senado recebem oficialmente do general Francisco de Lima e Silva a renúncia do Imperador. Elegem a **Regência Provisória**, composta por três senadores: Francisco de Lima e Silva, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos

Dois dias após a abdicação, em 9 de abril, o menino Dom Pedro II é aclamado Imperador. A Junta dos regentes leva-o até o Paço da Cidade, onde é apresentado ao povo.

No dia 17 de junho de 1831, no Paço do Senado a Assembleia Geral Legislativa, tem lugar a eleição da **Regência Trina Permanente**, composta pelos deputados José da Costa Carvalho (BA) e João Bráulio Moniz (MA) e pelo senador Francisco de Lima e Silva (RJ).

Em 15 de dezembro de 1833 José Bonifácio de Andrada e Silva perde o cargo de Tutor dos filhos de Dom Pedro I, é preso e exilado na ilha de Paquetá, vindo a falecer poucos anos depois.

Em 1835, ocorre a primeira eleição para escolha do **regente único**. O padre Diogo Antônio Feijó, paulista, do Partido Moderado saiu do pleito vitorioso. Esta Regência durou de 12 de outubro de 1835 a 19 de setembro de 1837 e foi marcada pelo início de dois dos mais graves conflitos internos do Brasil: a Cabanagem, no Pará e a Farroupilha no Rio Grande do Sul, além de outras revoltas locais. Feijó não consegue

formar o ministério que desejava, acabando por apresentar sua renúncia ao cargo.

Após seu período de interinidade, Pedro de Araújo Lima candidatou-se ao cargo nas eleições que ocorriam em abril de 1838. Durante sua regência fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e reformou-se a Escola Militar (em 1839). Araújo Lima representou o fim das políticas liberais.

Araújo Lima teve que lidar com a Farroupilha, que continuava no Sul, e a Cabanagem do Grão-Pará, e ainda com a eclosão de outras revoltas provincianas: na Bahia a Sabinada e a Balaiada do Maranhão. Seu governo promoveu intensa repressão aos rebeldes, sendo que na Bahia e no Maranhão houve uso de grande violência.

No segundo ano do seu governo aumentam-se as disputas políticas no Congresso, que viriam a resultar na Declaração da Maioridade, fruto da reação dos liberais.



RHM C-288 - Padre Diogo Antonio Feijó



RHM C-491 Bicentenário de Nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 29 – AS GUERRAS NA REGÊNCIA

Dentre estas rebeliões três revoltas foram de escravos: a Revolta das Carrancas (1833, em Minas), a Revolta dos Malês (1835, Salvador) e a revolta de Manuel Congo (1838, no Rio de Janeiro). Todas rebeliões ocorreram num período de nove anos e em quase todo o país, decorrentes da insatisfação das elites regionais com a classe média urbana além de militares insatisfeitos com o poder central do Rio de Janeiro, protestando contra as dificuldades econômicas, o aumento dos impostos e a nomeação de governadores sem respaldo local.

BALAIADA (1838–1841)

Por conta da crise econômica na produção de algodão, ocorreu uma revolta de escravos e vaqueiros das grandes fazendas em dezembro de 1838, apoiada pelos liberais das cidades, que faziam oposição aos senhores de terras. Foram derrotados pela reação da elite com apoio das tropas imperiais sob o comando do então coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias.

CABANAGEM (1835–1840)

A rebelião teve início no ano de 1835 em Belém, na época cidade de 12 mil habitantes com poucos brancos e maioria de indígenas, escravos e mestiços, após desentendimentos na elite sobre a escolha do novo presidente da província. O Pará tinha pouco contato com o Rio de Janeiro e a rebelião proclamou a sua independência.

SABINADA (1837–1838)

A rebelião teve início em Salvador, em 7 de novembro de 1837. Um dos seus líderes era o médico Francisco **Sabino**. Teve início no levante do Forte de São Pedro, espalhando-se pelas demais guarnições e provocando a fuga das autoridades, inclusive do governador. A derrota ocorreu com a ocupação militar da cidade em 13 de março, durando até a maioridade do imperador

REVOLTA DOS MALÊS (1835)

Salvador tinha metade de sua população composta por negros que exerciam atividades liberais rentáveis para seus senhores (alfaiates, carpinteiros, ambulantes, barbeiros, músicos, etc) Em janeiro de 1835 os escravos de orientação religiosa muçulmana, chamados de **malês**, organizaram uma revolta que foi dizimada pelo governo da Bahia. Foi o mais importante dos levantes urbanos de escravos do país, embora tenha durado menos de um dia; cerca de 600 escravos tomaram a cidade, a maioria deles alfabetizada em árabe e sob o contexto religioso de uma jihad. Nas lutas intensas 70 escravos morreram, e cerca de 500 foram presos e condenados a açoites, prisão ou morte.



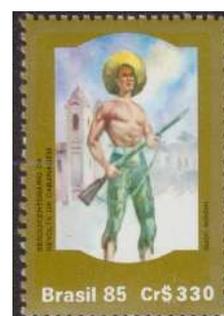
RHM 498 Duque de Caxias



RHM 499 Duque de Caxias



RHM 500 Duque de Caxias



RHM C-1475 - Revolta da Cabanagem

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 30 – AS GUERRAS NA REGÊNCIA**

CABANADA (1832–1835)

Eclodiu em Pernambuco nas camadas mais simples da população, também ali chamados **cabanos**, como na Cabanagem paraense. Foi causado sobretudo pela incompreensão das classes humildes com as mudanças ocorridas no regime decorrentes da abdicação de D. Pedro I, tendo apoio dos restauradores da monarquia portuguesa do Recife.

Após a morte de Dom Pedro I em Portugal o movimento deixou de existir. Com uma conferência de Paz encerrou-se a revolta, mas com o cerco à cidade com a prisão de centenas de revoltosos. O líder, Vicente de Paula, foi preso e enviado para Fernando de Noronha.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA OU **GUERRA DOS FARRAPOS (1835–1845)**

A Farroupilha ou Farrapos foi a maior, mais importante e duradoura das rebeliões que eclodiram no período regencial estendendo-se além dele até 1845.

Sua causa econômica imediata foi o aumento dos impostos à província gaúcha, principalmente os produtos de couro e carne seca, que afetaram diretamente os estancieiros já insatisfeitos com a concorrência dos produtores argentinos e uruguaios.

No dia 20 de setembro de 1835, Porto Alegre foi tomada e proclamou-se a República Rio-Grandense. O líder Bento Gonçalves foi aprisionado e enviado para Salvador, onde consegue fugir e retornar, governando a província em 1837. Sob comando de Giuseppe Garibaldi, que lutou junto com Anita Garibaldi, proclamam em Santa Catarina a República Juliana, unida confederadamente à Rio-Grandense.

A revolução, a princípio contra o aumento de impostos que tornavam os produtos argentinos e uruguaios mais baratos, tornou-se liberal e republicana, em torno da independência da província gaúcha como República Rio-Grandense e a libertação dos escravos.

As regências não conseguiram por um fim ao levante, que somente veio a ocorrer no Segundo Reinado, após sangrentas batalhas nos pampas e no mar.



RHM C-1481 - Sesquicentenário da Revolução Farroupilha



RHM C-707 - Sesquicentenário do Nascimento de Anita Garibaldi



RHM C-2695 - 200 anos de Nascimento de Giuseppe Garibaldi

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 31- O SEGUNDO REINADO

Período de 49 anos, do fim do período Regencial em 23 de julho de 1840 com a declaração de maioria de Pedro de Alcântara terminando em 15 de novembro de 1889 com sua derrubada com a Proclamação da República.

Características do Segundo Reinado:

- grande progresso cultural, com as artes visuais, a literatura e o teatro de cunho mais nacionalista

- consolidação da nação brasileira como um país independente

- importância entre as nações americanas

- consolidação do exército e da marinha, culminando com a Guerra do Paraguai em 1865

- mudanças sociais importantes, como a gradativa libertação dos escravos e o incentivo da imigração europeia para suprir a mão de obra

- introdução do telégrafo elétrico em 1857, ligando o litoral ao interior e a outras nações latino-americanas,

- criação de estradas de ferro, transportando riquezas e facilitando a exportação e importação

- linhas de navios a vapor, aumentando a marinha mercante e a marinha de guerra

- início da telefonia em 1877

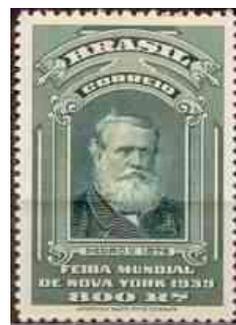
- incentivos à nascente indústria nacional

O segundo reinado pode ser dividido em três etapas principais:

1 - Fase de consolidação, que se estende de 1840 a 1850, com a pacificação das lutas internas; o café inicia a sua expansão e o início da industrialização,

2 - Apogeu do Império, período marcado por grande estabilidade política, de 1849 até 1889 com o país pacificado, algo inédito no mundo: 50 anos de paz interna em um país, permitida pelo sistema parlamentarista, e pela política de troca de favores. Em termos de Relações Internacionais, o período é marcado pela Questão Christie (crise diplomática com a Inglaterra) e pela Guerra do Paraguai.

3 - Declínio do Império, marcado pela Questão Militar, pela Questão Religiosa, pelas lutas abolicionistas e pelo movimento republicano, que conduzem ao fim do regime monárquico em 15 de novembro de 1889.



RHM C-140 - Feira de Nova Iorque



RHM C-915 - Sesquicentário de Nascimento de Dom Pedro II

RHM C-1210 – C-1211 – C-1212
Centenário do Selo Dom Pedro Cabeça Pequena



A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 32 – A CULTURA NO SEGUNDO REINADO

Cultura no Segundo Reinado

O Brasil continua a receber as influências europeias no século XIX, notadamente as vindas da França, mas cresce a presença de temas nacionais, surgindo um incipiente nacionalismo em todas as artes.

Literatura

O romantismo é a marca da literatura até o final do século XIX. A prosa de ficção romântica se alterna entre o nacionalismo indigenista e o relato de costumes tipicamente brasileiros. **José de Alencar** representa bem essas duas tendências, com destaque para *Lucíola*, *Iracema* e *O guarani*.

Na poesia, o maior expoente é **Gonçalves Dias**, autor de *I-Juca Pirama* e *Os timbiras*. Surgem também os poetas estudantes, com uma produção marcada pelo pessimismo e pelo sentimentalismo extremo, como **Álvares de Azevedo** em *A noite da taverna* e *Macário*.

No realismo, a descrição objetiva da realidade e das ações dos personagens substitui a visão romântica. **Aluísio Azevedo** é um dos mais completos autores do período, com suas obras *O mulato*, *Casa de pensão* e *O cortiço*.

No parnasianismo, com ênfase no formalismo da métrica, do ritmo e da rima surge o poeta **Olavo Bilac**.

Crítica social

O maior representante da crítica social na literatura é **Machado de Assis**. Seus romances *Dom Casmurro*, *Esaú e Jacó* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Funda a Academia Brasileira de Letras em 1876, da qual é o primeiro presidente. Na poesia destaca-se **Castro Alves**, um grande abolicionista.

Teatro e música

O ator **João Caetano** funda no Rio de Janeiro a primeira companhia nacional de teatro. A música popular também se diversifica no período. Surgem o samba e a marcha, tocados por grupos de "chorões", conjuntos compostos por flauta, violão e cavaquinho, presença indispensável nos saraus das populações urbanas de baixa renda.

Na música clássica nosso maior representante é **Antonio Carlos Gomes**. Recebendo uma bolsa de estudos de D. Pedro II estudou na Itália, criando uma série de óperas, sendo a mais conhecida "O Guarani".



RHM C-531 - Centenário de Iracema de José de Alencar



RHM 522 - Gonçalves Dias



RHM C-1602 Centenário de "Poesias" de Olavo Bilac



RHM C-424 - 50 anos da morte de Machado de Assis



RHM C-227 - 100 anos do Nascimento de Castro Alves



RHM C-494 - Centenário da morte de João Caetano



RHM C-667 - Centenário da Ópera "O Guarani"

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 33 - A GUERRA DO PARAGUAI

Maior conflito armado internacional da América do Sul, travado entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, (Brasil, Argentina e Uruguai), de dezembro de 1864 a março de 1870. É também chamada de Guerra da Tríplice Aliança.

Antes da guerra o Brasil apoiava o Partido Colorado do Uruguai, ajudando o General uruguaio Venâncio Flores a derrubar o governo de Prudencio Berro, aliado do Paraguai e que permitia uma saída deste para o mar.

O Marechal paraguaio Francisco Solano Lopes saiu em defesa de Prudencio Berro aprisionando no porto de Assunção em 11 de novembro de 1864 o barco a vapor brasileiro Marquês de Olinda, que transportava o presidente da província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, que morreu em uma prisão paraguaia. Seis semanas depois, o exército do Paraguai invadiu a província brasileira de Mato Grosso.

Solano Lopes já havia preparado um exército com 80.000 homens e produzido material bélico, criado o serviço militar obrigatório e reaparelhado a marinha com a intenção de conquistar territórios do Brasil, Uruguai e Argentina para formar o Grande Paraguai.

Em maio de 1865 o Paraguai também fez várias incursões armadas em território argentino com objetivo de conquistar o Rio Grande do Sul. Brasil, Argentina e o Uruguai reagiram firmando o acordo militar chamado de Tríplice Aliança. O Império do Brasil, Argentina e os partidos de oposição uruguaios derrotaram o Paraguai após mais de cinco anos de lutas durante os quais o Império enviou em torno de 150 mil homens à guerra.

Parte do motivo da Guerra da Tríplice Aliança ter sido tão sangrenta foi o pacto que Argentina, Brasil e Uruguai fizeram para não encerrar o conflito até que Solano López fosse morto, em 1º de março de 1870, fazendo com que a guerra se estendesse mesmo depois do Paraguai ter sido arrasado.

Milhares de meninos e adolescentes morreram nas frentes de batalha, pois diante do extermínio de suas tropas Solano López começou a recrutar soldados cada vez mais jovens. O caso mais célebre foi o da batalha de Campo Grande (ou Acosta Ñu, para os paraguaios) em 16 de agosto de 1869 (hoje, dia da Criança no Paraguai): cerca de 20 mil soldados brasileiros lutaram contra aproximadamente 3.500 menores paraguaios uniformizados que morreram em sua maioria.

O Paraguai perdeu territórios, grande parte da população masculina e teve que pagar pesadas multas de guerra, ficando arrasado após a guerra e sem apoio dos vencedores.



RHM C-530 - Centenário da Batalha do Riachuelo – Almirante Barroso, comandante que conduziu a Armada, Brasileira à vitória na Batalha do Riachuelo, durante a Guerra da Tríplice Aliança



RHM C-549 – Centenário da Batalha de Tuiuti, a maior e mais sangrenta batalha campal de toda a Guerra do Paraguai e do continente sul-americano



RHM 490 - Almirante Tamandaré Comandante das forças navais em operações na bacia do Rio da Prata



RHM C-2530 - 200 Anos de Duque de Caxias



RHM 630 - Ana Nery

Anna Nery, baiana, por sua dedicação como enfermeira no Corpo de Saúde do Exército na Guerra do Paraguai, onde lutaram seus três filhos, Dom Pedro II concedeu-lhe o título de Mãe dos Brasileiros. É a patrona dos Enfermeiros do Brasil. Em 2009, entrou para o livro dos Heróis da Pátria, no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 34 – A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A escravidão no Brasil existiu desde o período colonial até pouco antes do final do Império. É marcada principalmente pela exploração da mão de obra de negros trazidos da África e transformados em escravos no Brasil pelos europeus colonizadores do país.

Muitos indígenas também foram vítimas desse processo. A escravidão indígena foi abolida oficialmente pelo Marquês de Pombal no final do século XVIII. Os escravos foram utilizados principalmente na agricultura — com destaque para a atividade açucareira — e na mineração sendo assim, essenciais para a manutenção da economia. Alguns deles desempenhavam também vários tipos de serviços domésticos ou urbanos, como músicos, barbeiros, vendedores, cozinheiros, etc...

A escravidão entre os indígenas já era praticada antes da descoberta. Entre os tupinambás, que eram antropófagos, os índios capturados, mesmo incorporados à tribo e até índias casadas com os captores sabiam que seriam “devorados”, e não fugiam, tal era a desonra de terem sido capturados. As tribos não antropófagas mantinham seus prisioneiros como escravos e nem sempre os matavam.

Os primeiros escravos negros chegaram ao Brasil entre 1539 e 1542, na Capitania de Pernambuco, aonde havia a cultura da cana de açúcar, como solução à falta de mão de obra. Os principais portos de desembarque de cativos africanos foram, entre os séculos XVI e XVII, os do Recife e de Salvador, e entre os séculos XVIII e XIX os do Rio de Janeiro e de Salvador, de onde uma parte seguia para Minas Gerais e para as plantações de café do Vale do Paraíba.

No comércio de escravos eram mais valorizados para os trabalhos na agricultura os negros Bantos, Benguela ou do Congo, provenientes do sul da África, especialmente de Angola e Moçambique. Tinham menos valor os vindos do centro-oeste da África, os negros Mina ou da Guiné, e que eram mais aptos para a mineração, trabalho em que já se dedicavam na África Ocidental.

Tanto os indígenas quanto os escravos africanos foram elementos essenciais para a formação não somente da população, mas também da cultura brasileira. A diversidade étnica verificada no Brasil decorre do processo de miscigenação entre colonos europeus, indígenas e africanos. A cultura brasileira, por sua vez, apresenta fortes traços tanto da cultura indígena brasileira quanto da cultura africana. Língua, culinária, música, cultos religiosos, em tudo há essa mistura dessas culturas.

Jean-Baptiste Debret

Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil



RHM C-616
Aquarela de Debret



RHM C-675
Aquarela de Debret

Jean-Baptiste Debret ou De Bret (1768 — 1848), pintor, desenhista e professor francês.

Integrou a Missão Artística Francesa (1817), que fundou, no Rio de Janeiro, a Academia de Artes e Ofícios, mais tarde Academia Imperial de Belas Artes.

De volta à França (1831) publicou Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (1834-1839), documentando aspectos da natureza, do homem e da sociedade brasileira no início do século XIX.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 35 – O ABOLICIONISMO**

A primeira lei para por fim na escravidão no Brasil, porém nunca respeitada foi a **Lei Feijó**, de novembro de 1831, a primeira a proibir a importação de escravos no Brasil, além de declarar livres todos os escravos trazidos a partir daquela data com duas exceções: os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país, onde a escravidão é permitida, enquanto a serviço nelas e os fugitivos do território ou embarcação estrangeira que seriam devolvidos aos seus proprietários ou à sua terra natal.

A abolição do trabalho escravo foi debatida ao longo do século XIX, desde o começo da Independência e ao longo de toda a monarquia. No cenário político interno e externo o início real foi a proibição do tráfico internacional de escravos.

Em 1845 o parlamento inglês aprovou a **Lei Bill Aberdeen**, que concedia à Marinha Real Britânica poderes de apreensão de qualquer navio envolvido no tráfico negreiro em qualquer parte do mundo.

A produção do açúcar nas Antilhas Inglesas, livres de escravidão era muito mais cara do que nos países escravocratas, como o Brasil. O interesse inglês em acabar com a escravidão era proteger a sua própria economia.

O comércio transatlântico foi extinto no Brasil com a Lei Eusébio de Queirós em 1850. Esta lei teve como consequência o aumento do preço dos escravos e o aumento do tráfico interno de escravos entre os estados brasileiros.

Em 1869 são proibidos os leilões de escravos, e a abolição teve que aguardar até o final da Guerra do Paraguai.

Em 1871 foi promulgada a **Lei do Ventre Livre**, apresentada pelo Visconde de São Vicente: toda criança nascida de mãe escravizada seria considerada automaticamente livre. Além disto, esta lei permitia o acúmulo de dinheiro que o escravizado podia guardar para a compra de sua alforria.

Em 1885 é promulgada a **Lei dos Sexagenários**, ou **Lei Saraiva-Cotegipe**, a partir da qual todo escravizado com mais de 65 anos seria considerado livre.

No dia 13 de maio de 1888 a escravidão foi abolida oficialmente com a **Lei Áurea** pela Princesa Isabel sendo o Brasil o último país a abolir a escravidão no continente americano, mas não o último do mundo.

Estas leis devem ser vistas como resultado de uma pressão combinada da resistência dos escravizados e da crescente

aceitação do movimento abolicionista na sociedade.



RHM C-288 - Padre Diogo Antonio Feijó



RHM C-280 - Eusébio de Queiros



RHM C-283 - Conselheiro José Antônio Saraiva



RHM C-708 - Centenário da Lei do Ventre Livre



RHM C-1583 - Centenário da Lei Áurea

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 36 – ABOLICIONISTAS**

A história da escravidão, período triste de nossa história trouxe inúmeros abolicionistas, brasileiros evoluídos que não aceitavam este regime de trabalhos forçados no Brasil. Vamos nos ater somente a alguns deles.

CASTRO ALVES (1847-1871)

Escreveu clássicos como Espumas Flutuantes e Hinos do Equador que o alçaram à posição de maior entre seus contemporâneos, bem como versos de poemas como Os Escravos, A Cachoeira de Paulo Afonso e Gonzaga que lhe valeram epítetos como "poeta dos escravos". Morreu aos 24 anos, com tuberculose agravada por ter amputado o pé esquerdo, vítima de um tiro durante uma caçada em São Paulo.

JOAQUIM NABUCO (1849-1910)

Político, diplomata, historiador, jurista, orador e jornalista, Escreveu além de "O Abolicionismo", "Minha Formação" figura importante obra de memórias, onde se percebe o paradoxo: educado por uma família escravocrata, optou pela luta em favor dos escravos. Nabuco diz sentir "saudade do escravo" pela generosidade deles, num contraponto ao egoísmo do senhor. "A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil", sentenciou.

JOSÉ DO PATROCÍNIO (1853-1905)

Farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político brasileiro, destacando-se como figura importante dos movimentos Abolicionista e Monarquista no país. Idealizador da Guarda Negra da Redentora, formada por negros e ex-escravos, uma vanguarda do movimento negro no Brasil e formada para proteger a Monarquia contra a aristocracia e os militares.

RUI BARBOSA (1849-1923)

Jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador. Discursa homenageando José Bonifácio como abolicionista, conclama o Exército a abraçar a causa. Em 1869 realiza uma conferência chamada "O Elemento Servil", defendendo a ilegalidade da escravatura, com embasamento jurídico na Lei Feijó, que extinguiu o tráfico de escravos. Ruy já havia publicado no periódico Radical Paulistano, fundado com Luís Gama, o seu primeiro manifesto abolicionista.



Clique para consultar mais 116 abolicionistas citados na Wikipedia



RHM C-2024 - 150 Aos do Nascimento de Castro Alves



RHM C-2210 - 150 Anos do Nascimento de Joaquim Nabuco



RHM C-316 - José do Patrocínio



RHM C-249 - Rui Barbosa

Abaixo anexamos partes de algumas poesias de Castro Alves. Ao lado de cada poema colocamos o QRCode que abre a poesia inteira.

A CACHOEIRA DE PAULO AFONSO

À beira do abismo e do infinito

A Celeste Africana, a Virgem-Noite
Cobria as faces... Gota a gota os astros
Caíam-se das mãos no peito seu... ..
Um beijo infindo suspirou nos ares...

.....
A canoa rolava!...
Abriu-se a um tempo
O precipício!... e o céu!...

Santa Isabel, 12 de julho de 1870



VOZES D'ÁFRICA

Deus! ó Deus! onde estás que não respondes?

Em que mundo, em qu'estrela tu t'escondes
Embuçado nos céus?
Há dois mil anos te mandei meu grito,
Que embalde desde então corre o infinito...
Onde estás, Senhor Deus?...



O NAVIO NEGREIRO

IV

Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho. Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...

Negras mulheres, suspendendo às tetas
Magras crianças, cujas bocas pretas
Rega o sangue das mães:
Outras moças, mas nuas e espantadas,
No turbilhão de espectros arrastadas,
Em ânsia e mágoa vãs!



A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 37 – QUILOMBOS E ZUMBI DOS PALMARES**

Os quilombos, no passado, constituíram-se em locais de refúgio de escravos africanos e seus descendentes. Eram entendidos pelo Conselho Ultramarino do governo português em 1740 como todo "agrupamento de negros fugidos que passe de cinco". Estudos acadêmicos das áreas da História e Antropologia, mostram que alguns quilombos se formaram a partir de compra de muitas terras por escravos alforriados, outros receberam áreas por meio de herança, e alguns grupos se mantiveram em fazendas decadentes.

Em muitos quilombos a cultura africana era mantida, como, apesar da resistência à escravidão, mantinham escravos, porém como manutenção de seus costumes, totalmente diferente da praticada pelo branco europeu.

QUILOMBO DOS PALMARES

Zumbi dos Palmares (1655 – 1695) líder quilombola nascido escravo no Brasil e último dos líderes do Quilombo dos Palmares, o maior dos quilombos do período colonial. Zumbi nasceu na então Capitania de Pernambuco, (hoje município de União dos Palmares, Alagoas) e foi batizado aos seis anos como Francisco, aprendeu português e latim e ajudava diariamente nas missas.



RHM B-102 - 300 Anos da Morte de Zumbi dos Palmares

O quilombo era um reino do tamanho de Portugal, abrigando cerca de 30.000 escravos fugidos de fazendas, senzalas ou prisões.

Por volta de 1678 o governador da Capitania de Pernambuco, cansado do longo conflito com o Quilombo de Palmares, propôs ao líder de Palmares, Ganga Zumba uma oferta de paz. Ofereceu a liberdade para todos os escravos fugidos se o quilombo se submetesse à autoridade da Coroa

Portuguesa. Ganga Zumba aceitou a proposta, mas Zumbi a rejeitou e desafiou a liderança de Ganga Zumba. Prometendo continuar a resistência contra a opressão portuguesa, Zumbi tornou-se o novo líder do quilombo de Palmares.



RHM C-3239 - Parque Memorial Quilombo dos Palmares

Quinze anos após Zumbi ter assumido a liderança o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho foi chamado para organizar a invasão do quilombo. Em 6 de fevereiro de 1694 a capital de Palmares foi destruída e Zumbi ferido.

Apesar de ter sobrevivido foi traído por Antonio Soares, e surpreendido pelo capitão Furtado de Mendonça em seu reduto. Ferido, resiste mas é morto com vinte guerreiros quase dois anos após a batalha, em 20 de novembro de 1695. Teve a cabeça cortada, salgada e levada ao governador Melo e Castro. Em Recife, foi exposta a cabeça em praça pública no Pátio do Carmo, visando desmentir a crença da população sobre a lenda da imortalidade de Zumbi.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 38 – ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS

A abolição do trabalho escravo do Brasil foi o resultado final de um processo longo, lento e difícil de muitas lutas. Em 1887, o próprio Exército passou a não mais realizar a função de capturar escravos fugitivos e devolvê-los aos fazendeiros.

A abolição da escravatura no Brasil aconteceu por meio da:

- Resistência realizada pelos escravos ao longo do século XIX, que realizaram várias rebeliões em todo o país, formando os quilombos (o mais importante deles foi o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi dos Palmares);
- Adesão de parte da nossa sociedade à causa por meio de associações abolicionistas;
- Mobilização política dos defensores do abolicionismo;
- A questão dos novos padrões civilizacionais que estavam surgindo e que condenavam a prática do trabalho escravo, colocando o país numa posição vexatória no mundo.

Este contexto tornou inviável a manutenção da escravidão e levou à promulgação da Lei Áurea, tardiamente, já que o Brasil foi o último país independente do continente americano a abolir a escravatura.

Nesse período, a resistência dos grandes proprietários escravocratas foi intensa no meio político, o que fez com que o nosso processo de abolição da escravatura acontecesse de maneira muito gradual.

O movimento abolicionista, por sua vez, só ganhou força a partir da década de 1870, aprovando algumas leis no Parlamento brasileiro protegendo os escravos.

Os estados do Amazonas e no Ceará decretaram a libertação dos escravos em 1884.

Nesse contexto político e social foi levado ao Senado o projeto da extinção imediata e sem indenização da escravidão no Brasil, proposto por João Alfredo, político do Partido Conservador. A lei foi aprovada e no dia 13 de maio de 1888, foi levada para a princesa Isabel para sua assinatura e promulgação.

Após a assinatura da Lei Áurea a capital do Brasil – na época o Rio de Janeiro – entrou em festa, com milhares de pessoas saindo às ruas para comemorar durante vários dias.

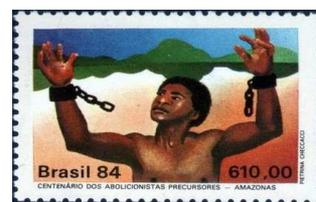
Libertando os escravos o Brasil se libertava desta prática vergonhosa que o manchou durante séculos.



RHM C-2005 - Sesquicentenário de Nascimento da Princesa Isabel, a Redentora



RHM C-1375 – Centenário dos Abolicionistas Precursores – Ceará



RHM C-1376 – Centenário dos Abolicionistas Precursores – Amazonas



RHM C-1583 - Centenário da Abolição da Escravatura



RHM C-1584 - Centenário da Abolição da Escravatura

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS
CAP. 39 – A LEI ÁUREA



Lei N. 333 de 13 de Maio de 1888

Declara extinta a escravidão no Brasil

A PRINCEZA IMPERIAL, Regente em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor **P. P. PETRO II**, faz saber a todas as subditas do IMPÉRIO que a Assembleia Geral decretou e Ella sancionou a Lei seguinte:

Artigo 1.º É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Artigo 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Manda portanto a todas as autoridades a quem o cumprimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas e Interino dos Negocios Estrangeiros, **Barbosa**, **Hervasio Augusto de Azevedo**, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888 - 17 de Independencia e do Imperio.

Prinzeza Imperial Regente

Prinzeza A. da S. de S.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembleia Geral, que houve por bem sancionar, declarando extinta a escravidão no Brasil, como nella se declara.

Chancelaria do Imperio

Antonio Francisco de Paula

Brasilia em 13 de Maio de 1888

João José de Albuquerque

Vossa Magestade Imperial etc.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 40 – A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA**

A Proclamação da República ocorreu em 15 de novembro de 1899 implantando a forma de república presidencialista, encerrando a monarquia constitucional parlamentarista do Império, destituindo e exilando o Imperador D. Pedro II e sua família.



A proclamação ocorreu na Praça da Aclamação (atual Praça da República) no Rio de Janeiro, capital do Império quando um grupo de militares liderados pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca destituiu o imperador e assumiu o poder no país, instalando um governo provisório republicano.

RHM C-144 - Proclamação da República

A partir de 1870, como consequência da Guerra do Paraguai a ideia de alguns setores da elite de alterar o regime político vigente tornou-se mais forte.

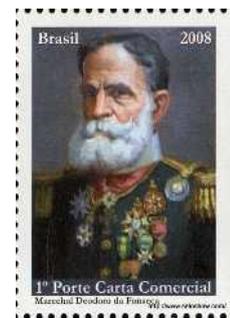
O imperador D. Pedro II não tinha filhos, apenas filhas. O trono seria ocupado após a sua morte por sua filha mais velha, a princesa Isabel, casada com o francês Gastão de Orléans, Conde d'Eu, surgindo o receio de que o país fosse governado por um estrangeiro. Outros fatores contribuíram para a instalação da República:

O Império perdeu o apoio de suas bases econômicas, militares e sociais; pela perda do apoio político dos grandes fazendeiros em virtude da abolição da escravatura sem a indenização dos proprietários de escravos.

Os progressistas criticavam que a monarquia mantivera, até muito tarde a escravidão no país. Os progressistas criticavam a ausência de iniciativas para o desenvolvimento econômico, político ou social, a manutenção de um regime político de castas e o voto censitário (baseado na renda anual das pessoas), a ausência de um sistema de ensino universal, os altos índices de analfabetismo e de miséria e o afastamento político do Brasil em relação aos demais países do continente, que eram republicanos.

Com a Lei Áurea, deixando de indenizar os proprietários rurais, o império perdeu o seu último pilar de sustentação. Chamados de "republicanos de última hora" ou Republicanos do 13 de Maio, os ex-proprietários de escravos aderiram à causa republicana.

Os militares estavam descontentes com a proibição pela qual os oficiais não podiam manifestar-se na imprensa sem prévia autorização do Ministro da Guerra. Também não tinham autonomia de decisão sobre a defesa do território, estando sujeitos às ordens do imperador e do Gabinete de Ministros, formado por civis. Assim, no império, a maioria dos ministros da guerra eram civis. Além disso, vários grupos foram fortemente influenciados pela maçonaria (Deodoro da Fonseca e todo seu ministério era maçom) e pelo positivismo de Auguste Comte, especialmente, após 1881, quando surgiu a Igreja Positivista do Brasil. Seus diretores iniciaram uma forte campanha abolicionista e republicana.



RHM C-2737 - Marechal Deodoro da Fonseca



RHM B-83 - Centenário da Proclamação da República

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 41 – A REPÚBLICA DA ESPADA

Período inicial da Primeira República brasileira e caracterizado por dois governos militares: o do Marechal Deodoro da Fonseca e o do Marechal Floriano Peixoto. Esse período estendeu-se de 1889 com a Proclamação da República, até 1894 quando Prudente de Moraes assumiu a presidência do Brasil.

O marechal Deodoro da Fonseca foi escolhido para ser o presidente do Brasil em caráter provisório. O governo de Deodoro da Fonseca estendeu-se durante dois anos, de 1889 a 1891, tendo como principal acontecimento a promulgação da Constituição de 1891, revisada por Rui Barbosa e levada para apreciação dos parlamentares brasileiros, sendo promulgada em fevereiro de 1891.

Após a promulgação da Constituição de 1891, foram realizadas eleições indiretas, que determinaram a confirmação de Deodoro da Fonseca para o cargo de presidente. Seu governo foi marcado pelo seu autoritarismo e pelas tentativas de procurar reforçar o seu poder, culminando com o fechamento do Congresso em 3 de novembro de 1891. A reação foi imediata, e grupos da oposição mais um levante da Marinha (conhecido como Primeira Revolta da Armada) forçaram Deodoro a renunciar ao cargo de presidente em 23 de novembro de 1891.

A oligarquia paulista deu suporte para Floriano Peixoto e sustentou-o no poder, permitindo-o assumir como presidente do Brasil. O governo de Floriano foi marcado por disputas políticas intensas, tendo que lidar com dois conflitos: a Revolução Federalista e a Revolta da Armada (ou Segunda Revolta da Armada).

Houve ainda uma grave crise econômica conhecida como Encilhamento e que se iniciou ainda durante o governo de Deodoro da Fonseca, em 1891.

O Encilhamento foi resultado da política econômica colocada em prática pelo Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que permitiu a emissão de papel-moeda por bancos privados facilitando as condições de acesso ao crédito. O resultado foi desastroso: a especulação financeira aumentou, empresas foram à falência em massa, o custo de vida aumentou e a moeda desvalorizou-se.

O Encilhamento afetou a economia do Brasil durante grande parte da década de 1890 e teve seus efeitos amenizados somente a partir de 1897, durante o governo de Prudente de Moraes.

Primeiro Presidente do Brasil



RHM 140 - Deodoro da Fonseca

Primeiro Vice-Presidente do Brasil
e Segundo Presidente do Brasil



RHM 141 - Floriano Peixoto

Ministro da Fazenda nos
dois governos



RHM 502 - Rui Barbosa

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 42 – PRUDENTE DE MORAIS

Prudente José de Moraes Barros (1841-1902), advogado e político brasileiro. Foi presidente do estado de São Paulo, senador, presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1891 e terceiro presidente do Brasil, tendo sido o primeiro civil a assumir o cargo e primeiro por eleição direta, governando o país de 1894 a 1898.

Prudente representava a ascensão da oligarquia cafeicultora e dos políticos civis ao poder nacional, após um período de domínio do poder executivo por parte dos militares.

O governo de Prudente de Moraes foi agitado, tanto por problemas político-partidários como pela oposição dos setores florianistas e pela continuação, no Rio Grande do Sul, da Revolta Federalista (1893-1895), que pacificou com acordo de anistia com os rebeldes.

Restabeleceu as relações entre Portugal e o Brasil, rompidas por Floriano durante a Revolta da Armada, e assinou o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão, em novembro de 1895 com o objetivo de incentivar a vinda de imigrantes japoneses.

Enfrentou os ingleses, que em julho de 1895 tomaram posse da Ilha da Trindade, sob o pretexto de ali instalar uma estação telegráfica. A França invadiu o Amapá a partir de Guiana Francesa, atacando e incendiando alguns povoados próximos à fronteira. Prudente de Moraes optou pelo arbitramento internacional, de Portugal no caso da Ilha da Trindade, e da Suíça no caso do Amapá, resolvidas favoravelmente ao Brasil.

Enfrentou a revolta da Escola Militar fazendo valer a sua autoridade: fechou a escola e o clube militar. Mas pouco tempo depois enfrentaria um movimento rebelde ainda maior: a Guerra de Canudos, no sertão baiano.

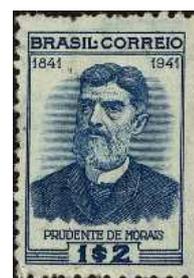
Com a vitória dos amotinados de Antônio Conselheiro sobre várias expedições militares, a situação voltou a deteriorar-se. Prudente nomeou ministro da Guerra o general Carlos Machado de Bittencourt, que liderou nova expedição e derrotou os rebeldes.

Em 5 de novembro de 1897 durante uma cerimônia militar recebendo dois batalhões do Exército que retornavam de Canudos no Arsenal de Guerra (atual Museu Histórico Nacional), sofreu um atentado contra sua vida escapando ileso, mas seu ministro da Guerra, Marechal Bittencourt faleceu defendendo a vida de Prudente.

No final do mandato Prudente de Moraes retirou-se para Piracicaba, voltando a exercer a advocacia, até sua morte em dezembro de 1902 por tuberculose.



RHM 142 Prudente de Moraes



C-174 - Centenário de Nascimento de Prudente de Moraes



RHM C-1764 - 150 anos de Nascimento de Prudente de Moraes

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 43 – A GUERRA DOS CANUDOS

Conflito armado entre o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio-religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior da Bahia. Os confrontos ocorreram entre 1896 e 1897, com a destruição de Canudos e a morte da maior parte de seus 25 000 habitantes.

A região, caracterizada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico, passava por uma grave crise econômica e social. Milhares de sertanejos, ex-escravos e miseráveis partiram para Canudos, unidos na crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes do sertão.

Antônio Vicente Mendes Maciel, apelidado de "Antônio Conselheiro", nasceu em Quixeramobim, no Ceará, em 1830, em família tradicional. Foi comerciante, professor e advogado prático nos sertões de Ipu e Sobral. Após a sua esposa tê-lo abandonado passou a vagar pelos sertões em uma andança de vinte e cinco anos. Chegou a Canudos em 1893, tornando-se líder do arraial e atraindo milhares de pessoas. Acreditava que a República, recém-implantada no país, era a materialização do reino do Anti-Cristo na Terra: havia profanado a autoridade da Igreja Católica, cobrado impostos e legitimado o casamento civil, além da separação entre Estado e Igreja.

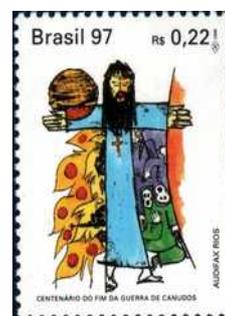
Em outubro de 1896 Antônio Conselheiro havia encomendado uma remessa de madeira de Juazeiro para a construção da igreja nova, mas a madeira não foi entregue, apesar de ter sido paga e surgem rumores de que ele iria resgatá-la com seus jagunços. Um destacamento policial faz a proteção de Juazeiro, e quando se dirige a Canudos é atacado, sendo este o estopim da guerra.

O Exército faz mais três expedições para derrubar Canudos, sob pressão dos republicanos, que acreditavam que Antonio Conselheiro era monarquista, e da Igreja, que tentara fazê-lo desistir de Canudos e não havia conseguido.

A segunda e a terceira expedições foram desastrosas para o Exército, que teve que bater em retirada com muitas baixas, apesar do armamento pesado.

Em abril de 1897, no Rio de Janeiro a repercussão da derrota da terceira expedição foi enorme, principalmente porque se atribuía ao Conselheiro a intenção de restaurar a monarquia. Em abril de 1897, o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt preparou uma expedição com duas colunas com mais de quatro mil soldados cada e modernas armas de artilharia.

O arraial resistiu até 5 de outubro de 1897, quando morreram os quatro derradeiros defensores. Antônio Conselheiro havia morrido pouco antes, provavelmente de disenteria. O conflito de Canudos mobilizou aproximadamente doze mil soldados oriundos de dezessete estados brasileiros, distribuídos em quatro expedições militares. Em 1897, na quarta incursão, os militares incendiaram o arraial, mataram grande parte da população e degolaram centenas de prisioneiros. Estima-se que morreram ao todo por volta de 25 mil pessoas, culminando com a destruição total da povoação.



RHM C-2045 - Centenário do fim da Guerra dos Canudos



RHM 520 - Euclides da Cunha

Jornalista a convite do jornal "O Estado de São Paulo" que fez a cobertura da Guerra no Arraial de Canudos. O relato jornalístico foi publicado no livro "Os Sertões".



QRCode direcionando para o livro "Os Sertões" em arquivo pdf.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 44 – CAMPOS SALLES

Manuel Ferraz de Campos Salles (1841-1913). Advogado com extensa carreira política, terceiro presidente do estado de São Paulo, de 1896 a 1897 foi o quarto presidente da República governando o Brasil entre 1898 e 1902.

Herdou uma séria crise econômica com altos índices de inflação, com uma economia baseada na exportação de borracha e café em decadência. Renegociou a dívida externa com credores ingleses, num grande acordo financeiro de um empréstimo de 10 milhões de libras com a suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida existente. Como garantia ficaram a renda das alfândegas do Rio de Janeiro e de outros Estados se necessário, bem como as receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil e da companhia de águas do Rio de Janeiro. Havia ainda o compromisso de redução da inflação, valorizar a moeda nacional, medidas implementadas pelo ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, que ainda reduziu drasticamente as despesas do governo, cancelando a construção de obras públicas e investimentos industriais. Também aumentou e criou impostos, além de uma política austera em relação aos salários dos trabalhadores.

Foi o primeiro presidente a defender abertamente a privatização. Ao final conseguiu equilibrar as contas públicas, Campos Salles iniciou o governo com um rombo de 44 mil contos, e terminou com sobras de 43 mil contos em dinheiro e 23 mil em reservas de ouro.

Em seu mandato foi solucionada a disputa pela delimitação da fronteira entre o estado da Amapá e a Guiana Francesa, que havia invadido o território brasileiro anexando cerca de 260 mil km² do estado. Depois de quase dois séculos de disputas o litígio foi vencido pelo Brasil em 1900, através do acordo que ficou conhecido como Questão do Amapá, determinando que a fronteira entre os dois territórios fosse o rio Oiapoque e retornando ao Brasil a área que havia sido tomada.

Politicamente estabeleceu um equilíbrio entre o poder dos estados com o rodízio de mineiros e paulistas na presidência e na vice-presidência da república, chamada política do "café-com-leite".

Dedicou-se à valorização da moeda, acusada de extremamente recessiva e chamada de "estagnação forçada" em linguagem da época. Campos Salles recebeu o apelido de "Campos Selos" por ter criado o chamado imposto do selo. Desde a independência fora a primeira vez em que a moeda valorizou-se, entretanto os resultados revelaram-se trágicos.

Reduzindo o preço dos produtos importados no Brasil a indústria nacional passou a enfrentar maior concorrência, fábricas fecharam suas portas enquanto outras reduziram sua produção. Esta política prejudicou profundamente a indústria e as condições de vida da população. Quando o presidente terminou seu mandato e dirigiu-se do palácio para o trem que o levaria a São Paulo foi vaiado pela multidão no embarque e durante os primeiros dez quilômetros do percurso.



RHM 533 - Campos Salles



RHM C-1763 - 150 do Nascimento de Campos Salles



RHM 496 - Joaquim Murinho
Ministro da Fazenda

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 45 – RODRIGUES ALVES**

Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848 – 1919) advogado com extensa carreira política desde o Império foi o quinto presidente do Brasil. Elegeu-se duas vezes presidente da República, cumprindo integralmente o primeiro mandato (1902 a 1906), mas faleceu antes de assumir o segundo mandato (1918 a 1922).

Promoveu o saneamento da capital federal e a modernização de seu porto, já que o Rio era visto como uma porta de entrada do país, centro poderoso de atração de braços e capitais, sem as suspeitas de insalubridade, cabendo a tarefa ao prefeito carioca Francisco Pereira Passos.

Em 1904 torna obrigatória a vacina contra a varíola, comandada pelo sanitarista Oswaldo Cruz; simultaneamente iniciam-se as obras de construção da Avenida Central (atual avenida Rio Branco), do Mangue e a modernização do porto carioca, sob coordenação do engenheiro Lauro Müller.

A população pobre dos cortiços foi despejada indo ocupar as encostas dos morros, expandido as recém-formadas favelas cariocas. Parte da população oferecia resistência à aplicação das vacinas, considerando uma invasão da privacidade dos lares e da decência das mulheres, incluindo os positivistas, céticos quanto à eficácia do tratamento e de rivais históricos do presidente como o jurista Rui Barbosa.

Surge a Revolta da Vacina, debelada com grande dificuldade pelo governo, (houve uma tentativa de golpe pela Escola Militar da Praia Vermelha). Ações sucessivas do exército, da marinha e das forças policiais dos estados vizinhos debelaram as revoltas. Os detidos eram enviados à Ilha das Cobras, e de lá partiam nos porões dos vapores para a Amazônia, para servirem como mão de obra na extração da borracha. Finalmente surge a cidade que ficaria conhecida como "Cidade Maravilhosa", com a arquitetura renovada, avenidas largas, redes de esgoto, bondes, e luz elétrica.

Em 1906 Rodrigues Alves resiste ao Convênio de Taubaté, conhecendo os riscos da aquisição do excedente da produção do café pelo governo. O veto comprometeu o apoio político do presidente, baseado nas elites cafeeiras. Nas relações exteriores, comandadas pelo barão do Rio Branco, foi assinado o Tratado de Petrópolis, definindo as fronteiras entre Brasil e Bolívia e anexando o atual estado do Acre. O acordo da Lagoa Mirim revisou os limites territoriais entre o Brasil e os vizinhos Equador, Peru, Colômbia e Uruguai. A diplomacia conseguiu a criação do primeiro cardinalato brasileiro, assumido pelo cardeal Arcoverde. Também foi reorganizado o Instituto Nacional de Música

(atual Escola de Música da UFRJ) e o Instituto Benjamin Constant.



RHM 145 - Rodrigues Alves



RHM C-113/114 - Centenário de Nascimento de Francisco Pereira Passos



RHM 493
Oswaldo Cruz



RHM 147
Barão do Rio Branco



RHM C-250 - Centenário do Nascimento do Cardeal Arcoverde

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 46 – AFONSO PENA

Afonso Augusto Moreira Pena (1847 — 1909) advogado com extensa carreira política. Foi o sexto presidente da República, governando de 1906 até sua morte em 1909. Iniciou sua carreira política durante o Império, exercendo vários cargos, incluindo de presidente de Minas Gerais, legislador, presidente do Banco da República e ministro de Estado.

Apesar de ter sido eleito com base na política do café com leite, realizou uma administração que não se prendeu de tudo a interesses regionais. Incentivou a criação de ferrovias, e interligou a Amazônia ao Rio de Janeiro pelo fio telegráfico, por meio da expedição de Cândido Rondon.

Na economia, em 1906 adotou o padrão ouro criando a Caixa de Conversão, fixando o câmbio à Libra (inglesa), no valor de 1 mil-réis para 15 pence. Fez a primeira compra estatal de estoques de café, em vigor na República Velha, transferindo os encargos da valorização do café para o Governo Federal (antes era praticada apenas por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que haviam assinado o Convênio de Taubaté). Essas medidas implicariam em um período de grande prosperidade e controle inflacionário, interrompido com o advento da Primeira Guerra Mundial

O governo Pena modernizou o Exército e a Marinha por meio do general Hermes da Fonseca e incentivou a imigração. Seu lema era "governar é povoar",

Incentivou a construção de ferrovias destacando-se a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Bauru, SP a Corumbá, MT) e da ligação das ferrovias paulistas com as paranaenses, permitindo a ligação do sudeste com o sul do Brasil por trem. Pena ainda modernizou as capitais e os portos brasileiros.

Em 14 de junho de 1909, Pena faleceu no Palácio do Catete devido à uma forte pneumonia, cujos sintomas iniciaram-se no mês anterior. Nilo Peçanha foi imediatamente empossado como presidente.



RHM O-7 - Afonso Pena



RHM O-18 - Hermes da Fonseca



RHM C-1453 - 120 anos do Nascimento do Marechal Rondon

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 47 – NILO PEÇANHA

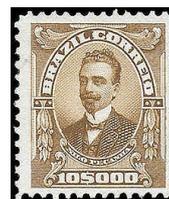
Nilo Procópio Peçanha (1867 – 1924) assumiu a Presidência da República após o falecimento de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, de quem era vice-presidente e governou até 15 de novembro de 1910

Seu governo foi marcado pela agitação política em razão de suas divergências com Pinheiro Machado, líder do Partido Republicano Conservador.

Durante seu governo, Nilo Peçanha criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI, atual Funai). Criou as Escolas de Aprendizes e Artífices, precursoras dos atuais centros e escolas de educação tecnológica, sendo hoje o patrono da educação profissional e tecnológica no Brasil (Lei 12.417/2011)

Apoiou o candidato Hermes da Fonseca a sua sucessão na presidência em 1910 contra Rui Barbosa e o presidente de São Paulo Albuquerque Lins, candidatos de oposição que fizeram a campanha civilista. Hermes venceu as eleições e elegeu-se presidente da república em 1º de março de 1910, para governar até 1914.

Os conflitos entre as oligarquias estaduais intensificaram-se, sobretudo em Minas Gerais e São Paulo. Minas Gerais apoiou Hermes da Fonseca, que saiu vencedor, enquanto São Paulo apoiou Rui Barbosa, que perdeu a eleição.



RHM 153 - Nilo Peçanha



RHM 502 - Rui Barbosa

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 48 – HERMES DA FONSECA

Hermes Rodrigues da Fonseca (1855 — 1923), militar e político, presidente do Brasil entre 1910 e 1914.

Enfrentou em novembro de 1910 a Revolta da Chibata, um motim dos marinheiros nos Encouraçados Minas Gerais, São Paulo, Deodoro e Cruzador Bahia liderada pelo marinheiro João Cândido Felisberto. A revolta conseguiu o fim da aplicação da Chibata na Marinha e concessão da anistia a aos mais de dois mil marinheiros amotinados. O governo não cumpriu sua parte no acordo e iniciou um processo de expulsão de marinheiros, com prisões e mortes.

Outra revolta enfrentada no seu governo foi a Guerra do Contestado, que não chegou a ser debelada até o fim de seu governo. O conflito armado envolveu posseiros e pequenos proprietários de terras, de um lado, e representantes dos poderes estadual e federal brasileiro, de outro, entre outubro de 1912 e agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira, disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, marcada por conflitos ligados a disputas de limites entre os dois estados.

Promoveu outra renegociação da dívida externa brasileira em 1914, com um segundo funding loan (o primeiro ocorreu no governo Campos Sales). Aproximou o país com os Estados Unidos através do diplomata Barão do Rio Branco.

Manteve o programa de construção de ferrovias, incluindo a ferrovia Madeira-Mamoré e de escolas técnico-profissionais, iniciado no governo Afonso Pena. Instalou a Universidade do Paraná, concluiu as reformas e obras da Vila Militar de Deodoro e do Hospital Central do Exército além das vilas operárias no Rio de Janeiro.

Durante seu governo foi editado um decreto instituindo o uso da faixa presidencial no Brasil, sendo ele mesmo o primeiro presidente a usá-la e o primeiro a passá-la a seu sucessor. A faixa presidencial tornou-se uma tradição usada por todos os presidentes do Brasil desde o seu decreto.

Criou a Política das Salvações, que promovia intervenções federais sucessivamente nos Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará e Alagoas, alegando a prática de corrupção e nomeando militares na chefia dos Estados em substituição aos políticos eleitos. As intervenções provocaram violenta oposição, que resultou no bombardeio a Manaus em 8 de outubro de 1910.



RHM C-364 - Hermes da Fonseca



RHM C-1208 - Ferrovia Madeira-Mamoré



RHM C-1940 - 150 Anos do Nascimento do Barão do Rio Branco

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 49 – WENCESLAU BRAZ**

Wenceslau Braz Pereira Gomes (1868 — 1966) advogado e político, presidente do Brasil entre 1914 e 1918. Afastou-se um mês em 1917 por doença, com seu vice Urbano Santos da Costa Araújo assumido a presidência neste período.

Iniciou seu mandato combatendo a Guerra do Contestado, herdada do governo anterior e, mediando a disputa de terras entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, um dos fatores que deram origem ao conflito, resolvida em 1916.

Em seu governo ocorrem os chamados "3 G": A Grande Guerra, (Primeira Guerra Mundial), a Gripe Espanhola, e as Greves de 1917.

Promulgou o primeiro Código Civil brasileiro que entrou em vigor em 1 de janeiro de 1916, a primeira lei a grafar o nome Brasil com a letra S, elaborado por Clóvis Bevilacqua 15 anos antes!.

O torpedeamento de navios brasileiros em 26 de outubro de 1917 por submarinos alemães levou o Brasil a entrar na Primeira Guerra Mundial. A participação do país no conflito se deu com o envio de uma esquadra naval para colaborar na guerra anti-submarina e uma missão militar à frente ocidental em 1918. O Brasil foi o único país da América do Sul a entrar nesta guerra.

O ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, de origem alemã e favorável à neutralidade do Brasil foi obrigado a renunciar. A população passou a hostilizar alemães e seus descendentes, invadindo estabelecimentos comerciais, jornais e sociedades alemãs no Brasil.

O político João Pandiá Calógeras, especialista em política externa e assuntos militares faz um estudo sobre a entrada do Brasil na Primeira Guerra com financiamento norte americano, a pedido de Rodrigues Alves, que não foi utilizado. Impunha pesadas indenizações à Alemanha.

Em agosto de 1918 o Brasil encaminha uma Missão Médica Militar que monta um hospital na França, sendo a segunda enviada a este país. Atuou principalmente no controle e tratamento da gripe espanhola que assolava a Europa.

Terminada a guerra o Brasil participou da Conferência de Paz de Paris, recebendo da Alemanha a indenização pelas cargas de café afundadas com os navios naufragados, além de setenta navios confiscados dos inimigos em águas brasileiras.

Chegou aqui, ao final da guerra, também a Gripe Espanhola, onde mais de 1500 pessoas morreram, inclusive das missões médicas.



RHM O-30 - Wenceslau Braz



RHM C-2407 - Homenagem a Clóvis Bevilacqua Pai do Código Civil Brasileiro



RHM C-508 - Centenário de Lauro Müller



RHM C-683 - Pandiá Calógeras

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 50 – EPITÁCIO PESSOA

Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865 — 1942), político, magistrado, diplomata, professor universitário e jurista, presidente da república entre 1919 e 1922.

Foi eleito presidente quando ainda estava na França, caso único na história da república brasileira, vencendo o candidato Rui Barbosa. Sua eleição foi a única na República Velha que ocorreu fora da data oficial das eleições presidenciais, em 1º de março.

Trabalhou para diminuir a seca do Nordeste, construindo mais de 200 açudes, 200 poços, 500 quilômetros de ferrovias locais, mas não o suficiente para melhorar a condição da população nordestina.

Conseguiu manter a economia cafeeira, garantindo preços de exportação e eletrificou a Estrada de Ferro Central do Brasil, além de construir mais de 1.000 quilômetros de vias férreas no sul do Brasil.

O seu governo foi politicamente conturbado, tendo enfrentado a Revolta do Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922, com a adesão do Forte do Vigia e dos alunos da Escola Militar, que visava a derrubada do Presidente e o impedimento da posse do novo presidente Artur Bernardes. A maior parte dos oficiais revoltosos desistiu, mas dezessete oficiais persistiram na rebelião, com o apoio de um civil. Os dezoito amotinados saíram pela praia de Copacabana em busca de seus objetivos enfrentando o restante do exército, sendo metralhados. Dezesseis morreram e dois, embora baleados, sobreviveram.

Ocorreram ainda a publicação em jornal de cartas falsas insultando as Forças Armadas, além da Revolta do Clube Militar.

Nas artes, ocorreu a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, trazendo novos conceitos neste campo. O movimento foi liderado por Oswald de Andrade, Mario de Andrade e Manuel Bandeira. O radicalismo do movimento chocou vários setores conservadores da sociedade da época.

Houve também a comemoração do Centenário da Independência do Brasil marcado por uma grande Exposição Internacional, buscando compradores para os produtos brasileiros no pós Primeira Guerra Mundial.

Inaugurou a primeira estação de rádio no Brasil, bem como cancelou o banimento da Família Real do país.



RHM C-529 - Centenário de Nascimento de Epitácio Pessoa



RHM C-16 - Centenário da Independência Exposição Nacional do Brasil



RHM C-403 - Centenário da Estrada de Ferro Central do Brasil

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 51 – SEMANA DE ARTE MODERNA**

A Semana de Arte Moderna ocorreu em São Paulo entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922 no Teatro Municipal da cidade, marcando o início do modernismo no Brasil.

Apoiado pelo governador de São Paulo da época, Washington Luís, trazendo os artistas do Rio de Janeiro: Plínio Salgado e Menotti Del Picchia, membros de seu partido, o Partido Republicano Paulista. Cada dia da semana trabalhou um aspecto cultural: pintura, escultura, poesia, literatura e música.



RHM C-1663 - Centenário de Nascimento de Anita Malfatti

A Semana de Arte Moderna representou uma verdadeira renovação de linguagem, na busca de experimentação, na liberdade criadora da ruptura com o passado, pois a arte passou então da vanguarda para o modernismo.

Novas ideias e conceitos artísticos, como a declamação de poesias, concertos com música clássica contemporânea, artes plásticas, pinturas, esculturas e arquitetura com desenhos arrojados, rompendo com o passado conservador.

Participaram da Semana nomes consagrados do modernismo brasileiro, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Víctor Brecheret, Plínio Salgado, Anita Malfatti, Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, Sérgio Milliet, Heitor Villa-Lobos, Táciato de Almeida, Di Cavalcanti entre outros. Na ocasião da Semana de Arte Moderna, Tarsila do Amaral, considerada um dos grandes pilares do modernismo brasileiro se encontrava em Paris e por esse motivo não participou do evento. Muitos dos idealizadores do evento eram quatrocentões.

Duramente criticada por Monteiro Lobato no jornal "O Estado de São Paulo, Anita Malfatti encerrou sua exposição de pinturas. O compositor Villa-Lobos apresentou muitas obras suas para piano e piano e orquestra, sendo muitas vezes vaiado por sua ousadia em compor música nova. No último dia entrou com um pé calçado e outro com sandália, e foi vaiado por muito tempo. Só depois explicou que estava com um calo no pé...

Embora com muitos contratempos, a Semana de Arte Moderna de 1922 trouxe uma nova luz às nossas artes, seguindo uma tendência mundial da liberdade do pensamento artístico.



RHM C-1820 - Centenário de Nascimento de Menotti del Picchia



RHM C-1869 - Centenário de Nascimento de Mário de Andrade



RHM C-1709 – Centenário de Oswald de Andrade



RHM C-1710 - Centenário de Nascimento de Guilherme de Almeida



RHM C-979 - Heitor Villa-Lobos

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 52 – ARTHUR BERNARDES

Artur da Silva Bernardes (1875 — 1955), advogado e político brasileiro, presidente de Minas Gerais de 1918 a 1922 e presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1922 e 15 de novembro de 1926.

O descontentamento com a vitória de Bernardes e com o governo de seu antecessor, Epitácio Pessoa, foram algumas das causas do chamado Levante do Forte de Copacabana, primeira ação do movimento tenentista. Bernardes teve que fazer frente à coluna Prestes, movimento tenentista que percorreu o país pregando mudanças políticas e sociais e que jamais foi derrotado pelo governo.

Enfrentou uma guerra civil no Rio Grande do Sul, onde Borges de Medeiros se elegeu presidente do estado pela quinta vez consecutiva, além do movimento operário que se fortalecia novamente.

Em 1923 e 1924 ocorreram novas ações tenentistas no Rio Grande do Sul e em São Paulo, onde ocorreu a Revolta Paulista de 1924, que levou Bernardes a bombardear a cidade de São Paulo.

Bernardes decretou o estado de sítio que perdurou durante quase todo seu governo.

Artur Bernardes sempre defendeu a ideologia nacionalista, sendo pioneiro na siderurgia em Minas Gerais, além de fundar a Escola Superior de Agricultura e Veterinária em Viçosa (sua cidade natal), atualmente Universidade Federal de Viçosa.

No seu governo o Brasil se retirou da Liga das Nações em 1926.

Bernardes promoveu a única reforma da Constituição de 1891, promulgada em setembro de 1926 alterando principalmente as condições para se estabelecer o estado de sítio no Brasil.

NOTA EXPLICATIVA:

ESTADO DE SÍTIO

Estado de sítio é um estado de exceção, instaurado como uma medida provisória de proteção do Estado, quando este está sob uma determinada ameaça, como uma guerra ou uma calamidade pública. Esta situação de exceção tem algumas semelhanças com o estado de emergência, porque também implica a suspensão do exercício dos direitos, liberdades e garantias.

O estado de sítio é declarado pelo Presidente da República, depois de ouvir o parecer do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.



RHM 532 - Arthur Bernardes



RHM C-502 – Centenário de Nascimento de Borges de Medeiros

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 53 – WASHINGTON LUÍS

Washington Luís Pereira de Sousa (1869 — 1957) advogado, historiador e político brasileiro, 11º presidente do Estado de São Paulo, 13º presidente do Brasil e último presidente efetivo da República Velha.

Foi deposto em 24 de outubro de 1930, vinte e um dias antes do término do seu mandato como presidente da república, por um golpe militar que passou o poder, em 3 de novembro, às forças político-militares comandadas por Getúlio Vargas, na denominada Revolução de 1930.

Foi o criador do primeiro serviço de Inteligência do Brasil em 1928. Não renovou o estado de sítio aprovado por Artur Bernardes que continuou vigorando, porém, em alguns estados, para o combate da Coluna Prestes. Extinguiu os presídios políticos da Ilha da Trindade e da Clevelândia no Amapá, mas, embora tivesse prometido libertar todos os presos políticos não concedeu anistia aos revoltados de 1922, 1923, 1924 e 1925. A seguir, novos focos de insatisfações políticas o levaram a endurecer a Lei de Imprensa e a aprovar a “Lei Celerada”, que jogou novamente o Partido Comunista na ilegalidade. A coluna Prestes, esgotada e sem apoio da população para uma revolução, em 1926 se retira para a Bolívia.

Enfrentou a crise internacional do café e a crise financeira internacional iniciada em outubro de 1929 com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, tentando estabilizar a taxa de câmbio e equilibrar o orçamento nacional.

Em 1926 instituiu a reforma econômica, financeira, monetária e cambial no Brasil, através de decreto, sendo, naquele momento, seu ministro da fazenda, Getúlio Vargas.

Criou o Conselho de Defesa Nacional em 1927 com a tarefa de “coordenar a produção de conhecimentos sobre questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, referentes à defesa da Pátria”. Reformou e construiu diversas estradas de rodagem interligando o País, e em 1928 cria a Polícia Rodoviária Federal. Instituiu em 1926 O Código de Menores e em 1927, a Aviação do Exército.

Como havia feito na prefeitura e no governo do estado de São Paulo, Washington Luís publicou documentos antigos do Arquivo Nacional, preservando assim muitos textos da História do Brasil, que corriam o risco de ser destruídos por insetos. Publicou também as obras completas de Rui Barbosa.



RHM 535 - Washington Luis



RHM 456 - Getúlio Vargas



RHM 502 - Rui Barbosa

Bicentenário do Plantio do Café
no Brasil



RHM C-21



RHM C-22



RHM C-23

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 54 – A CRISE SUCESSÓRIA DE 1930

Em 1929 Washington Luís apoiou Júlio Prestes, presidente do estado de São Paulo à sua sucessão e o presidente da Bahia, Vital Soares como vice-presidente, rompendo com a política do "café-com-leite", em que havia o predomínio de presidentes paulistas (café) e mineiros (leite) na presidência.

Os presidentes de dezessete estados apoiaram o candidato indicado pelo presidente Washington Luís. Negaram apoio ao candidato Júlio Prestes apenas os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba.

Os presidentes destes três estados e políticos de oposição de diversos estados se unem formando a Aliança Liberal e lançam Getúlio Vargas candidato a presidente da república, e o Presidente da Paraíba, João Pessoa como candidato a vice-presidente da república.

Em 1 de março de 1930 Júlio Prestes venceu a eleição contra os protestos da oposição que denunciava fraude. Surgem boatos sobre uma possível revolução, desmentidos por Getúlio Vargas e outras lideranças da Aliança Liberal.

O presidente eleito Júlio Prestes viajou para os Estados Unidos sendo recebido pelo presidente Herbert Hoover, quando declarou que o Brasil nunca seria uma ditadura. Foi o segundo brasileiro a sair na capa da revista Time. Retornou a São Paulo em 6 de agosto sendo recebido por uma multidão de adeptos na atual Estação da Luz, que hoje leva o seu nome.

O surgimento de um movimento insurgente em São José de Princesa, na Paraíba que parecia, segundo a oposição, ter sido instigado pelo Governo Federal contra o Presidente do Estado, João Pessoa, que foi assassinado, e a grande depressão econômica de 1929 servem de pretexto para reunir as forças aliancistas, que iniciam uma revolução em 3 de outubro de 1930.

Em 24 de outubro de 1930 os ministros militares depõem Washington Luís, que é preso, sai do Palácio do Catete e é conduzido ao Forte de Copacabana. Uma junta governativa formada pelos três ministros militares Tasso Fragoso, Mena Barreto e Isaías de Noronha, assume a presidência, entregando-a a Getúlio Vargas no dia 3 de novembro de 1930.

Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório com amplos poderes, revoga a constituição de 1891 e governa por decretos. Nomeou seus aliados como interventores dos estados brasileiros.



RHM C-30 - Revolução de 1930
Getúlio Vargas e João Pessoa



RHM C-3086 - Estação Julio Prestes
Nome dado em homenagem ao
Presidente Julio Prestes



RHM C-643 - Centenário do Nascimento de
Tasso Fragoso

Washington Luís foi exilado, vivendo muitos anos nos Estados Unidos e posteriormente na Europa. Regressou ao Brasil em 1947, recusando-se a voltar à política. Durante esse período se dedicou à História e às suas cartas e documentos para a posteridade.

Júlio Prestes pediu asilo ao consulado britânico, vivendo no exílio até 1947, quando retornou ao Brasil após a reconstitucionalização do país, passando a dedicar-se ao cultivo do algodão em sua Itapetininga natal.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 55 – A ERA VARGAS**

A Era Vargas foi o período iniciado em 1930 com a Revolução de 1930 quando Getúlio Vargas assumiu a presidência da República com a deposição de Washington Luís e impedindo Julio Prestes de assumir a presidência. Terminou em 1945 com a deposição de Getúlio Vargas.

Características da Era Vargas

- **Centralização do poder:** Ao longo de quinze anos no poder, Vargas tomou medidas para enfraquecer o Legislativo e reforçar os poderes do Executivo.
- **Política Trabalhista:** Vargas atuou de ampliando os benefícios e direitos trabalhistas. Criou o Ministério do Trabalho. Atuou reforçando seu poder aproximando-se das massas.
- **Propaganda Política:** O uso da propaganda foi agressivo, como forma de ressaltar as qualidades de seu governo e ficou evidente durante o Estado Novo a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP.)
- **Capacidade de negociação política:** Vargas tinha uma grande capacidade política para conciliação entre grupos rivais durante toda a sua vida pública, facilitando a governabilidade do país.
- **A postura de Vargas no poder do Brasil durante esse período pode ser chamada de populismo, pois agia em defesa da união dos trabalhadores. Carismático, tornou-se um grande líder pelo carisma que possuía.**

A Era Vargas pode ser dividida em três períodos:

- **Governo Provisório, de 1930 a 1934**
- **Governo Constitucional, de 1934 a 1937**
- **Estado Novo, de 1937 a 1945**

O fim da Era Vargas

Getúlio Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945 pelos mesmos militares que o haviam levado ao poder e apoiado durante os últimos 15 anos. Com a realização de eleições federais na sequência, terminava a segunda ditadura civil militar brasileira.



RHM C-154 - Getulio Vargas
Selo do Bloco RHM B-5
Feira de Nova iorque



RHM C-133 - Aniversário do Estado Novo
Selo do Bloco RHM B-2
1º Aniversário do Estado Novo



RHM C-157 - Decênio do Governo
de Getulio Vargas

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 56 – A ERA VARGAS - O GOVERNO PROVISÓRIO

Nesta fase de governo, que durou de 1930 a 1934, Vargas realizou as primeiras medidas de centralização do poder, dissolvendo de início o Congresso Nacional.

Em dezembro de 1930 é fortemente restringida a entrada de imigrantes no Brasil, uma medida que vigorou até 1933, com a finalidade de evitar o aumento de desempregados no país, exigindo também que todas as empresas brasileiras tivessem o mínimo de 2/3 de trabalhadores brasileiros em seus quadros para proteger o trabalhador nacional.

A demora de Vargas, que governava como uma ditadura disfarçada, em realizar eleições e convocar uma Constituinte provocou reações em alguns locais do país, como São Paulo, que rebelando-se contra o governo em 1932 no episódio conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932.

O movimento foi um fracasso mas Getúlio Vargas atendeu as demandas dos paulistas nomeando para o estado um interventor civil e nascido em São Paulo, além da realização de uma eleição em 1933 para compor a Constituinte. Dessa Constituinte foi promulgada a Constituição de 1934.

A nova Constituição foi considerada bastante moderna para a época e trouxe novidades, como o voto feminino (confirmando o que já havia sido estipulado pelo Código Eleitoral de 1932). Junto da promulgação da nova Constituição, Vargas foi reeleito indiretamente para ser presidente entre 1934 e 1938. Após essa legislatura deveriam ocorrer eleições para que um novo presidente assumisse o poder democraticamente.

A política econômica de Vargas concentrou-se em combater os efeitos da Crise de 1929 (que ocorreu graças a quebra da Bolsa de Nova Iorque) no Brasil. O governo agiu comprando milhares de sacas de café e incendiando-as como forma de valorizar o principal produto da nossa economia, diminuindo portanto a oferta do produto. Nas questões trabalhistas, autorizou a criação do Ministério do Trabalho em 1930 e começou a intervir diretamente na atuação dos sindicatos.



RHM C-31 - Revolução de 3 de Outubro de 1930 - Getúlio Vargas e João Pessoa



RHM C-47 - Campanha Constitucionalista de São Paulo e Mato Grosso



RHM C-2435 – Café do Brasil

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 57 – A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO E MATO GROSSO

Movimento armado ocorrido nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul entre julho e outubro de 1932 com o objetivo de derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.

Getúlio Vargas não havia cumprido o compromisso de convocação de novas eleições e a formação de uma Constituinte para a promulgação de uma nova Constituição, gerando um sentimento de frustração, acumulada ao ressentimento contra o governo provisório, principalmente no estado de São Paulo, por Getúlio governar de forma discricionária por meio de decretos, sem respaldo de uma Constituição e de um Poder Legislativo. Os interventores dos estados indicados por Vargas não correspondiam aos interesses dos grupos políticos locais.



O levante armado começou em 9 de julho de 1932, precipitado pela revolta popular após a morte de quatro jovens por tropas getulistas, em 23 de maio de 1932, durante um protesto contra o Governo Federal. Após a morte desses jovens, foi organizado um movimento clandestino denominado MMDC (iniciais dos quatro jovens mortos: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo). Houve também uma quinta vítima, Orlando de Oliveira Alvarenga, baleado naquele dia no mesmo local que morreu meses depois.

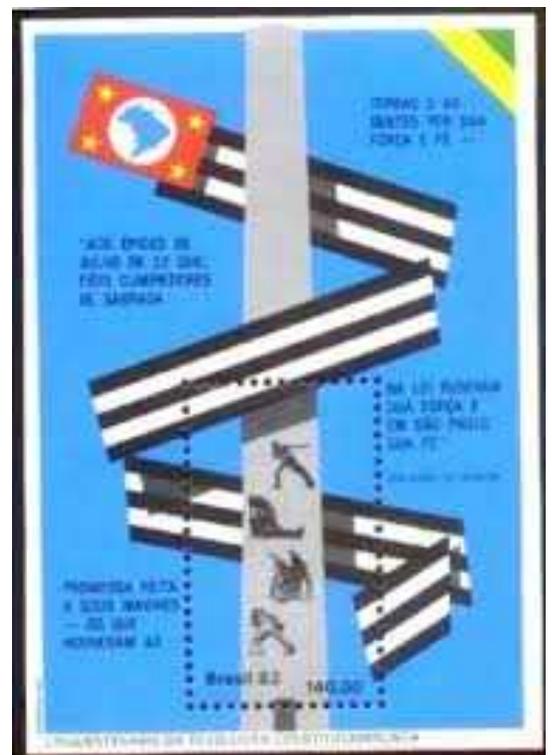
Os líderes de São Paulo tinham a expectativa da adesão de outros estados, manifestada por parte das elites políticas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do então Mato Grosso. Esperavam um breve conflito militar com uma rápida marcha para o Rio de Janeiro, a capital do país para depor Getúlio.

Não houve apoio efetivo, exceção do Estado de Mato Grosso. Getúlio Vargas teve tempo de articular uma reação militar de sufocando a revolução. Após quase três meses de intensos combates nos quatro cantos do estado o conflito foi encerrado em 2 de outubro de 1932 com a rendição do Exército Constitucionalista.

Ao fim do conflito os principais líderes civis e militares do Movimento Constitucionalista foram enviados para o exílio em Portugal. Entre os paulistas as baixas são estimadas em mais de mil mortos. Atualmente no Mausoléu do Obelisco do Ibirapuera estão guardadas as cinzas de 713 ex-combatentes, além dos cinco jovens mortos em decorrência do protesto contra o governo de Getúlio Vargas em 23 de maio de 1932.



RHM C-3818 MMDC
Selo destacado do Bloco B-213



RHM B-52 - Cinquentenário da Revolução Constitucionalista
Obelisco aos Heróis da Revolução de 1932 no Parque do Ibirapuera, São Paulo, SP

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 58 – A ERA VARGAS

GOVERNO CONSTITUCIONAL

Esta fase do governo de Getúlio Vargas durou de 1934 a 1937, lembrando que ele foi eleito presidente da república em 1934 por voto indireto, em teoria, deveria se estender até 1938, bem como não poderia concorrer à reeleição. Nesta fase a política brasileira como um todo caminhava para a radicalização, surgindo grupos que expressavam essa radicalização do nosso país.

Surge em 1935 um novo partido: a ANL Aliança Nacional Libertadora, liderada por Luís Carlos Prestes que radicalizava o não pagamento da dívida externa e a reforma agrária imediata. Um discurso de Carlos Lacerda, então estudante de direito ter indicado Prestes para a presidência do partido deu a certeza ao governo que a ANL era uma organização comunista. E era isso mesmo de fato: por trás dela estava a Internacional Comunista, com sede em Moscou.

Em 4 de abril de 1935, (uma semana após a criação da ANL) foi sancionada a lei nº 38, conhecida como Lei de Segurança Nacional que definia os crimes contra a ordem política e social, possibilitando maior rigor no combate à subversão da ordem pública. Em 22 de julho de 1935 foi criado o programa oficial de rádio com notícias do governo: a "Hora do Brasil" depois denominada "Voz do Brasil", existente ainda hoje. Baseado na Lei de Segurança Nacional a ANL é fechada, mas Prestes foi responsável por diversas rebeliões, em Recife, Natal e no Rio de Janeiro, junto com agentes infiltrados de Moscou.

Luiz Carlos Prestes foi preso com sua companheira Olga Benário em 5 de março de 1936. Ela foi deportada grávida para a Alemanha nazista e morreu na câmara de gás. Prestes foi condenado e ficou nove anos preso.

Essa fase constitucional da Era Vargas estendeu-se até novembro de 1937, quando Getúlio Vargas realizou um novo golpe cancelando a eleição de 1938, fechando o congresso e instalando um regime ditatorial no país. O golpe do Estado Novo teve como pretexto a divulgação de um documento falso conhecido como Plano Cohen. Esse documento falava sobre uma conspiração comunista que estava em curso no país.



Y-432
Olga Benário
República Democrática Alemã
Emissão em 03/09/1959

O golpe de 1937

Campanha presidencial para eleições de janeiro de 1938:
ameaça comunista ao país

↓
Plano Cohen

↓
Apoiado por cúpula das Forças Armadas, intelectuais e integralistas, Vargas dá um golpe de Estado em novembro de 1937: Estado Novo.

Anúncio da implantação do Estado Novo, 1937



Anúncio da Implantação do Estado Novo em 1937

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 59 – A ERA VARGAS – O ESTADO NOVO**

O Estado Novo foi a fase ditatorial da Era Vargas e estendeu-se por oito anos, de 1937 a 1945. Nesse período Vargas reforçou o seu poder, reduziu as liberdades civis e implantou a censura, além de intensa propaganda política, aproximando-se com as massas.

No dia do golpe de Estado Vargas determinou o fechamento do Congresso, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, outorgando uma nova constituição que lhe conferia o controle total do poder executivo e permitindo nomear interventores para os estados, que tinham ampla autonomia para a tomada de decisões. A partir daí Vargas governou por decretos-leis. Todos os partidos políticos foram fechados e colocados na ilegalidade.

A censura e a propaganda instituídas ficaram a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Para fazer a propaganda do governo, foi criado um jornal diário na rádio chamado "A Hora do Brasil" (depois "A Voz do Brasil")

Durante o período, foram criados o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público com o objetivo de racionalizar a administração pública e que foi extinto em 1986 e a Companhia Siderúrgica Nacional.

Durante esse período destacaram-se a política trabalhista, a criação do salário-mínimo em 1940 e a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. Os sindicatos passaram para o controle do Estado.

A participação brasileira na Segunda Guerra e o desgaste desse projeto político autoritário enfraqueceram o Estado Novo perante a sociedade, que começou a cobrar a volta à democracia. Pressionado, Vargas decretou para o fim de 1945 a realização de eleição presidencial.

Surgiu, na época, um movimento chamado "queremismo" liderado pelo empresário Hugo Borghi, que usava os slogans "Queremos Getúlio" e "Constituinte com Getúlio". O movimento propunha uma nova constituição e após, eleição para a presidência da república.

O crescimento do queremismo e a insatisfação com a ditadura precipitaram a queda de Getúlio, que foi deposto em 29 de outubro de 1945 pelos mesmos militares que o haviam levado ao poder e apoiado durante os últimos 15 anos.

A Junta Militar que assumiu o poder realizou novas eleições federais terminando desta maneira a segunda ditadura civil militar brasileira.



RHM C-213 - Inauguração da Ponte Internacional Brasil-Argentina



RHM C-385 - Campanha de Expansão da Companhia Siderúrgica Nacional



RHM C-765 - Homenagem ao Homem e a Terra - Ministério do Trabalho e Previdência Social



RHM C-3463 - Salário Mínimo

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 60 – O BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL**

Desde o início da II Guerra Mundial em 1939 o Brasil manteve uma posição neutra, até porque mantinha negócios com a Alemanha, inclusive comprando material bélico alemão. O presidente do Brasil na época era Getúlio Vargas.

Esta posição de neutralidade acaba em 1942 quando embarcações brasileiras foram afundadas por submarinos alemães no Oceano Atlântico (ao final da guerra 26 navios foram afundados, com 937 mortos ou desaparecidos). Com grande pressão popular Vargas rompeu com os países do eixo (Alemanha, Japão e Itália) e fez um acordo com o presidente norte-americano Roosevelt, entrando na guerra ao lado dos Aliados (Estados Unidos, Inglaterra, França, União Soviética, entre outros). Era importante para os Aliados que o Brasil ficasse ao lado deles, pela sua posição geográfica estratégica e pelo seu vasto litoral.

A participação militar brasileira foi importante pois somou forças na luta contra os países do Eixo, enviando para a Itália (ocupada pelas forças nazistas), em julho de 1944, 25.334 militares da FEB (Força Expedicionária Brasileira), 42 pilotos e 400 homens de apoio da FAB (Força Aérea Brasileira).

Atuando em região de clima montanhoso e com inverno hostil e com pouco treinamento militar, foram decisivos na Campanha da Itália tomando regiões estratégicas da Alemanha.

Os militares brasileiros da FEB (também conhecidos como pracinhas) conseguiram, ao lado de soldados aliados, importantes e duras vitórias, com a tomada de Monte Castelo, Turim, Montese e outras cidades. Apesar das vitórias, 454 soldados brasileiros morreram em combate, a maioria na Batalha de Monte Castelo.

Além de enviar tropas para as áreas de combate na Itália, o Brasil participou de outras formas importantes, como fornecedor de matérias-primas, principalmente borracha, para os países das forças aliadas; cedeu bases militares aéreas e navais para os aliados. A principal foi a base militar da cidade de Natal no Rio Grande do Norte, que serviu de local de abastecimento para os aviões dos Estados Unidos.

A marinha brasileira, junto com a FAB realizou o patrulhamento e a proteção do litoral brasileiro, fazendo também a escolta de navios mercantes para garantir a proteção contra ataques de submarinos alemães. Para o patrulhamento do Atlântico Sul e também dos céus da Itália foi criado um grupo de caça



denominado "Senta a pua", que afundou 11 submarinos alemães.



RHM C-207 - FEB – Força Expedicionária Brasileira - Cobra Fumando



RHM C-232 - General Eurico Gaspar Dutra Ministro da Guerra



RHM C-1362 - Centenário de Nascimento do General Mascarenhas de Moraes Comandante da FEB



RHM C-246 - Homenagem a FEB



RHM C-1935 - 50 Anos da Tomada de Monte Castelo

Leitura Suplementar: O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: a atuação da FEB
Zaira Carla Alves Gondim

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 61 – EURICO GASPAR DUTRA

Eurico Gaspar Dutra (1883 — 1974), militar brasileiro, 16.º presidente do Brasil entre 1946 e 1951

Dutra assumiu o governo juntamente com a abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, com o entendimento dos grandes partidos do centro liberal, embora houvessem bancadas de esquerda, como as do Partido Comunista do Brasil (PCB) e PTB. Dutra teve seu mandato reduzido de seis para cinco anos. O quinquênio presidencial começou com a proibição do jogo, tornou fora da lei o PCB (1947) e rompeu relações com a União Soviética em 1948.

Desenvolvimentista, Dutra reuniu sugestões de vários ministérios e deu prioridade a quatro áreas: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (cujas iniciais formam a sigla SALTE). Os recursos para a execução do Plano SALTE seriam provenientes da Receita Federal e de empréstimos externos.

O governo de Dutra iniciou a construção e inaugurou a ligação rodoviária do Rio de Janeiro a São Paulo, pavimentada, a BR-2, atual Rodovia Presidente Dutra, uma das mais importantes do país. Ao deixar o governo, a política rodoviária de Dutra mereceu elogios da imprensa.

Por influência de sua esposa criou a Maternidade Carmela Dutra, (o nome da sua mulher), em Florianópolis.

Foi com o Plano SALTE que Dutra abriu a rodovia Rio de Janeiro - Bahia e instalou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Entretanto, a resistência da coalizão conservadora e a ortodoxia da equipe econômica acabaram por inviabilizar o plano, que praticamente não saiu do papel.

Em seu governo foi elaborado o Estatuto do Petróleo, a partir do qual tiveram início a construção das primeiras refinarias e a aquisição dos primeiros navios petroleiros.

Durante seu governo foram extintos os territórios federais de Ponta Porã e Iguazu. Uma de suas medidas mais polêmicas foi a proibição dos jogos de azar no Brasil, em 30 de abril de 1946.

Em 1950 foi inaugurada a TV Tupi, a primeira emissora de televisão do Brasil. Entre 24 de junho e 16 de julho daquele ano, o Brasil sediou a Copa do Mundo, quando o Uruguai derrotou o Brasil no Estádio do Maracanã e levantou o título de campeão mundial de futebol.



RHM C-232 - Presidente Dutra



RHM C-223 - Promulgação da Constituição de 1946



RHM C-253 - 4º Campeonato Mundial de Futebol - Rio de Janeiro



RHM A-76 - 4º Campeonato Mundial de Futebol - Rio de Janeiro

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 62 – GETÚLIO VARGAS

O segundo governo de Vargas foi o retorno do político gaúcho à presidência do país, eleito democraticamente cinco após a sua deposição.

O governo foi fortemente marcado pela crise política e atuação da oposição; crise econômica, principalmente pelo aumento da inflação e tensão social em decorrência das crises política e também das transformações que o país passava com o forte crescimento urbano.

A política de desenvolvimento econômico era nacionalista, defendendo a ausência de influência de grupos e de capitais estrangeiros, e conduzida pelo Estado e por grupos nacionais. Contrastava com outro grupo querendo a influência de corporações e do capital estrangeiro na nossa economia.

A criação de estatais para explorar recursos chaves como o petróleo e energia foi fortemente atacada pelos opositores, e inúmeros obstáculos foram colocados para impedir a aprovação da Eletrobras e Petrobras.

A inflação reforçava a tensão social existente. O salário mínimo não era reajustado desde 1943 corroendo o poder de compra do trabalhador. Este quadro levou a realização de uma das maiores greves da história do Brasil: a Greve dos 300 mil em março de 1953 mobilizando trabalhadores de diferentes categorias. Poucos dias antes da greve uma passeata com 60 mil trabalhadores aconteceu em São Paulo.

Vargas nomeou João Goulart como ministro do trabalho, o qual propôs o aumento do salário mínimo em 100% estourando como uma bomba por parte da oposição.

A crise política aumentou em 1954, e as denúncias de que o presidente instalaria a "república sindicalista" ganharam força com a denúncia de um esforço para implantar o pacto ABC: cooperação comercial entre Brasil, Argentina e Chile para enfrentar a influência americana.

Um dos grandes nomes da oposição, jornalista Carlos Lacerda foi o pivô do fim do segundo governo de Vargas ao sofrer um atentado fracassado, conhecido como Atentado da Rua Tonelero, em 5 de agosto de 1954, dando início a uma das maiores crises políticas da história brasileira.

Pressionado e isolado, Vargas cometeu suicídio em 24 de agosto de 1954 ao atirar contra o próprio coração, em seu quarto no Palácio do Catete, deixando uma carta testamento com um forte tom emotivo, e a sucessão da presidência foi realizada pelo vice-presidente Café Filho.



RHM 437 - Getúlio Vargas



RHM C-425 - 5º Aniversário da Lei da Petrobrás

Centenário de Nascimento de Getúlio Vargas



RHM C-1384



RHM C-1385



RHM C-1386

A Mensagem de Despedida

Carta-testamento deixada pelo Presidente Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954

Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam; e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci.

Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo.

A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios.

Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras, mal começa esta a funcionar a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre, não querem que o povo seja independente.

Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo e renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos.

Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotam respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo, de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém.

Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

Rio de Janeiro, 23/08/1954

Getúlio Vargas

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 63 – CAFÉ FILHO

João Fernandes Campos Café Filho (1899 – 1970), advogado e político, 18.º presidente do Brasil entre 24 de agosto de 1954 (suicídio de Getúlio Vargas) e 8 de novembro de 1955.

Indicado nas eleições de 1950, pelo governador de São Paulo Ademar de Barros à vice-presidência para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas. Café Filho desagradava militares e a igreja católica, que o consideravam um político de tendências esquerdistas. Café Filho foi contra a aplicação da Lei de Segurança Nacional em 1935, em 1937 denunciou o Plano Cohen como uma tapeação militar para legitimar a ditadura do Estado Novo e no parlamento fazia campanha contra o cancelamento do registro do PCB e a extinção do mandato dos parlamentares comunistas, além de ser defensor do divórcio.

Após o atentado da rua Tonelero o país entrou em grave crise política. Café Filho sugeriu a Getúlio Vargas, que ambos renunciassem ao governo abrindo as chances para um governo interino de coalizão. Vargas não aceitou após consultar Tancredo Neves, ministro da Justiça da época.

Com o suicídio de Vargas, Café Filho assume a presidência da república. O general Henrique Lott, ministro da Guerra, desferiu um golpe de Estado preventivo para garantir a posse de Juscelino.

Alegando questões de saúde Café Filho licenciou-se do cargo de presidente da República alguns meses antes de Juscelino ser empossado, assumindo interinamente Carlos Luz, presidente da Câmara. Por pressão do general Lott, Carlos Luz foi deposto e impedido de governar (exerceu a presidência de 8 a 11 de novembro de 1955, apenas 3 dias!), assumindo a presidência interina Nereu Ramos, então vice-presidente do Senado.

Na época, para garantir a posse dos eleitos Juscelino Kubitschek e João Goulart, aprovou-se o estado de sítio e o impedimento de Café Filho, que pretendia retornar a ocupar o cargo antes da posse dos eleitos nas eleições de 1955.

O governo de Café Filho foi a continuação de um período político e social conturbado, com intrigas e dificuldades em todos os setores, dificultando a governabilidade do País.

Não foram emitidos selos dos Correios com nenhum dos atores deste curto e conturbado período da História do Brasil



Café Filho



Carlos Luz



Nereu Ramos



General Lott

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 64 – JUSCELINO KUBITSCHKEK**

Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902 — 1976), médico, oficial da Polícia Militar mineira e político, Presidente da República entre 1956 e 1961.

Elegeu-se Presidente com 35,6% dos votos com o "slogan" desenvolvimentista "50 anos em 5". A oposição tentou anular a eleição com a alegação que JK não tinha maioria absoluta dos votos, quando o general Henrique Lott desencadeou um movimento militar garantindo a posse de JK e João Goulart, seu vice em 31 de janeiro de 1956.

Durante todo o seu mandato o país viveu um período de notável desenvolvimento econômico e relativa estabilidade política, conhecido como "Anos Dourados", com aumento do número de empregos, o amadurecimento da democracia e artístico, o avanço do rádio, da televisão e do cinema nacional, mas com significativo aumento das dívidas públicas interna e externa, terminando seu mandato com crescimento da inflação, da concentração de renda e arrocho salarial.

Seu plano de governo lançado em 1956 tinha 31 metas distribuídas em cinco grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a meta principal: a construção de Brasília.

JK promoveu a implantação da indústria automobilística com a vinda de fábricas de automóveis para o Brasil, com capitais alemão (Volkswagen), francês (Simca) e nacional com tecnologia estrangeira (Vemag). Promoveu a indústria naval com capital japonês, holandês e nacional, e a siderurgia com recursos do BNDES e capital japonês agregado à Usiminas. Construiu grandes usinas hidrelétricas, como Furnas com um dos maiores lagos artificiais do mundo conhecido como o "Mar de Minas Gerais", além de Três Marias.

Uniu o Brasil através de rodovias transregionais e aumentou a produção de petróleo. Comprou em 1956 o primeiro porta-aviões, o Minas Gerais.

Tentou se candidatar à presidência em 1965, mas teve seu mandato e direitos políticos cassados com o golpe militar de 1964, viajando a seguir para os Estados Unidos e Europa. Voltou ao Brasil em 1967 e articulou a Frente Ampla em oposição à ditadura militar, extinta pelos militares um ano depois, levando JK à prisão por um curto período.

Pretendendo voltar à política, em 22 de agosto de 1976 morreu em um acidente na Rodovia Presidente Dutra. JK é visto por muitos como o pai do Brasil moderno e está entre os políticos cujo legado é mantido de maneira mais favorável.



RHM C-384 - Reunião dos Presidentes dos Países Americanos no Panamá



RHM C-1518 - Homenagem a Juscelino Kubitschek



RHM C-2448 - Centenário de Nascimento de Juscelino Kubitschek



RHM C-478 - Usiminas

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 64 – A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA**

Em 1761 o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, propôs mudar a capital do império português para o interior do Brasil Colônia. José Bonifácio, o Patriarca da Independência, foi a primeira pessoa a se referir à futura capital do Brasil, em 1823, como "Brasília". A ideia de transferir a capital do Brasil para o interior já estava prevista na Constituição de 1891.

Em 1892 o belga Louis Cruls assinalou um território no Planalto Central, entre nascentes de rios que seria ideal para a construção do novo centro político. Havia a profecia de São João Bosco apontando para local compreendido entre os paralelos 15 e 20 como o lugar do nascimento de uma nova civilização.

No ano de 1955 em um comício em Jataí (GO), o candidato à presidência Juscelino Kubitschek, foi questionado se respeitaria a constituição, interiorizando a capital federal. Juscelino afirmou que transferiria a capital, e eleito estabeleceu a construção de Brasília no seu Plano de Metas.

O fato é que Juscelino buscava um lugar afastado do Rio de Janeiro e no interior do país por motivos geopolíticos:

- a capital não estaria tão vulnerável em caso de guerra,
- a pressão popular sobre o governo seria menor,
- a nova capital iria contribuir para a ocupação do interior brasileiro.

O projeto para a nova cidade foi escolhido através de concurso público. O plano urbanístico original da capital, conhecido como "Plano Piloto", foi elaborado pelo urbanista e arquiteto Lúcio Costa, que, aproveitando o relevo da região, adequou-o ao projeto do lago Paranoá, concebido em 1893 pela Missão Cruls. A cidade começou a ser planejada e desenvolvida em 1956 por Lúcio Costa, pelo também arquiteto Oscar Niemeyer e pelo engenheiro estrutural Joaquim Cardozo.

Assim começou a mobilização de materiais, trabalhadores e recursos para erguer a cidade no deserto, comandada pela empresa NOVACAP, presidida por Israel Pinheiro. A estrutura principal de Brasília, o chamado Plano Piloto, ficou pronta em apenas quatro anos.

Calcula-se que a cidade tenha atraído cerca de 60.000 operários vindos de todo o Brasil. Esses trabalhadores ficaram conhecidos como "candangos". Em 1957, o entorno de Brasília já contava com mais de 12.000 habitantes.

Sem ter sido terminada, Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960 em meio a uma grande festa. Nos anos seguintes, ministérios, embaixadas e demais órgãos políticos deixariam o Rio de Janeiro e se instalariam definitivamente na nova capital brasileira.

Sem capitais, e sem conseguir empréstimos junto ao FMI, o presidente vendeu títulos da dívida pública e emitiu moeda. Esses dois fatos acarretaram o aumento da inflação e do custo de vida. Em 1969, calcula-se que Brasília teria custado mais de 45 bilhões de dólares.

Em 1987, a UNESCO declarou a cidade Patrimônio da Humanidade.

Série 10º Aniversário da Fundação de Brasília



RHM C-669



RHM C-670



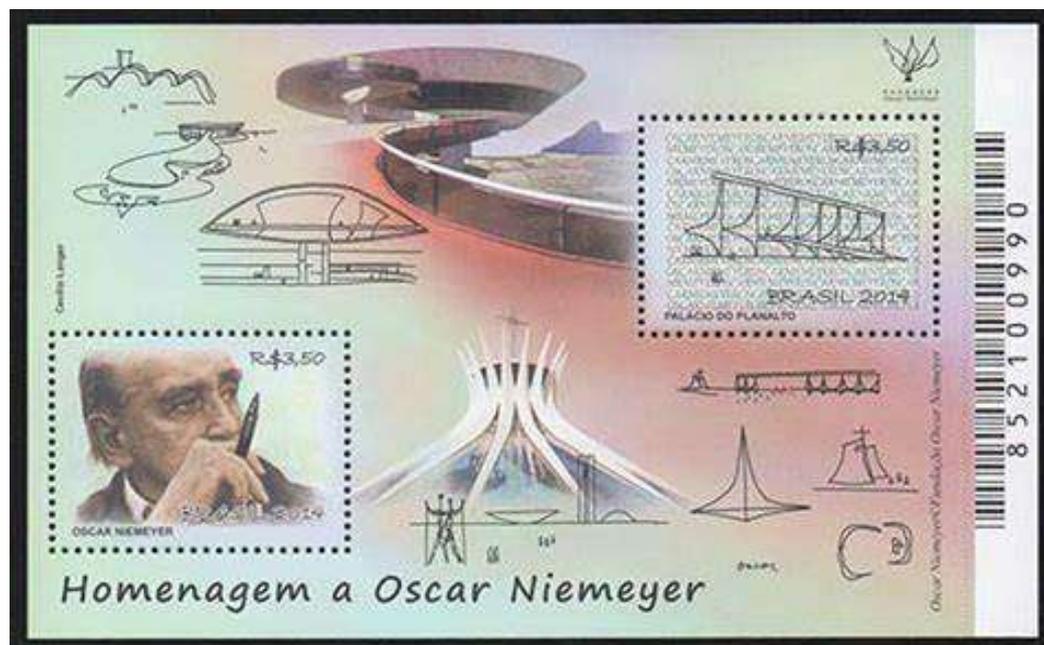
RHM C-671

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS
CAP. 64 – A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

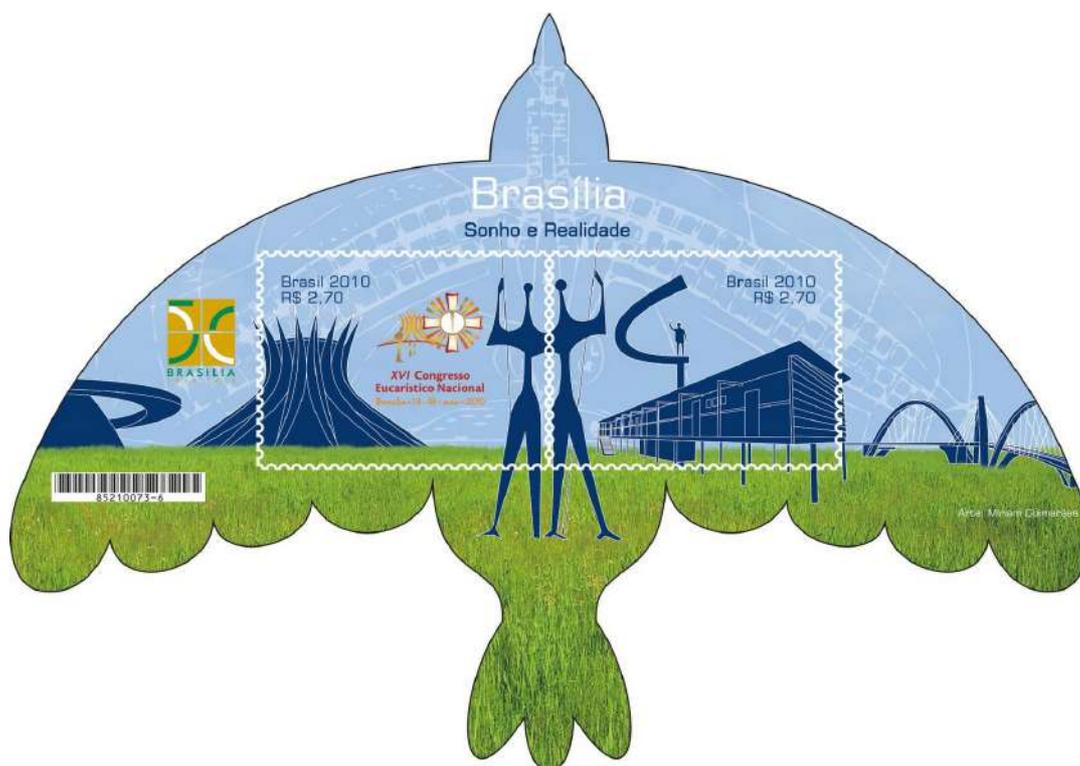


RHM B-14 - Aniversário do Construtor de Brasília Dr.Juscelino Kubitschek

RHM B-182 - Homenagem a Oscar Niemeyer



RHM B-157 – Brasília
 Sonho e Realidade
 Monumentos e XVI
 Congresso Eucarístico
 Nacional



A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 65 – JÂNIO QUADROS**

Jânio da Silva Quadros (1917 — 1992) , advogado, professor, foi prefeito e governador de São Paulo nos anos 1950, vigésimo segundo presidente do Brasil entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961, data de sua renúncia.

Elegeu-se usando a imagem de combate à corrupção durante toda a sua carreira política, tendo a vassoura como símbolo.

Jânio condecorou em agosto de 1961 com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, Ernesto Che Guevara, guerrilheiro argentino, um dos líderes da revolução cubana e ministro daquele país, em agradecimento por Guevara ter atendido a seu apelo e libertado mais de vinte sacerdotes presos em Cuba, condenados ao fuzilamento, exilando-os na Espanha. Jânio fez esse pedido de clemência por solicitação de dom Armando Lombardi, núncio apostólico no Brasil, que o solicitou em nome do Vaticano. A outorga da condecoração foi aprovada no Conselho da Ordem por unanimidade, inclusive pelos três ministros militares.

Sua política de austeridade congelou salários e restringiu o crédito. Aumentou a política externa independente (PEI), que visava estabelecer relações com todos os povos.

Restabeleceu relações com a Rússia e a China e nomeou o primeiro embaixador negro da história do Brasil. Condenou o episódio da Baía do Porcos e a interferência norte-americana que provocou o isolamento de Cuba.

Criou as primeiras reservas indígenas, dentre elas o Parque Nacional do Xingu, e os primeiros parques ecológicos nacionais. Abriu centenas e centenas de inquéritos e sindicâncias em um combate aberto à corrupção e ao desregramento na administração pública.

Enviou ao Congresso os projetos de lei antitruste, a lei de limitação e regulamentação da remessa de lucros e royalties, e a pioneira proposta de lei de reforma agrária. Nenhum foi votado pelo congresso.

Planejou anexar a Guiana Francesa enviando a ordem ao governador do Amapá, Moura Cavalcanti, mas a operação não deslançou devido à sua renúncia.

No dia 21 de agosto de 1961 Jânio Quadros assinou uma resolução que anulava as autorizações ilegais outorgadas a favor da empresa Hanna e restituía as jazidas de ferro de Minas Gerais à reserva nacional. Quatro dias depois, os ministros militares pressionaram a Quadros a renunciar: «Forças terríveis se levantaram contra mim...», dizia o texto da renúncia.



RHM C-2822 - Cooperação Espacial Brasil-Rússia

25 anos de
Relações Diplomáticas
Brasil-China



RHM C-2343



RHM C-2344

Não existem selos sobre Jânio Quadros. Os selos acima mostram os resultados da aplicação de sua Política Externa Independente.



Propaganda eleitoral de
Jânio Quadros

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 66 – JOÃO GOULART, "JANGO"**

João Belchior Marques Goulart (1919 — 1976), advogado e político, 24.º presidente do Brasil, de 1961 a 1964. Antes foi o 14.º vice-presidente, de 1956 a 1961, durante os governos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros.

Goulart atuou como negociador e apoiador do governo Juscelino na área sindical, representando uma união entre comunistas e trabalhistas. No governo de Jânio, chefiou uma missão comercial na China em julho de 1961. Na URSS foi recebido com honras de Chefe de Estado por Nikita Khrushchov. O discurso em Pequim foi visto como uma declaração de apoio ao comunismo".

No dia seguinte, Jânio havia renunciado. Ranieri Mazzilli era o presidente interino, e os ministros militares informaram que Goulart seria preso se retornasse ao Brasil.

O Congresso aprovou o Parlamentarismo, diminuindo o poder do presidente, assumindo Tancredo Neves como primeiro ministro, apaziguando as Forças Armadas e as alas conservadoras, permitindo que Goulart assumisse a presidência em 7 de setembro.

Em 1962 Goulart divulgou o Plano Trienal para combater a inflação e promover o desenvolvimento econômico e que falhou após enfrentar forte oposição no Congresso. Nesse período foi convocado um plebiscito que rejeitou o parlamentarismo.

Goulart em dia 13 de março de 1964, faz um discurso em frente ao Edifício Central do Brasil, reunindo cerca de 150 mil pessoas pregando o fim da política conciliadora do presidente, com apoio de setores conservadores que naquele momento, defendendo a reforma da Constituição para ampliar o direito de voto a analfabetos e militares de baixa patente, criticou seus opositores que, segundo ele, estariam a serviço de grandes companhias internacionais e contra o povo, além de ter assinado um decreto encampando as refinarias de petróleo privadas e outro desapropriando terras às margens de ferrovias e rodovias federais.

Em 19 de março em São Paulo, foi organizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, para mobilizar a opinião pública contra o governo de Goulart e a política que, segundo eles, culminaria com a implantação de um regime totalitário comunista no Brasil.

No dia 28 de março, irrompe a revolta dos marinheiros e fuzileiros navais no Rio. Goulart não puniu os insubmissos desagradando os oficiais da Marinha. Em dia 30 de março, Jango compareceu na Associação dos Sargentos e Suboficiais

da Polícia Militar, na sede do Automóvel Clube do Brasil, pronunciando um discurso em que denuncia a existência de uma poderosa campanha contra o governo

Após estes fatos, o general Olímpio Mourão Filho iniciou em 31 de março de 1964 a movimentação de tropas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, iniciando o golpe de estado que depôs o presidente João Goulart.

Na madrugada do dia 1º de abril de 1964 Goulart viaja para Porto Alegre, e pede asilo ao Uruguai, assumindo Ranieri Mazzilli como presidente interino.

As Reformas de Base propostas por Jango (mas não implementadas) moldaram o Estado brasileiro depois da redemocratização, inspirando a Constituição de 1988.

Não foram emitidos selos com o Presidente João Goulart por ter sido deposto.



A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS CAP. 67 – O GOLPE DE ESTADO DE 1964

Desde a Revolução Russa de 1917 o ocidente ficou polarizado entre capitalismo/democracia e comunismo/socialismo, entre doutrina russa e doutrina norte americana (a chamada Guerra Fria).

No Brasil surgem movimentos de cunho esquerdista: em 1935 a Intentona Comunista organizada pelo Partido Comunista Brasileiro; em 1948, a criação da Escola Superior de Guerra; no governo Getúlio Vargas a forte oposição dos militares e líderes conservadores; em 1959 Fidel Castro assume todo o controle de Cuba; em 1961 o presidente Jânio Quadros renuncia, enquanto seu vice, João Goulart é visto como político de esquerda.

A saída conciliadora foi a adoção do parlamentarismo, que resistiu até 1963, com João Goulart ganhando poderes de presidente, mas sem apoio para implantar as suas reformas de base, tidas como "comunistas" por militares e líderes conservadores.

De 28 a 30 de março de 1963 realizou-se em Niterói na sede do Sindicato dos Operários Navais, um Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, com a participação de delegações latino-americanas. Em outubro de 1963 o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola organizou o "Grupo dos Onze Companheiros" para tomar o poder pela luta armada.

O comício de Goulart e Brizola na Central do Brasil, em 13 de março de 1964 foi o ponto de partida para dar início ao golpe. Goulart anunciou as reformas de base: um plebiscito por uma nova constituinte, a reforma agrária e a nacionalização das refinarias particulares de petróleo, criticando o sentimento anticomunista e a utilização dos meios religiosos como instrumentos de oposição ao governo.

A revolta dos marinheiros foi um motim em 25 de março de 1964. Constituiu-se em uma assembleia de mais de dois mil marinheiros de baixa patente realizada no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro. Os marinheiros foram anistiados por Goulart, piorando a crise militar. Em São Paulo, quinhentas mil pessoas participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no dia 19 de março de 1964.

Esses decretos de 13 de março e o comício no dia 30 de março no Automóvel Clube no Rio de Janeiro, foram decisivos para a derrubada de João Goulart.

Em 31 de março de 1964 o general Olímpio Mourão Filho partiu com suas tropas para o Rio de Janeiro às três horas da manhã. Goulart foi para o Rio Grande do Sul e pediu asilo no Uruguai.

Estava iniciado o período da ditadura militar no Brasil.



RHM C-523 - 1º Aniversário da Revolução Democrática

Exército Brasileiro
Fator de Segurança e Desenvolvimento Nacional



RHM C-644



RHM C-645



Homenagem às Forças Armadas
RHM C-769 a C-772

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 68 – CASTELLO BRANCO**

Humberto de Alencar Castello Branco (1897 — 1967), militar e político brasileiro, 26º Presidente do Brasil e primeiro do período da Ditadura Militar, eleito no dia 11 de abril de 1964.

Durante seu mandato, Castello Branco aboliu todos os treze partidos políticos do Brasil através do Ato Institucional número 2, criando a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O ataque mais violento da esquerda armada contra o governo de Castello ocorreu no Aeroporto Internacional dos Guararapes, em 25 de julho de 1966. O ataque terrorista provocou mortos e feridos, dentre os quais faleceu o Vice-Almirante reformado Nelson Gomes Fernandes. Costa e Silva nada sofreu, já que ele foi para Recife de automóvel. Depois do atentado iniciou-se uma intensa guerra interna contra as atividades de guerrilha e de terrorismo.

Castello Branco reformou a administração pública e enviou um projeto de nova Constituição brasileira, aprovada pelo Congresso, entrando em vigor no dia da posse do seu sucessor, Costa e Silva em 15 de março de 1967.

Aprovou a Lei de Imprensa, restringindo a liberdade de expressão dos meios de comunicação, e a Lei de Segurança Nacional, permitindo ao regime atingir seus opositores com prisões e exílios por um Tribunal Militar para julgar civis.

O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi o primeiro plano econômico do governo brasileiro após o Golpe Civil-Militar de 1964, destinado a combater a inflação ; aumentar os investimentos estatais (principalmente em infraestrutura); reformar o Sistema Financeiro Nacional; diminuir as desigualdades regionais (Norte-Sul) e atrair investimentos externos.

Castello Branco criou o Código Tributário Nacional, o Estatuto da Terra, o Banco Nacional da Habitação, o Banco Central do Brasil, a Embratur, a Funabem, a Lei do Mercado de Capitais, a Zona Franca de Manaus, o Código eleitoral, o FGTS, a SUDAM, a Suframa, a Embratel, a Serpro, o Banco da Amazônia, a Sudesul e o Código de Mineração.

Foram unificados os institutos de previdência IAPI, IAPC, IAPTEC, entre outros, em um único, o INPS, atual, INSS; criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Castello Branco morreu logo após deixar o poder, em um acidente aéreo ocorrido em 18 de julho de 1967.



RHM 536 - Castello Branco

RHM C-784 -
Ano Nacional
do Turismo
Promoção da
Embratur



RHM C-1271
- Zona
Franca de
Manaus –
Suframa



RHM C-1411 - 20 Anos do BNH Banco
Nacional da Habitação



RHM C-3650 -50 Anos do FGTS



RHM C-1697 - 25 Anos da Embratel

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 69 – COSTA E SILVA**

Artur da Costa e Silva (1899 — 1969) militar e político, 27º Presidente e segundo do período da Ditadura Militar, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional.

Tomou posse em 15 de março de 1967 em meio a grandes expectativas de crescimento econômico e a redemocratização do país, no dia da Constituição de 1967.

Extinguiu a Frente Ampla, movimento de oposição que reunia políticos do período pré-64. Iniciou o combate da inflação, a revisão da política salarial e ampliação do comércio exterior, iniciou a reforma administrativa e expandiu as comunicações. Enfrentou a crise no sistema de transportes e Plano Nacional de Habitação, mas não abordou os problemas da educação.

Em junho de 1968 membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) lançaram um carro-bomba contra o quartel-general do II Exército, em São Paulo, matando o sentinela Mário Kozel Filho e ferindo outros seis militares.

Costa e Silva convocou o Conselho de Segurança Nacional e em dezembro de 1968 editou o AI-5 com poderes para fechar o Parlamento, cassar políticos e institucionalizar a repressão.

Em maio de 1969 Costa e Silva anunciou uma reforma política por emenda constitucional que incluiria a extinção do AI-5, mas uma semana antes da assinatura da emenda sofreu um derrame cerebral. Os ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica editaram o Ato Institucional n.º 12, impedindo a posse do vice Pedro Aleixo e estabelecendo a Junta Governativa Provisória que deu posse ao General Médici. Costa e Silva morreu poucos meses depois.

Durante seu governo foram criados a Embraer, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (antiga ECT), EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica) e o Projeto Rondon.

O governo foi marcado pelo crescimento do PIB e da renda per capita graças ao Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), no período conhecido como milagre econômico brasileiro, que duraria de 1968 até 1973.

*Costa e Silva é representado no selo RHM C-726 emitido em 29/03/1972
Homenagem aos Presidentes da Revolução, juntamente com Castello
Branco e Médici*



RHM C-672 - Projeto Rondon



RHM C-656 - Ano da Indústria Aeronáutica do Brasil - Embraer Avião Bandeirante



RHM C-759
Mobral

RHM C-760
Censo



RHM C-761
Programa
Habitacional



RHM C-762
Produto
Nacional Bruto

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 70 – MÉDICI

Emílio Garrastazu Médici (1905 — 1985) foi militar e político, 28º Presidente do Brasil entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. Participou da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas.

No seu governo houve grande ascensão da classe baixa e da classe média, crescendo o consumo de bens duráveis e a produção de automóveis, tornando-se comuns, nas residências, o televisor e a geladeira. Em 1972 passou a funcionar a televisão a cores no Brasil.

Utilizou propaganda maciça estimulando o patriotismo como apoio à ditadura militar, como a criação do slogan "Brasil, ame-o ou deixe-o". Ordenou a reabertura do Congresso Nacional em 1969, substituindo o líder do Governo pelo senador Filinto Müller, ex-participante e desertor da Coluna Prestes, ex-chefe de Polícia do Rio de Janeiro durante o Estado Novo.

O Brasil teve crescimento econômico recorde, inflação baixa e projetos desenvolvimentistas como o Plano de Integração Nacional (PIN), que permitiram a construção das rodovias Santarém-Cuiabá, a Perimetral Norte, a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói, além de grandes incentivos fiscais à indústria e à agricultura, que foram a tônica do período.

Nessa época, também foram construídas casas populares através do BNH. O acordo com o Paraguai para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional foi concluído.

No campo social foi criado o Plano de Integração Social (PIS) e o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), ligado ao FUNRURAL, que previa benefícios de aposentadoria e o aumento dos serviços de saúde aos trabalhadores rurais. O MOBRAF teve uma grande campanha de alfabetização de adultos, além de outra campanha para a melhoria das condições de vida na Amazônia com a participação de jovens universitários, o chamado Projeto Rondon. Em 1970, criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

O governo Médici foi responsável pela eliminação das guerrilhas comunistas rurais e urbanas. Baseada no Ato Institucional nº 5 de 1968, a repressão às manifestações populares e às guerrilhas foi bastante pesada. A resistência passou a ser armada, com assaltos aos bancos, atentados contra militares, sequestros de autoridades e treinamento de guerrilhas.

Criou diversas estatais, promovendo o crescimento do País, da renda, diminuindo a inflação, mas triplicando a dívida externa.



RHM C-726 - Homenagem aos Presidentes da Revolução de 1964



RHM C-1790 - 10 Milhões de Terminais Telefônicos - Sistema Telebrás



RHM C-3088 - Relações Diplomáticas Brasil-Paraguai - Itaipu Binacional



RHM C-699 e C-700 - Transamazônica

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 71 - ERNESTO GEISEL

Ernesto Beckmann Geisel (1907 — 1996) político e militar, governou o Brasil entre 1974 e 1979 eleito por voto indireto.

Seu governo foi marcado pelo início de uma abertura política e amenização da repressão imposta pela ditadura militar, enfrentando forte oposição de políticos chamados de linha-dura.

Em seu governo ocorreram:

- Anexação da Guanabara pelo Rio de Janeiro
- Divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul
- II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que manteve a economia aquecida e o nível de emprego, no entanto, baseada em forte endividamento externo
- Inaugurou as primeiras linhas do metrô em São Paulo e no Rio de Janeiro
- Extinguiu o AI-5 e preparou o governo seguinte (João Figueiredo) para realizar a anistia política e a volta dos exilados, mas sem que retomassem seus cargos políticos
- Autorizou a demolição do Palácio Monroe - episódio polêmico que movimentou interesses diversos e gerou intensas campanhas contra e a favor nos jornais
- Construiu grande parte da Usina Hidrelétrica de Itaipu

A característica do governo Geisel foi a abertura política articulada pelo general Golbery do Couto e Silva, que encontrou resistência nos militares da chamada linha-dura. Numa tentativa de novo golpe de estado, Geisel exonerou o ministro do exército, Sylvio Frota em 12 de outubro de 1977.

Após as mortes do jornalista Wladimir Herzog, em 1975 e do metalúrgico Manuel Fiel Filho em 1976, em dependências militares paulistas, simulando suicídio de Herzog, o governo assinou a exoneração do General Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército, o que veio enfraquecer ainda mais o regime militar no país.

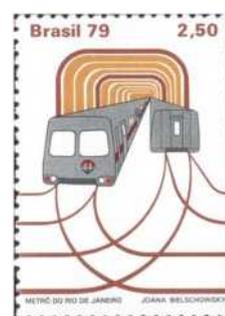
Em seu governo houve um grande crescimento do PIB, produto interno bruto e aumento da renda per capita, porém menor do que no milagre econômico brasileiro (1969-1973), terminando o mandato com uma inflação de cerca de 41% ao ano.



RHM C-1041 - Ernesto Geisel



RHM C-119 - Propaganda Turística
Palacio Monroe, RJ



RHM C-1079 - Inauguração do Metrô do Rio
de Janeiro



RHM C-955 - Metrô de São Paulo

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 72 - JOÃO BATISTA FIGUEIREDO**

João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918 — 1999) geógrafo, político e militar, 30º Presidente do Brasil, de 1979 a 1985 e o último presidente do período da ditadura militar.

Concedeu anistia ampla geral e irrestrita aos políticos cassados por atos institucionais, permitindo o retorno ao Brasil dos exilados pelo Regime Militar, extinguiu o bipartidarismo e fez uma reforma eleitoral assegurando à situação maioria nas eleições de 1982.

O governo ficou marcado pela grave crise econômica mundial, com altas taxas de juros internacionais, segundo choque do petróleo, inflação acima de 45% ao ano, dívida externa acima dos 100 bilhões de dólares, levando o governo a recorrer ao Fundo Monetário Internacional em 1982.

O país saiu da recessão ao final do governo, com o Produto Interno Bruto com crescimento superior a 7%, contas externas em relativo equilíbrio, aumento das exportações e da independência nacional do mercado externo, principalmente na área do petróleo.

A agricultura foi modernizada, sendo responsável pelo Brasil, atualmente ser um dos maiores exportadores agrícolas do mundo, com baixos preços dos alimentos básicos.

Este governo foi autor do maior programa de habitação da história construindo quase 3 milhões de casas populares.

Outras ações deste governo:

- Garantiu o processo de abertura política, iniciado por Geisel, que resultou no fim do regime militar.
- Estabeleceu o reajuste semestral do salário (inflação alta!)
- Criação do programa Grande Carajás.
- Criação do estado de Rondônia.
- Criação do Polonoroeste.
- Amplo programa de reforma agrária no norte do Brasil.
- Criação da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), em 1984.
- Primeira expedição à Antártica



RHM C-1439 - Lançamento do 1º Satélite Brasileiro



RHM C-1503 - Programa Grande Carajás



RHM C-1309 - Primeira Expedição Brasileira à Antártica



RHM C-2209 - Anistia - 20 Anos



RHM B-066 - Visita ao Brasil do Rei da Suécia Carl Gustaf XVI

**A HISTÓRIA DO BRASIL
ATRAVÉS DOS SELOS
CAP. 73 - TANCREDO NEVES**



RHM C-1485 - Tancredo Neves
Harmonizador dos Três Poderes



RHM C-2952 - Centenário de Nascimento de
Tancredo Neves

Tancredo de Almeida Neves (1910 — 1985) advogado, empresário e político, eleito o 33º primeiro-ministro do Brasil (o primeiro do período republicano, no governo João Goulart) e presidente da república eleito mas não empossado.

Eleito por voto indireto para a presidência do Brasil, encerrando o governo militar em 15 de janeiro de 1985, adoeceu gravemente na véspera de sua posse, morrendo 39 dias depois.

Tancredo havia se submetido a uma extenuante agenda de campanha, articulando apoios do Congresso Nacional e dos governadores estaduais.

Tancredo vinha sofrendo de dores abdominais durante os dias que antecederam a posse, sem permitir ser tratado pelos médicos, aguardando passar a transferência da faixa presidencial.

Durante uma cerimônia religiosa no Santuário Dom Bosco, em Brasília na véspera da posse em 14 de março de 1985, Tancredo piorou, sendo levado às pressas e internado no Hospital de Base do Distrito Federal.

Tendo piorado seu estado de saúde foi transferido para São Paulo. Tancredo passou por sete cirurgias abdominais. No entanto no dia 21 de abril o então porta-voz oficial da presidência Antônio Britto leu um comunicado em edição extraordinário aos meios de comunicação:

“ Lamento informar que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Tancredo de Almeida Neves, faleceu esta noite no Instituto do Coração, às 10 horas e 23 minutos [...]. ”

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 74 - JOSÉ SARNEY

José Sarney de Araújo Costa (1930), advogado, político e escritor, vice-presidente do Brasil em 1985, assumindo, com a morte de Tancredo Neves, a presidência do Brasil de 1985 a 1990.

Sarney assumiu a Presidência em 15 de março de 1985 jurando a Constituição de 1967 no Congresso Nacional, aguardando o restabelecimento de Tancredo Neves, internado por graves problemas de saúde, lendo o discurso de posse que o próprio Tancredo havia escrito e que pregava conciliação nacional e a instalação de uma assembleia nacional constituinte.

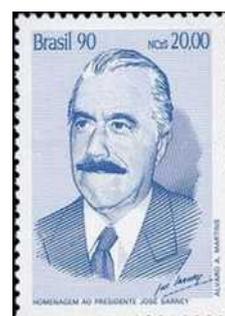
Dos grandes desafios deste governo, talvez o maior tenha sido resgatar as esperanças e conciliar as Forças Armadas com a volta da democracia no país.



RHM B-77 - Promulgação da Constituição de 1988

- Resgatou a volta das Forças Armadas aos quartéis
- Legalizou partidos políticos que estavam na clandestinidade
- Restabeleceu a liberdade de expressão da imprensa
- Promoveu a liberdade de manifestação dos sindicatos
- Convocou a assembleia constituinte para elaborar uma nova constituição

Na política externa reatou relações com os países da América Latina, inclusive Cuba; com países da África, Rússia, Espanha, Portugal, França e China, além de manter conversações com os Estados Unidos.



RHM C-1674 - José Sarney

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 75 - FERNANDO COLLOR DE MELLO

Fernando Affonso Collor de Mello (1949), político, jornalista, economista, empresário, Presidente do Brasil, de 1990 até sua renúncia em 1992.

Foi o presidente mais jovem da história do país, eleito aos quarenta anos de idade, sendo o primeiro eleito por voto direto do povo após o Regime Militar (1964-1985) e o primeiro a ser afastado por um processo de impeachment (impedimento) no país.

Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor (confisco do dinheiro em contas de poupança, corrente, aplicações, etc., devolvidas após 18 meses) e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização.

O plano aprofundou a recessão econômica, fechando em 1990 mais de 920 mil postos de trabalho fechados com uma inflação na casa dos 1 200% ao ano.

Denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por seu irmão Pedro Collor de Mello, culminaram com um processo de impugnação de mandato (impeachment).

Horas antes do processo de impeachment ser aprovado (foi condenado pelo Senado por crime de responsabilidade), o presidente Fernando Collor renunciou ao cargo em 29 de dezembro de 1992, deixando-o para seu vice Itamar Franco, que assumiu a presidência num dos episódios mais críticos de nossa história recente.

Fernando Collor de Mello perdeu seus os direitos políticos por oito anos.



Presidente Fernando Collor de Mello



RHM C-1725

Visita do Presidente Collor à Antártica

Fernando Collor de Mello não teve selos emitidos, exceto o de sua visita à Estação Antártica Comandante Ferraz

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 76 - ITAMAR FRANCO**

Itamar Augusto Cautiero Franco (1930 — 2011), engenheiro, militar e político, 21.º Vice-presidente do Brasil durante o governo de Fernando Collor e após o processo de impeachment, assumiu como o 33.º presidente do Brasil, governando entre 1992 e 1995.

Já no início do governo de Collor, Itamar discordou de importantes aspectos da política econômico-financeira adotada pelo novo governo. Criticou publicamente o processo de privatizações e a aplicação dos fundos resultantes da venda das companhias estatais, que para ele, deveriam ser usados na área social.

Itamar assumiu interinamente a presidência em 2 de outubro de 1992, sendo formalmente aclamado em 29 de dezembro de 1992, quando o presidente Collor renunciou ao cargo. Seu governo, que era composto majoritariamente por mineiros, (ele também mineiro), ficou conhecido como República do Pão de Queijo.

O Brasil estava numa grave crise econômica com uma inflação crescente, chegando a 2 477% em 1993, a maior da história do Brasil. Itamar trocou de ministros da economia várias vezes, até que Fernando Henrique Cardoso assumisse o Ministério da Fazenda em maio de 1993.

Em abril de 1993, conforme previsto na Constituição de 1988, é realizado um plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo no Brasil. O presidencialismo recebeu 55% dos votos, o parlamentarismo obteve 25% dos votos e 10% foram favoráveis à monarquia, mantendo-se o regime republicano e presidencialista.

Plano Real

Em fevereiro de 1994, para conter a crise hiperinflacionária, o governo Itamar instituiu a Unidade real de valor (URV) através de Medida Provisória, dando início ao programa de estabilização econômica que ficou conhecido como Plano Real. Foi criada a nova moeda do Brasil, o Real.

Educação

No seu governo foi criado o Plano Decenal de Educação para Todos, visando despertar a necessidade de um trabalho amplo a nível nacional, através de ações como a universalização do ensino, erradicação do analfabetismo, diminuir a repetência, aumentar o aprendizado nas escolas, entre outras.



RHM C-1936 - Itamar Franco



RHM C-1949 - 1º Aniversário do Real



RHM C-1898 -
Ensino a Distância



RHM C-1899 -
Programa Nacional



RHM C-1900 - Fim
do Analfabetismo



RHM C-1901
Valor do Professor

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 77 – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Fernando Henrique Cardoso (1931), sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político, 34.º presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2003

POLÍTICA ECONÔMICA

Priorizou o combate a inflação a consolidação da estabilidade de preços, com o real supervalorizado, houve um aumento da taxa básica de juros, aumento de impostos, corte de gastos públicos e incentivos a investidores, e a aprovação de emendas constitucionais que facilitaram a entrada de empresas estrangeiras no país. Foi criada a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF).

Em janeiro de 1999, após a mudança do câmbio houve uma forte desvalorização do real. Para controlá-la, o governo aumentou os juros, diminuiu as reservas internacionais para tentar conter a disparada do dólar e recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) três vezes.

O desemprego cresceu 35% entre 1995 a 2001, atingindo os piores índices desde o fim da ditadura militar. A situação do desemprego agravou-se durante o segundo mandato, quando as taxas foram superiores aos 12% anuais.

O governo Fernando Henrique realizou as maiores privatizações da história do Brasil. Foram privatizadas rodovias federais, bancos estaduais, empresas de telefonia e de energia, como a Vale do Rio Doce e a Telebras.

POLÍTICA EXTERNA

Defendeu a criação do Estado Palestino; discursou na Assembleia Nacional Francesa; condenou os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001; fez campanha para a entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas; promulgou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP); fez a primeira viagem oficial a Cuba; e inaugurou o Gasoduto Bolívia-Brasil.

POLÍTICA SOCIAL

A política social foi formada por programas de transferência de renda, como o Bolsa-escola e o Auxílio-gás, a criação da Lei dos Medicamentos Genéricos. Em 1996 criou o benefício de prestação continuada BPC, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural e a Previdência Rural. Criou mecanismos para impedir a aposentadoria precoce dos trabalhadores.



RHM C-2552 - Fernando Henrique Cardoso



RHM C-2034 - Direitos Humanos



RHM C-1790 - Sistema Telebrás



RHM C-1259 - 40 Anos da
Companhia Vale do Rio Doce

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 78 – LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Inácio Lula da Silva (1945), político, ex-sindicalista e ex-metalúrgico, principal fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e o 35.º presidente do Brasil, de 1 de janeiro de 2003 a 1 de janeiro de 2011 (eleito duas vezes consecutivas).

POLÍTICA ECONÔMICA

caracterizada pela estabilidade econômica e por uma balança comercial superavitária. O endividamento interno cresceu de 731 bilhões de reais (em 2002) para 1 trilhão e 100 bilhões de reais (2006), no entanto a dívida externa diminuiu 168 bilhões de reais. Durante seus dois mandatos as reformas produziram transformações sociais e econômicas que triplicaram o PIB per capita.

Houve retomada da atividade em vários setores, em virtude da recuperação da renda da população e pela expansão do crédito no País. O destaque é a Agropecuária, com desempenho puxado pelo aumento do consumo interno de alimentos e da demanda internacional por commodities. As melhores condições de renda e crédito também aumentaram o desempenho da Indústria, com recordes de produção do setor automotivo, além do setor de Construção Civil.

POLÍTICA SOCIAL

Criou programas como o Bolsa Família e o Fome Zero, reconhecidos pela ONU como os que possibilitaram a saída do país do mapa da fome.

POLÍTICA EXTERNA

A insistência na obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, além de desempenhar um papel de destaque, incluindo atividades relacionadas ao programa nuclear do Irã, ao aquecimento global, ao Mercosul e aos BRICS.

Atuou para integrar o continente Sul Americano, expandir e fortalecer o Mercosul, inclusive propondo a entrada da Venezuela neste organismo.

Durante o governo Lula houve uma crescente projeção da influência brasileira pelo mundo, tanto a nível econômico, como político e social.



RHM C-3077 - Presidente Lula



RHM C-2538 - Fome Zero

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 79 – DILMA ROUSSEFF

Dilma Vana Rousseff (1947), economista e política, 36ª Presidente do Brasil (primeira mulher a governar o país, eleita duas vezes), tendo exercido o cargo de 2011 até seu afastamento impeachment em 2016.

- Criou a Comissão Nacional da Verdade e a Lei de acesso à informação, regulamentando o direito do acesso à informações públicas.
- Privatizou os aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília; o Campo petrolífero de Libra, o maior da camada pré-sal.
- Criou o programa Brasil Carinhoso com o objetivo tirar da miséria absoluta todas as famílias com integrantes de até quinze anos.
- Sancionou o Marco Civil da Internet, que estabeleceu obrigações e direitos dos provedores de internet.

Em 10 de junho de 2014, dois dias antes do início da Copa do Mundo, Dilma pronunciou-se em rede nacional defendendo o legado da Copa, criticado pelos excessivos gastos públicos, na sujeição do governo às imposições da FIFA e na violação de direitos humanos.

Durante a abertura da Assembleia geral das Nações Unidas, em setembro de 2014, Dilma pediu "diálogo" para as nações envolvidas em uma retaliação às ações promovidas pelo Ísis.

Em 1º de janeiro de 2015, Dilma foi empossada para o seu segundo mandato na presidência da República, enfraquecida e em meio a uma crise econômica e política. Tomou medidas impopulares: regras mais rígidas para aposentadorias, aumento da luz e da gasolina, cortes bilionários em todas as áreas e aumento de impostos.

Em 8 de março, em discurso em no Dia Internacional da Mulher, em várias cidades brasileiras ocorreram manifestações de desaprovação em forma de "panelaço".

Em 2013 pela grande insatisfação nacional, foram organizadas manifestações populares em todo o País em protesto contra o descaso histórico do governo, do parlamento, das instituições públicas e de setores oficiais em relação a questões como a educação, saúde pública, gastos públicos, economia, corrupção e o respeito às minorias.

Em dezembro de 2015 foi protocolado na Câmara dos Deputados um dos pedidos de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff. No dia 31 de agosto de 2016, com 61 votos favoráveis e 20 contrários o Senado Federal aprovou o pedido de impeachment e afastou definitivamente a presidente do cargo.



Presidente Dilma Rousseff

Não foram emitidos selos com a Presidente Dilma Rousseff. As ações políticas, programas ou investimentos não tiveram selos comemorativos lançados.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 80 – MICHEL TEMER

Michel Miguel Elias Temer Lulia (1940) político, advogado e escritor, 37.º Presidente do Brasil de 31 de agosto de 2016 a 1º de janeiro de 2019, empossado após o impeachment da titular, Dilma Rousseff.

Temer foi empossado interinamente na presidência da República após o Senado instaurar o processo de impeachment contra a presidente em 12 de maio de 2016, convertendo-se no presidente mais idoso da história do país.

No seu governo tomou medidas impopulares como reduzir o número de ministérios, de 32 para 23, (não havia nenhuma mulher e nenhum afro-brasileiro no cargo de ministros). Na cerimônia de posse, Temer defendeu a unificação do país, um "governo de salvação nacional" com medidas para superar a crise econômica, reequilibrar as contas públicas, os programas sociais e a continuidade das investigações da Operação Lava Jato.

Em 2017 Temer tornou-se o primeiro presidente da história do Brasil a ser denunciado ao Supremo Tribunal Federal no exercício do mandato, por suspeita de corrupção passiva.



Presidente Michel Temer

Não foram emitidos selos com o Presidente Michel Temer. As ações políticas, programas ou investimentos não tiveram selos comemorativos lançados.

A HISTÓRIA DO BRASIL
ATRAVÉS DOS SELOS



AS BANDEIRAS DO BRASIL
OS SÍMBOLOS NACIONAIS

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS AS BANDEIRAS DO BRASIL



RHM C-1055 - Bandeira da Ordem de Cristo

Usada no Brasil de 1500 a 1651. Chegou ao Brasil com as caravelas de Pedro Álvares Cabral estampada nas velas. A Ordem de Cristo patrocinava grandes navegações portuguesas.

RHM C-1056 - Bandeira do Principado (1645-1816)

Criada para o Brasil por D.João IV quando conferiu o título de “Príncipe do Brasil” a seu filho Teodósio, fazendo do Brasil um principado. Apesar de ter sido feita para o Brasil, não era uma bandeira nacional, pois o Brasil não era independente.



RHM C-1057 - Bandeira do Reino Unido

Bandeira de D.João III de Portugal (1521-1616), usada em momentos importantes da história, como nas expedições colonizadoras de 1530 e nas capitânicas hereditárias em 1534, e na criação dos governos gerais em 1549

RHM C-1058 - Bandeira do Brasil Império (1822-1889)

Incluídas a cor verde (simbolizando a casa de Bragança, de D.Pedro I), a amarela (casa de Habsburgo de D.Leopoldina) além dos ramos de café e tabaco. A coroa real foi substituída pela imperial.



RHM C-1059 - Bandeira Nacional

Em vigor desde 19 de novembro de 1889, Tem hoje 27 estrelas representando cada estado, como vistas nos céus do Rio de Janeiro. Há outras interpretações sobre as cores. A frase “Ordem e Progresso” vem do positivista francês Augusto Comte: “O Amor por princípio e a Ordem por Base; o Progresso por Fim”

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS SÍMBOLOS NACIONAIS

Os símbolos e hinos são manifestações gráficas e musicais, de importante valor histórico, criadas para transmitir o sentimento de união nacional e mostrar a soberania do país.



RHM C-3031 – Armas

O Brasão de Armas do Brasil foi desenhado pelo engenheiro Artur Zauer, por encomenda do primeiro presidente da República, marechal Manuel Deodoro da Fonseca. É um escudo azul-celeste, apoiado sobre uma estrela de cinco pontas, disposta na forma da constelação Cruzeiro do sul, com uma espada em riste.

Ao seu redor, está uma coroa formada de um ramo de café frutificado e outro de fumo florido sobre um resplendor de ouro. O símbolo traz ainda a data da proclamação da República Federativa do Brasil: 15 de novembro de 1889.

O uso do brasão é obrigatório pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelas Forças Armadas. Ele está presente em todos os prédios públicos dos governos municipais, estaduais e federal, além de quartéis militares e policiais.



RHM C-3032 - Bandeira Nacional

Após a Proclamação da República, em 1889, uma nova bandeira foi criada por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, com desenho de Décio Vilares, e inspirada na Bandeira do Império, desenhada pelo pintor francês Jean Baptiste Debret.

As estrelas, que fazem parte da esfera, representam a constelação Cruzeiro do Sul. Cada uma corresponde a um estado e, de acordo com a Lei nº 8.421, de 11 de maio de 1992, deve ser atualizada no caso de criação ou extinção de algum estado. A única estrela acima na inscrição "Ordem e Progresso" é chamada Spica e representa o Estado do Pará.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS SÍMBOLOS NACIONAIS

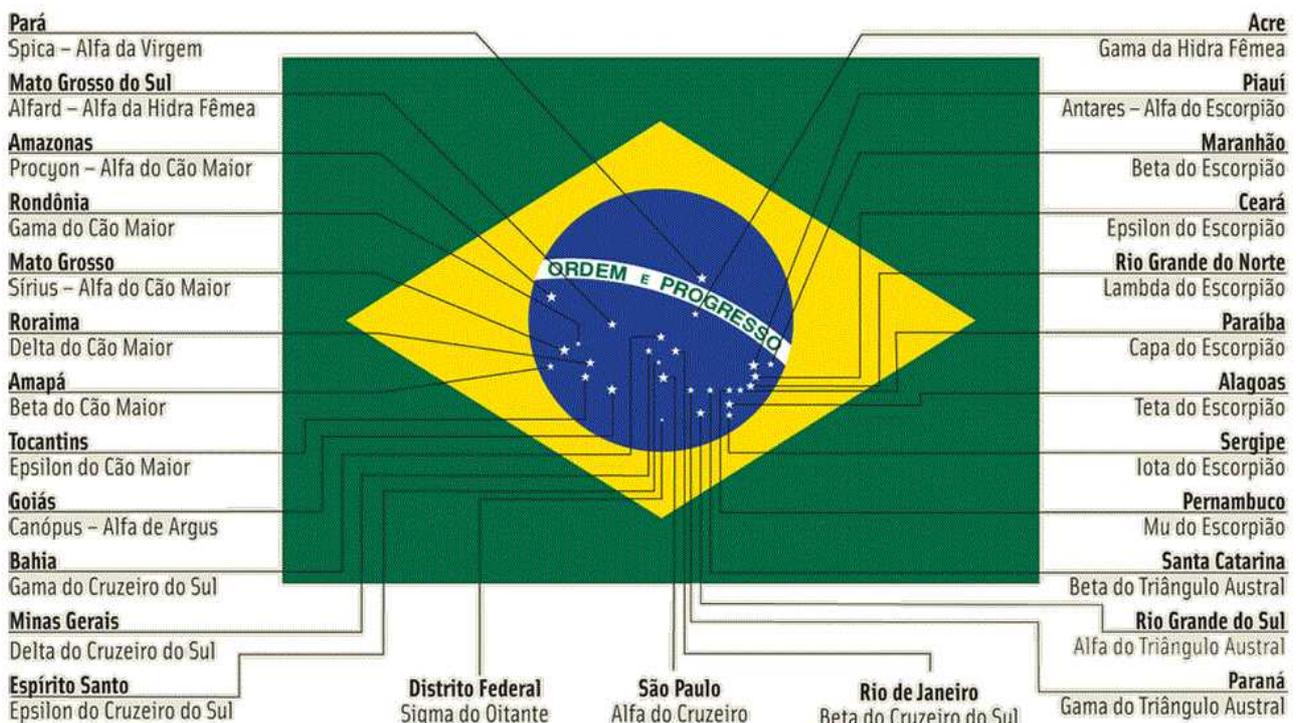
RHM C-3033 - Selo Nacional

O Selo Nacional do Brasil é baseado na esfera da bandeira nacional. Nele há um círculo com os dizeres "República Federativa do Brasil". É usado para autenticar os atos de governo, os diplomas e certificados expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas.

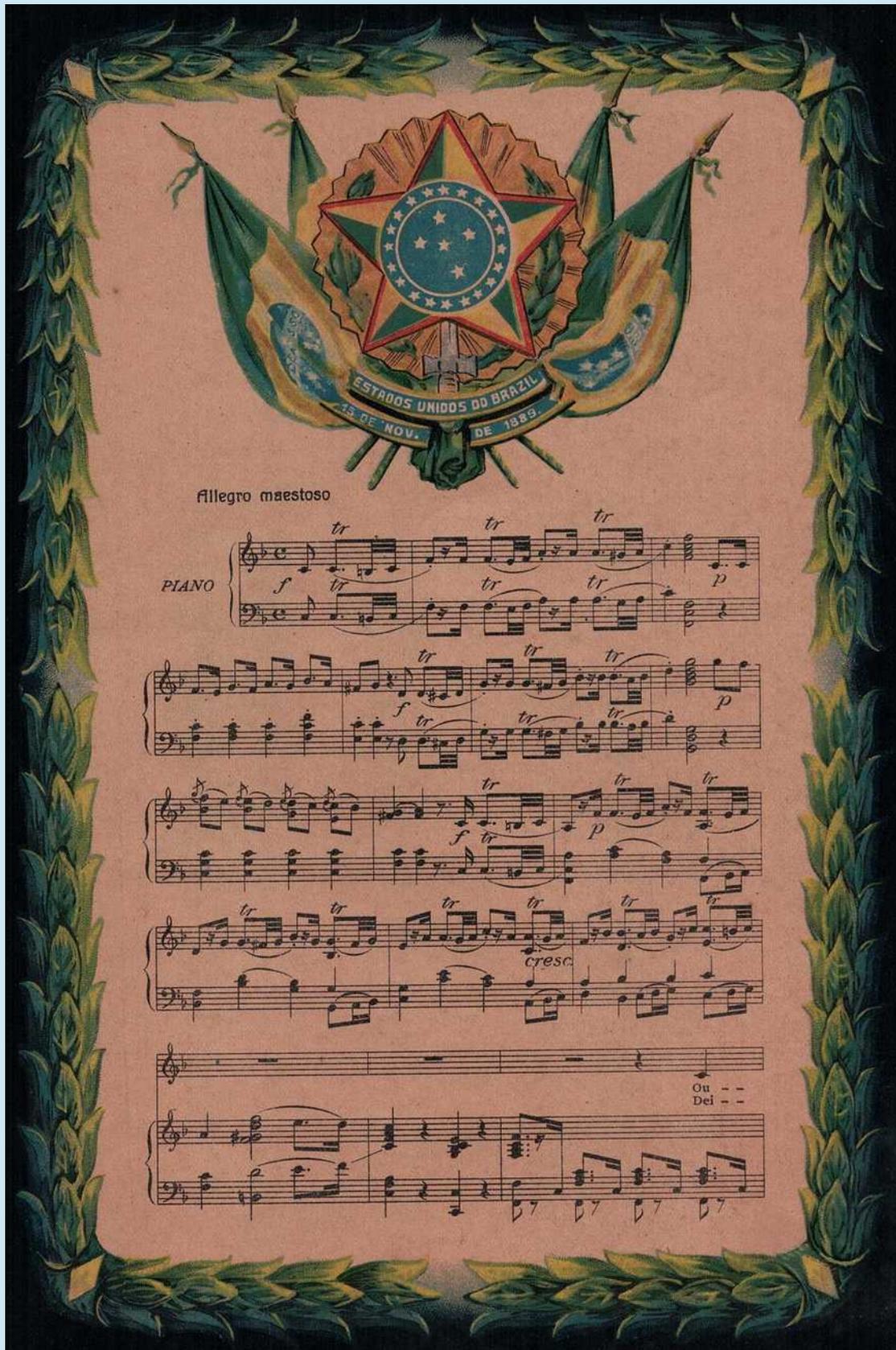


RHM C-3034 - Hino Nacional

Em 1890, por meio do Decreto nº 171, a composição musical do maestro Francisco Manoel da Silva é conservada como o Hino Nacional e durante um período aproximado de 32 anos, cantavam o hino com letras diferentes e inadequadas, nem sempre ajustadas à beleza e a dignidade da música. Somente às vésperas do 1º Centenário da Independência, em 6 de setembro de 1922, o Decreto nº 15.671 oficializa a letra definitiva do Hino Nacional, escrita por Osório Duque Estrada em 1909.



A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS



The image displays the musical score for the Brazilian National Anthem, "Hino Nacional Brasileiro". At the top center is the official coat of arms of Brazil, which features a central five-pointed star with a blue circle containing white stars. The star is set against a background of green and gold, with a banner below it that reads "ESTADOS UNIDOS DO BRASIL" and "15 DE NOV. DE 1889". The entire scene is framed by a laurel wreath. Below the coat of arms, the tempo is marked "Allegro maestoso" and the instrument is "PIANO". The score consists of five systems of music, each with a treble and bass clef. The first system includes dynamic markings of *f* (forte) and *p* (piano), and trills (*tr*). The second system includes *f* and *p*. The third system includes *f* and *p*. The fourth system includes *f*, *p*, and *cresc.* (crescendo). The fifth system includes the lyrics "Ou --" and "Dei --".

OS HINOS DO BRASIL

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

HINO NACIONAL BRASILEIRO



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos



HINO NACIONAL

Parte I

Parte II

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra, mais garrida,
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores."

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro dessa flâmula
- "Paz no futuro e glória no passado."

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Letra: Joaquim Osório Duque Estrada

Música: Francisco Manuel da Silva

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS HINO NACIONAL BRASILEIRO

RHM C-203 - Francisco Manuel da Silva

A composição de Francisco Manoel da Silva foi feita quando da Abdicação de Pedro I do Brasil, em 7 de abril de 1831, com sua primeira execução no dia 14 daquele mês no Teatro São Pedro do Rio de Janeiro.



São descritos na história outras letras escritas por compositores diversos, a maioria acompanhando a música de Francisco Manoel Bandeira. Com a Proclamação da República o Hino composto na monarquia se manteve.

Em novembro de 1889 foi aberto um novo concurso oficial para escolha do novo hino brasileiro pelo Ministério do Interior, chefiado por Aristides Lobo e idealizado por José Rodrigues Barbosa. Este concurso foi modificado pelo Ministro da Guerra, Benjamin Constant para Hino da Proclamação da República. O decreto 171 de 1890 o governo provisório oficializara a música, mas não a letra, e sua execução se dava apenas por instrumentos.



Um concurso realizado em 1909 escolheu a letra que deveria acompanhar a composição já aceita como a oficial do Hino, ganho por Osório Duque-Estrada que até sua oficialização em 1922, fez alterações em nove passagens sobre a versão inicial. Sua oficialização se deu de forma apressada, para ser executada na comemoração do primeiro centenário da Independência, em setembro de 1922.

A propriedade plena e definitiva da letra foi adquirida em 21 de agosto de 1922 pela União por 5:000\$ (cinco contos de réis) pelo então presidente Epitácio Pessoa. Em 1917 o cantor Vicente Celestino foi quem primeiro gravou o Hino Nacional, tendo por acompanhamento a Banda do Batalhão Naval e nas passagens de refrão, também por um coro.



RHM C-1913 - Centenário de Nascimento de Vicente Celestino

Assista a execução do Hino Nacional Brasileiro apontando no QRcode:



Exército



Força Aérea



Marinha

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS HINO DA INDEPENDÊNCIA

O Hino da Independência é uma canção patriótica oficial comemorando a declaração da independência do Brasil, composta em 1822 por Dom Pedro I. A letra foi escrita pelo poeta Evaristo da Veiga.

1
Já podeis da Pátria filhos,
Ver contente a Mãe gentil!
Já raiou a Liberdade
No Horizonte do Brasil,
Já raiou a Liberdade
Já raiou a Liberdade
No Horizonte do Brasil!

Refrão

Brava Gente Brasileira
Longe vá, temor servil;
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil.
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil.

2
Os grilhões que nos forjava
Da perfídia astuto ardil,
Houve Mão mais poderosa,
Zombou deles o Brasil.
Houve Mão mais poderosa
Houve Mão mais poderosa
Zombou deles o Brasil.
(Refrão)

3
O Real Herdeiro Augusto
Conhecendo o engano vil,
Em despeito dos Tiranos
Quis ficar no seu Brasil.
Em despeito dos Tiranos
Em despeito dos Tiranos
Quis ficar no seu Brasil.
(Refrão)

4
Ressoavam sombras tristes
Da cruel Guerra Civil,
Mas fugiram apressadas
Vendo o Anjo do Brasil.
Mas fugiram apressadas
Mas fugiram apressadas

Vendo o Anjo do Brasil.
(Refrão)

5
Mal soou na serra ao longe
Nosso grito varonil;
Nos imensos ombros logo
A cabeça ergue o Brasil.
Nos imensos ombros logo
Nos imensos ombros logo
A cabeça ergue o Brasil.
(Refrão)

6
Filhos clama, caros filhos,
E depois de afrontas mil,
Que a vingar a negra injúria
Vem chamar-vos o Brasil.
Que a vingar a negra injúria
Que a vingar a negra injúria
Vem chamar-vos o Brasil.
(Refrão)

7
Não temais ímpias falanges,
Que apresentam face hostil:
Vossos peitos, vossos braços
São muralhas do Brasil.
Vossos peitos, vossos braços
Vossos peitos, vossos braços
São muralhas do Brasil.
(Refrão)

8
Mostra Pedro a vossa frente
Alma intrépida e viril:
Tende nele o Digno Chefe
Deste Império do Brasil.
Tende nele o Digno Chefe
Tende nele o Digno Chefe
Deste Império do Brasil.
(Refrão)

9
Parabéns, oh Brasileiros,
Já com garbo varonil
Do Universo entre as Nações
Resplandece a do Brasil.
Do Universo entre as Nações
Do Universo entre as Nações
Resplandece a do Brasil.
(Refrão)

10
Parabéns; já somos livres;
Já brilhante, e senhoril
Vai juntar-se em nossos lares
A Assembleia do Brasil.

Vai juntar-se em nossos lares
Vai juntar-se em nossos lares
A Assembleia do Brasil.
(Refrão)



RHM C-2169 - 200 Anos de Dom Pedro I



Evaristo da Veiga

Clique nos QRCode abaixo para ouvir
o
Hino da Independência



Executado pelo Exército Brasileiro



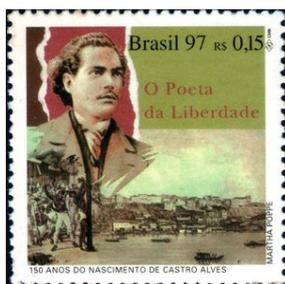
Executado pela Marinha Brasileira

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

HINO À BANDEIRA

O Hino

Composto por encomenda do prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos ao poeta Olavo Bilac, e posteriormente musicalizado por Francisco Braga, apresentado pela primeira vez em 1906. Inicialmente cantado no Rio de Janeiro, na época era capital federal do país, nas escolas e posteriormente nas corporações militares e escolas dos demais estados. Foi escrito para que a população brasileira se habituassem à nova bandeira, que precisava ser aceita e conhecida pela população.



RHM C-2024 - 150 Anos de Nascimento de Castro Alves



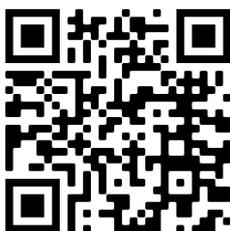
RHM C-618 - Francisco Braga

Cerimônia de troca de bandeira

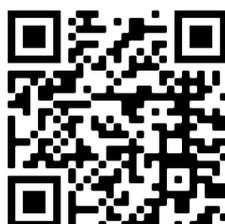
A cerimônia foi instituída pela Lei 5.700 de 1971 e realizada sempre no primeiro domingo de cada mês, conduzida pelo Exército Brasileiro, na Praça dos Três Poderes em Brasília, substituindo a bandeira que paira sobre a sede do governo. Com o Hino da Bandeira sendo tocado enquanto a bandeira antiga é abaixada e dobrada. Enquanto a nova bandeira é erguida o Hino Nacional é tocado no lugar do Hino à Bandeira.



RHM C-113/114 - Centenário de Nascimento de Francisco Pereira Passos



Troca da Bandeira exibida pela TV Brasil



Cerimônia Troca da Bandeira - Banda Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais

QRCode com o Hino à Bandeira pelo Exército Brasileiro



Salve, lindo pendão da esperança,
Salve, símbolo augusto da paz!
Tua nobre presença à lembrança
A grandeza da Pátria nos traz.

Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!

Em teu seio formoso retratas
Este céu de puríssimo azul,
A verdura sem par destas matas,
E o esplendor do Cruzeiro do Sul.

Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!

Contemplando o teu vulto sagrado,
Comprendemos o nosso dever;
E o Brasil, por seus filhos amado,
Poderoso e feliz há de ser.

Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!

Sobre a imensa Nação Brasileira,
Nos momentos de festa ou de dor,
Paira sempre, sagrada bandeira,
Pavilhão da Justiça e do Amor!

Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!

Data: 1906
Letra: Olavo Bilac
Música: Francisco Braga

**A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS
SELOS
HINO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA**

Em janeiro de 1890 o governo do Marechal Deodoro da Fonseca lançou um concurso visando a oficialização de um novo hino para o Brasil. Ganharam o concurso o poeta Medeiros e Albuquerque e música de Leopoldo Américo Miguez, mas a população não o aceitou como novo Hino do Brasil. Em um decreto no mesmo mês do concurso o governo do Marechal Deodoro determinou que a música seria usada como o Hino da Proclamação da República.

Hino

Seja um pálio de luz desdobrado.
Sob a larga amplidão destes céus
Este canto rebel que o passado
Vem remir dos mais torpes labéus!
Seja um hino de glória que fale
De esperança, de um novo porvir!
Com visões de triunfos embale
Quem por ele lutando surgir!

Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós!
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz!

Nós nem cremos que escravos outrora tenha
havido em tão nobre País...
Hoje o rubro lampejo da aurora
Acha irmãos, não tiranos hostis.
Somos todos iguais ao futuro
Sabemos unidos levar
Nosso augusto estandarte que puro,
Brilha, ovante, da Pátria no altar!

refrão
Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós!
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz!

Se é mister que de peitos valentes
Haja sangue em nosso pendão,
Sangue vivo do herói Tiradentes
Batizou este audaz pavilhão!
Mensageiros de paz, paz queremos,
É de amor nossa força e poder

Mas da guerra nos transes supremos
Heis de ver-nos lutar e vencer!

refrão
Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós!
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz!

Do Ipiranga é preciso que o brado
Seja um grito soberbo de fé!
O Brasil já surgiu libertado,
Sobre as púrpuras régias de pé.
Eia, pois, brasileiros avante!
Verdes louros colhamos louções!
Seja o nosso País triunfante,
Livre terra de livres irmãos!

refrão
Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós!
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz!



Medeiros e Albuquerque



Leopoldo Miguez



Clique no QRCode para ver
a execução do Hino da República
pelo Exército Brasileiro

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

Enfim, terminamos, chegamos aonde eu queria chegar. A História do Brasil não para aqui, ela continua, e enquanto o Brasil (ou o planeta) existir a história será criada a cada dia, a cada hora.

Não sei se os selos continuarão a existir, estamos todos nos adaptando a novos tempos, e o Correio também, diversificando serviços e sendo uma empresa cada dia mais parceira para o cidadão.

A história que termina aqui, mas continua na vida real, foi descritiva. Cada momento da história pode ser retratado como uma pintura ou uma fotografia e assim foi descrito. Não quis colocar opiniões, tendências, discursos. Não aceitei, na bibliografia pesquisada, e que foi muito maior do que a que apresentei, nenhuma influência do escritor.



Espero que este trabalho seja útil, não só na descrição de fatos históricos, mas também para despertar nos colecionadores principiantes, sejam crianças ou adultos, o amor por este hobby maravilhoso que é a Filatelia.

O selo é um livro aberto, em que a imagem fala por mil ou milhões de palavras, ou é uma passagem para todos os lugares do mundo ou do universo, uma grande sala de reuniões aonde podemos conhecer milhares de pessoas mundo afora. O selo é o maior depósito de cultura que conhecemos.

Sir Rowland Hill, criador do selo postal em 1840 teve a humilde intenção de melhorar o serviço postal. Fez mais do que isso. Muito mais...

Roberto Aniche

www.robertoaniche.com.br